

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
***CAMPUS DE CACOAL***  
**DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO**

**JUSTIÇA AGRÁRIA NO BRASIL: O CAMINHO PARA A AUTONOMIA  
JURISDICCIONAL**

**SHEILA SIMONE TOZI**

**JUSTIÇA AGRÁRIA NO BRASIL: O CAMINHO PARA A AUTONOMIA  
JURISDICCIONAL**

Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* de Cacoal, como exigência parcial para obtenção do Título de Bacharelado em Direito, sob a orientação da Professora Mestra Isabela Esteves Cury Coutinho.

## **PARECER DE ADMISSIBILIDADE**

A acadêmica **Sheila Simone Tozi** desenvolveu o trabalho de conclusão de curso sobre o tema “**Justiça Agrária no Brasil, o caminho para a autonomia jurisdicional**”, obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia apresentado ao Departamento do Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

O acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho observado os prazos fixados pelo Departamento de Direito.

Destarte, o acadêmico está apto para a apresentação expositiva de sua monografia à busca da Banca Examinadora.

**Professora Mestra Isabela Esteves Cury Coutinho**  
**Orientadora**

**SHEILA SIMONE TOZI**

**JUSTIÇA AGRÁRIA NO BRASIL: O CAMINHO PARA A AUTONOMIA  
JURISDICCIONAL**

**AVALIADORES**

---

Professora Mestra Isabela E. C. Coutinho

---

Nota.

---

2º avaliador.

---

Nota.

---

3º avaliador.

---

Nota.

---

Média

Cacoal/RO  
2006

Dedico este trabalho, aos meus pais, Valdemiro Tozi e Rita Christo Tozi, pela confiança, dedicação e apoio que me deram durante todos esses anos para que meu sonho se tornasse realidade.

Agradeço ao Senhor e meu Deus pela presença constante na minha vida e pelas inúmeras graças e bênçãos recebidas.

Ao meu noivo José Angel, braço amigo de todas as etapas deste trabalho.

Ao meu irmão Félix, à minha cunhada Rosimar, por terem contribuído para o meu sucesso.

Às minhas amigas Quilvia, Silvana, Zilândia, Patrícia, Gil e Andressa pela força e motivação que me ofereceram durante esta jornada.

À todos os professores que contribuíram para o aprimoramento dos meus conhecimentos.

“Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça,  
qualificada e manifesta”.

**Rui Barbosa.**

## RESUMO

Este assunto gera polêmica no mundo jurídico quanto à necessidade ou não de implantação da Justiça Agrária no Brasil, a qual representaria a autonomia jurisdicional do Direito Agrário. Seria criado um Órgão no Poder Judiciário para julgar com maior agilidade e eficácia as ações agrárias, desvinculando-as da Justiça Comum e Federal. Devido à relevância da matéria em análise é imprescindível o estudo do rol do artigo 126 da Constituição Federal de 1988 c/c com a Emenda Constitucional n. 45 de 31 de dezembro de 2004, no que tange a omissão da criação e implantação da Justiça Agrária. O acesso à Justiça, é direito fundamental de todos e encontra-se assegurado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de dezembro de 1948, art. VIII, onde estabelece a criação de Tribunais necessários para solucionar os conflitos da sociedade. A garantia do acesso à justiça em nosso país, está previsto no inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal de 1988. O acesso à justiça é, portanto, encarado como o requisito fundamental, e o mais básico dos direitos humanos, que por sua vez visa garantir e não apenas proclamar o direito de todos. Nesta ótica estão os princípios norteadores do Direito Agrário, os quais são: celeridade, oralidade e simplicidade, onde jamais poderão ser feridos. Esta monografia aborda um fato atual, porém, pouco debatido em nossa sociedade. Justiça Agrária é uma questão social!

**Palavras – chave:** justiça agrária. autonomia jurisdicional. morosidade. conflitos agrários.



## RESUMEN

Este tema genera controversias en el mundo legal en cuanto a la necesidad o no de la implantación de la justicia agraria en Brasil, la cual representaría la autonomía jurisdiccional del Derecho Agrario. Se crearía un departamento en el Poder Judicial para juzgar con mayor agilidad y eficacia las acciones agrarias, desvinculándose de la Justicia Común y Federal. Debido a la relevancia de la materia, es esencial referirse al artículo 126 de la Constitución Federal de 1988 c/c de la Enmienda Constitucional N. 45 de 31 de diciembre de 2004, en lo que refiere a la omisión de la creación e implantación de la justicia agraria. El tener acceso a la justicia, es derecho básico de todos y esto se refleja en la Declaración Universal de los derechos del hombre del 10 de diciembre de 1948, art. VIII, donde se establece la creación de Tribunales necesarios para solucionar los conflictos de la sociedad. La garantía de acceso a la justicia en nuestro país, se formaliza en el apartado XXXV del art. 5° de la Constitución Federal de 1988. El acceso a la justicia es, por lo tanto, el requisito más básico y fundamental de los Derechos Humanos, donde no sólo se tiene como objetivo proclamar y garantizar el derecho de todos. Desde este punto de vista, se encuentran los principios precursores de la ley de Agraria: celeridad, oralidad y simplicidad, los cuales nunca podrán ser destruidos. Esta monografía nos acerca a un hecho actual de gran importancia en nuestro país, sin embargo poco debatido en nuestra sociedad. ¡La justicia agraria es una cuestión social!

**Palabras - llave:** justicia agraria. autonomía jurisdiccional. morosidad. conflictos agrarios

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. ESTUDO SOBRE A PROBLEMÁTICA AGRÁRIA.....	15
1.1 – Antecedentes Históricos.....	15
1.2 – A Problemática Agrária no Brasil.....	18
1.2.1 – Atividade Agrária.....	20
1.2.2 - A Reforma Agrária.....	21
1.2.3 – Desapropriação de Imóvel Rural.....	24
1.2.4 – Terras Indígenas .....	24
1.2.5 - O Movimento dos Trabalhadores Rurais.....	25
1.3 – O Surgimento da Legislação Agrária no Brasil.....	29
1.4– O Direito Agrário como Ramo Autônomo da Ciência do Direito.....	35
1.4.1 – Autonomia Legislativa.....	36
1.4.2 – Autonomia Científica.....	36
1.4.3 – Autonomia Didática.....	37
1.4.4 – Autonomia Jurisdicional .....	40
2. O DIREITO AGRÁRIO NO BRASIL.....	42
2.1 – Conceito.....	42
2.2 – Finalidade e Característica.....	44
2.3 - Objeto.....	45
2.4 - Natureza jurídica.....	46
2.5 - Princípios Orientadores do Direito Aplicáveis ao Direito Agrário.....	47

2.5.1 – Princípio do Devido Processo Legal.....	48
2.5.2 – Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório.....	49
2.5.3 – Princípio da Justiça Social.....	49
2.5.4 – Princípio da Prevalência do Interesse Público sobre o Particular.....	49
2.5.5 – Princípio da Prevalência do Interesse Coletivo sobre o Individual.....	50
2.5.6 – Princípio da Proteção e da Dignidade das Pessoas.....	50
2.5.7 – Princípio da Inafastabilidade do Poder Judiciário.....	50
2.5.8 – Princípio da Concentração das provas.....	51
2.5.9 – Princípio da Oralidade.....	51
2.5.10 – Princípio da Simplicidade e Informalidade.....	52
2.5.11 – Princípio da Celeridade.....	52
2.5.12 – Princípio da Economia Processual.....	53
2.5.13 – Princípio da Legalidade.....	53
2.5.14 – Princípio da Gratuidade Judiciária.....	53
2.5.15 - Princípio da Função Social da Propriedade.....	54
 3. OS PROBLEMAS QUE ENVOLVEM A JUSTIÇA NO BRASIL.....	 59
3.1 - O Dificil Acesso à Justiça.....	59
3.2 - Por uma Justiça Célere e Efetiva.....	66
3.3 - Justiça Agrária na Constituição de 1988.....	69
 4. JUSTIÇA AGRÁRIA E CIDADANIA NO BRASIL.....	 72
4.1 - Da Cidadania do Rurícola.....	72
4.2 - O Grande Desafio para Implantação da Justiça Agrária no Brasil.....	74
4.2.1 - Antecedentes.....	74
4.2.2 - Posicionamentos Contrários.....	83
4.2.3 - Posicionamentos Favoráveis.....	88
4.3 – Proposta para criação do Tribunal Especializado Agrário.....	95
4.4 – Da Competência.....	98
4.4.1 – Competência para Solução dos Conflitos Agrários na Atualidade.....	98

4.4.2 – Proposta para nova Competência da Justiça no Âmbito Agrário.....	100
4.5 - As vantagens e Desvantagens.....	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS .....	108
ANEXOS.....	113

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por escopo analisar a possibilidade de criação de uma Justiça Agrária, ou seja, de um Tribunal Especializado Agrário regido pelos princípios basilares que regem os Juizados Especiais, como sendo o caminho adequado para se conquistar uma justiça ágil, funcional e efetiva para solucionar os conflitos oriundos do campo.

A terra é, na realidade, a *conditio sine qua non* da existência da vida e tanto é verdade, que é através dela que o homem do campo exerce a atividade agrária, visando a produção agrícola, o bem estar próprio e de toda a sociedade.

Nesta ótica, a terra é a causa primeira da dignidade e cidadania do ser humano, que conseqüentemente, tem uma função social que deve ser fiscalizada e disciplinada pelo estado em nome do fim social e dos interesses difusos. Por causa dessa ligação natural do homem com a terra, é que envolveu em toda a história da civilização e as relações das comunidades em constantes conflitos agrários, ou seja, pela posse e uso da terra.

A propriedade está envolvida em constantes tensões sociais e econômicas, causando acirrados conflitos entre as pessoas que labutam a terra e, estas e o Estado têm fortes repercussões em todas as esferas sociais.

O Direito buscou criar aparelhos e meios que pudessem defendê-la e pacificá-la, com o intuito de superar as violentas controvérsias que explodem ao seu redor. Hodiernamente, identificamos um objetivo que as pressões sócio-econômicas produziram para o operador jurídico: efetivar e concretizar a função social da propriedade.

A Emenda Constitucional n. 10 de 10 de novembro de 1964, reconheceu a competência da União para legislar sobre Direito Agrário, colocando esse ramo do direito ao lado do Direito Civil, do Direito Comercial, do Direito Penal, do Direito do Trabalho. Logo em seguida, o Direito Agrário teve sua existência justificada com o advento do anteprojeto que viria a consubstanciar-se no Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, promulgada em 30 de novembro de 1964). Nascia, assim, no Brasil, com foro constitucional, o Direito Agrário Brasileiro.

Devido à relevância da matéria em análise é imprescindível o estudo do rol do artigo 126 da Constituição Federal de 1988 c/c com a Emenda Constitucional n. 45 de 31 de dezembro de 2004, no que tange a omissão da criação e implantação da Justiça Agrária.

# 1. ESTUDO SOBRE A PROBLEMÁTICA AGRÁRIA

## 1.1 – Antecedentes Históricos.

A história do Direito Agrário nasceu desde a época dos primórdios da humanidade, ou seja, desde o aparecimento do homem na terra, com a necessidade de obter o básico para suas necessidades, dando origem assim, as primeiras linhas do Direito Agrário.

Nesta época, ninguém tinha noção de propriedade individual, as comunidades exerciam a exploração dos alimentos extraídos da terra de forma natural, sem fazer uso de nenhuma técnica, no entanto, paulatinamente, começou o ser humano a criar o egoísmo pelo espaço que conquistava, começando a pensar como exercer suas atividades para obter sua sobrevivência.

Assim, praticamente na idade da descoberta do metal, algumas comunidades começaram a se deslocar para vales férteis, como para as margens do Rio Nilo, Tigre, Eufrates, Rio Amarelo e outros com a finalidade de praticarem a agricultura de forma localizada.<sup>1</sup>

Partindo desse marco, o homem encontrou outro meio de buscar a sobrevivência, percebendo que poderia plantar, colher e armazenar seus produtos, utilizando-os como instrumento de troca, assim nascia o comércio, o qual passou a crescer continuamente na forma de escambo ou troca. As plantações, nesse período, eram cultivadas na forma coletiva ou por comunidades, só após vários anos, que passou a ser de forma individual, como é até hoje. Com o surgimento da propriedade individual ou familiar, o homem percebeu que assim poderia produzir mais e melhor.

---

<sup>1</sup> BORGES, Antonino Moura. **Curso Completo de Direito Agrário. Doutrina Prática, Legislação Complementar, e Jurisprudência**. 1. ed. Lemer, São Paulo: Edijur, 2006, p. 74.

A problemática agrária não pode ser discutida se não fizermos menção da civilização da Grécia e Roma. Na Grécia, as tribos Dóricas, Jônicas e Eólias apossaram-se dos Balcãs. Os conquistadores Dóricos da Lacônia (espartanos) e os Jônicos da Ática (atenienses) disputaram a primazia política e econômica do mundo antigo. A respeito deles escreve Max Beer<sup>2</sup>:

Estes dois povos ocupam um posto de destaque nos anais do socialismo. Os espartanos e, em geral, os dóricos foram os praticantes, assim como os atenienses, e em geral os jônicos, foram os teorizantes, do comunismo e do regime econômico igualitário.

Em Atenas, na época em que dominava a legislação comunista de Esparta, a nobreza, ao contrário, era a classe dominante.

O campesinato foi lentamente expropriado, mas se rebelou a um jurista, chamado Drácon, onde, a nobreza encarregou a tarefa de elaborar uma legislação. Foram estabelecidas, especialmente, penas muito severas para castigar os delitos contra a propriedade. Até ao menor roubo se aplica a pena de morte. Mas tarde, a expressão “leis de Dráco” tornou-se sinônima de brutalidade, dizendo-se que uma lei é draconiana quando é muito severa. Assim, apesar de passarem a ter leis escritas, a situação dos demos não melhorou. Por isso, não cessavam os distúrbios. Os Eupátridas tiveram que ceder e fazer novas concessões. E como resultado delas veio a legislação de Sólon.<sup>3</sup>

Com o passar dos anos Atenas deixou de ser um Estado agrícola para transformar-se em potência marítima. A população nessa época dependia, para alimentar-se, do trigo que os navios transportavam do norte do Mar Negro e de outras regiões para o Pireu, porto de Atenas. Assim nesse período:

Os trabalhadores livres então tiveram de lutar simultaneamente contra o capitalismo e contra a concorrência do trabalho escravo. A propriedade agrária se concentrou. A maioria dos imóveis rurais tinha uma extensão de 6 a 50 hectares; eram propriedades médias, existindo também um sem-número de pequenas propriedades, abaixo de 6 hectares. Era uma exceção o latifúndio de Fenipo, na Ática, com 300 hectares. A situação se repetia nas ilhas do Mar Egeu, como Tenos e Quios, nas cidades da Grécia Asiática, em Helicarnasso e lasos: a terra estava dividida em pequenos lotes. Aristóteles dizia que ninguém era miserável. Exceto os escravos, acrescentamos. Depois essa

---

<sup>2</sup> Max Beer *apud* FERREIRA, Pinto. **Curso de Direito Agrário**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1995.p. 35.

<sup>3</sup> FERREIRA, Pinto. **Curso de Direito Agrário**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1995.p. 39.



situação muda profundamente, com o advento do latifúndio, com o desenvolvimento do capitalismo e da escravidão.<sup>4</sup>

Em Roma o problema agrário teve grande desenvolvimento. A luta pela posse da terra começou cedo em sua história. Inicialmente, Roma teve uma organização gentílica, a cidade se formou pela população romana nativa, denominada patrícios. Esse nome deriva da palavra pater, o chefe da família, que detinha enormes poderes, tendo o poder de escravizar ou de manter os membros de sua família inclusive.

De outro lado, o povo de Roma que não se incluía entre os patrícios formava a plebe, ou seja, os plebeus. Estes eram livres, mas não tinham o direito dos cidadãos, nem tampouco de usar a terra comunal, sendo proibido o casamento entre patrícios e plebeus. A plebe vivia numa posição opressiva por falta de terras, havia a prisão por dívidas, e o devedor que não as pagasse poderia ser acorrentado pelo credor, em casa, durante 60 dias.

A história de Roma, mesmo durante a monarquia, é pontilhada de lutas dos plebeus pela posse da terra, pela eliminação da prisão por dívida e pela conquista dos direitos políticos. Essa luta se agrava seguidamente à queda da monarquia — é a luta entre patrícios e plebeus.

A luta foi prolongada, com a vitória dos plebeus, cuja situação se tornou mais vantajosa com as guerras de conquista, através das quais os romanos ampliaram seus domínios.

A riqueza se concentrou em poucas mãos, desenvolveu-se em proporções gigantescas o capitalismo, seguindo-se uma época de convulsões sociais, de tentativas de Reforma Agrária e de revoltas de escravos, nos quais se baseava a agricultura romana.

Na Idade Média, não foi alheia nem indiferente às lutas sociais pela posse da terra. Os historiadores ortodoxos raramente se referem a tais conflitos de classe, da nobreza e do feudalismo contra o campesinato. Entretanto, é evidente a luta que se processou com antagonismos sociais sempre em conflito, severamente, esmagando os homens oprimidos do campo.

---

<sup>4</sup> FERREIRA, op. cit. p. 41.

Desde então os antagonismos sociais se tornam mais vivos e dando origem as grandes revoluções campestinas. Em Flandres, houve a sublevação dos anos de 1323 a 1328, liderada por Nicolas Zannekin e Jacob Peyt. Se a princípio os campestinos tiveram êxito, foram depois esmagados em Cassel, no ano de 1328, morrendo cerca de 9 mil campestinos e artesãos. A represália da nobreza foi grande, matando-se inclusive mulheres e crianças.<sup>5</sup>

No século XIX, grandes teóricos divulgam as idéias socialistas no plano agrário, e preparam o caminho para o advento do marxismo e do socialismo científico.

Mesmo depois da invasão dos bárbaros na península Ibérica, e a queda do Império Romano, a Lei de Roma teve grande influência na Legislação Européia e foi adotada por várias Nações do Ocidente ao Oriente, permanecendo em vigor na Idade Média e vindo para o Brasil através do domínio de portugueses, via das Ordenações do Reino (Afonsinas, Manuelinas e Filipinas).

## **1.2. A Problemática Agrária no Brasil.**

O problema agrário brasileiro surgiu no ano de 1850, quando acabou o tráfico de escravos, o Império, sob pressão dos fazendeiros, resolveu mudar o regime de propriedade. Até então, ocupava-se a terra e pedia-se ao imperador um título de posse. Dali em diante, com a ameaça dos escravos virarem proprietários rurais, o regime passou a ser o da compra, e não mais de posse.<sup>6</sup>

Na época, os Estados Unidos também discutiam a propriedade da terra. Só que fizeram exatamente o inverso. Em vez de impedir o acesso à terra, abriram o oeste do país para quem quisesse ocupá-lo - só ficavam excluídos os senhores de escravos do sul. Assim, criou-se uma potência agrícola, um mercado consumidor e uma cultura mais democrática, fundada numa sociedade de milhões de proprietários.

---

<sup>5</sup> FERREIRA, op. cit. p. 49

<sup>6</sup> BORGES, op. cit. p. 115.

Com pequenas variações, em países da Europa, Ásia e América do Norte impera a propriedade familiar, aquela em que pais e filhos pegam na enxada de sol a sol e raramente usam assalariados. Sua produção é suficiente para o sustento da família e o que sobra, em geral, é vendido para uma grande empresa agrícola comprometida com a compra dos seus produtos.

No Brasil, o que há de mais parecido com isso são os produtores de uva do Rio Grande do Sul, que vendem sua produção para as vinícolas do norte do Estado. Em Santa Catarina, os aviários são de pequenos proprietários. Têm o suficiente para sustentar a família e vendem sua produção para grandes empresas, como Perdigão e Sadia. As pequenas propriedades são tão produtivas que, no Brasil todo, boa parte dos alimentos vem dessa gente que possui até 10 hectares de terra. Dos donos de mais de 1.000 hectares, sai uma parte relativamente pequena do que se come. Ou seja: eles produzem menos, embora tenham 100 vezes mais terra (...) Ainda que os pequenos proprietários não conseguissem produzir para o mercado, mas apenas o suficiente para seu sustento, já seria uma saída pelo menos para a miséria urbana. "Até ser um Jeca Tatu é melhor do que viver na favela", diz o professor Martins. Além disso, os assentamentos podem ser uma solução para a tremenda migração que existe no país. Qualquer fluxo migratório tem, por trás, um problema agrário. Há os mais evidentes, como os gaúchos que foram para Rondônia na década de 70 ou os nordestinos que buscam emprego em São Paulo. Há os mais invisíveis, como no interior paulista, na região de Ribeirão Preto, a chamada Califórnia brasileira, onde 50.000 bóias-frias trabalham no corte de cana das usinas de álcool e açúcar durante nove meses. Nos outros três meses, voltam para a sua região de origem - a maioria vem do paupérrimo Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais.<sup>7</sup>

O problema agrário no Brasil tem uma grande importância. Assim, o estudioso Coutinho Cavalcanti afirmou que:

O assalariado ganha mais e tem menos; o pequeno burguês proletariza-se, a classe média, sustentáculo do regime, vai desaparecendo. As rendas vão-se desconcentrando em um número cada vez menor de magnatas, de cujo esplendor e luxo as demais classes vão tornando tributárias.<sup>8</sup>

Em matéria agrícola, nosso país é como a velha China, uma nação de base campesina. Não há dúvida que o problema agrário necessita ser resolvido rapidamente.

---

<sup>7</sup> Revista Veja On Line. **Em profundidade Reforma Agrária**. Contextos e números. Um velho desafio brasileiro. A importância da reforma agrária para o futuro do país. Disponível In: [www.Google.com, http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma\\_agraria/contexto\\_1.html](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/contexto_1.html). Acesso em: 22.agos.2006 às 22h48 min.

<sup>8</sup> FERREIRA, op. cit.p. 113.

Outro problema que envolve o Brasil é a falta de uma política agrícola adequada. Pois, deveria ser feita uma política em que, de imediato, seria implementado uma Reforma Agrária que atenderia o conjunto dos trabalhadores e programas que garantam o acesso à terra, crédito, assistência técnica, saúde, educação e mecanismos de comercialização dos produtos. Mas infelizmente não é isso que acontece, nossa política agrária ainda é precária, por isso que o homem que labuta a terra passa por enormes dificuldades no campo.

#### 1.2.1 – Atividade Agrária.

A atividade agrária é elemento fundamental para caracterizar o Direito Agrário, pois, caso não a exerça, este direito não tem aplicabilidade, continuando no plano abstrato, isto é, a lei antes de sua efetivação prática.

Dessa maneira, a atividade agrária é que realiza o Direito Agrário, quem o põe em movimento, tornando-o concreto à consecução de seus objetivos.

O Direito Agrário tem como objeto a terra e esta se constitui de diversos elementos, como: a estrutura agrária, a empresa agrária e a atividade agrária.

A professora Giselda M. F. Novais Hironaka<sup>9</sup> nos traz o conceito de atividade agrária formulado por Fernando Pereira Sodero:

A atividade agrária é o complexo das operações realizadas pelo rurícola, profissionalmente, visando à produção da terra, num processo agrobiológico no qual participa ativamente, sendo certo que seus atos não se executam isoladamente, mas com a colaboração ativa do processo evolutivo da própria natureza.

Assim sendo, a atividade agrária é o resultado da atuação do homem sobre a terra em busca de um objetivo que é a produção, auxiliado pela participação efetiva da natureza.

---

<sup>9</sup> **Revista de Direito Civil**, a. 9, n. 33, p. 67-83. São Paulo: Revista dos Tribunais, jul.set. 1985. p. 72-73.

A atividade agrária é considerada o principal elemento conceitual do Direito Agrário, tendo em vista que em função dela forma-se uma estrutura agrária, surge a empresa agrária e é executada uma política agrária.

### 1.2.2 – A Reforma Agrária.

O problema da concentração agrária é um fato evidente no país, consequência direta da velha estrutura feudal herdada dos tempos coloniais. Acrescenta-se, ainda, as terras sem cultivo, sem plantação e sem pastoreio dos velhos senhores rurais. Este problema tem como solução a Reforma Agrária.

A falta de uma justa distribuição de terra no Brasil tem ensejos históricos, e a luta pela Reforma Agrária envolve aspectos econômicos, políticos e sociais. A questão fundiária atinge os interesses da população brasileira que tira seu sustento do campo, entre grandes e pequenos agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais e os sem-terra.

Montar uma nova estrutura fundiária que seja socialmente justa e economicamente viável é um dos maiores desafios do Brasil. De certa forma, o país se libertou quando tornou livres os escravos. Assim, quando não precisar mais discutir a propriedade da terra, terá alcançado nova libertação.

No Brasil denominam ainda restos do feudalismo agrário, que transplantado da Europa, aqui enraizou na espécie da colonização. O Brasil é um país de latifúndio. O licenciamento de 1920 mostrou a existência de 30 milhões de habitantes. Apenas 64 mil latifundiários controlavam na época 135 milhões de hectares. Algumas empresas, como a Costa Ferreira & Cia., do Pará, concessionárias da linha de navegação do Amazonas, como dois sócios, possuíam uma extensão de terra igual à Inglaterra, Escócia e Irlanda juntas (...) Em 1940, os latifúndios, os quais correspondiam àquelas propriedades acima de 200 hectares, que quando somadas abrangiam 73,70% da área total; a área das pequenas propriedades montava a 26,30%. Mas a miséria do campesinato era grande. Segundo os algarismos do censo de 1940, apenas 1% dos habitantes detinha 2/3 da área total. Já 95% da população, isto é, 7 milhões de camponeses, não possuíam terras.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> FERREIRA, op. cit. p. 111.

Em 1950 a situação piorou. Houve, de um lado, a tendência a pulverização da pequena propriedade em minifúndios, o que é um desastre, combatido pelo marxismo inclusive. E houve *pari pasu* a tendência à reaglutinação da grande propriedade, em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, na maioria dos Estados brasileiros. Os novos rumos da concentração dos imóveis rurais agravavam a questão agrária.

O problema agrário tem uma importância que avulta no país. Como é sabido, a população que labuta nos campos, vive numa miséria franciscana. Em certos aspectos, o movimento de realização da reforma agrária, que atinge vastos setores da opinião pública, é um movimento que visa eliminar as formas sobreviventes do feudalismo agrário, da concentração do poder econômico nos latifúndios, das formas feudais de exploração ou de monopólio da terra. A Reforma Agrária é abolicionista da miséria e da angústia de uma grande massa de homens que vivem no campo, com um horizonte limitado de possibilidades.

Com seu privilégio territorial, o Brasil jamais deveria ter o campo conflagrado. Existem mais de 371 milhões de hectares prontos para a agricultura no país, uma área enorme, que equivale aos territórios de Argentina, França, Alemanha e Uruguai somados. Mas só uma porção relativamente pequena dessa terra tem algum tipo de plantação. Cerca da metade destina-se à criação de gado. O que sobra é o que os especialistas chamam de terra ociosa. Nela não se produz 1 litro de leite, uma saca de soja, 1 quilo de batata ou um cacho de uva. Por trás de tanta terra improdutiva, esconde-se outro problema agrário brasileiro. Até a década passada, quase metade da terra cultivável ainda estava nas mãos de 1% dos fazendeiros, enquanto uma parcela ínfima, menos de 3%, pertencia a 3,1 milhões de produtores rurais.<sup>11</sup>

O Brasil é um campeão em concentração de terra em comparação com os vizinhos latino-americanos. Não sai da liderança nem se for comparado com países onde a questão é explosiva, como Índia ou Paquistão. Nosso país possui grandes quantidades de terras na mão de poucos e vastas extensões improdutivas. O Brasil montou o cenário próprio para atear fogo ao campo. É aí que nasceram os conflitos, que nos últimos anos vem fazendo centenas de mortos.

A Reforma Agrária, elencada pela Constituição funciona como uma espécie de sanção para o imóvel que não esteja cumprindo sua função social, assim, ocorrerá a desapropriação por

---

<sup>11</sup>Revista Veja On Line. **Em profundidade Reforma Agrária.** Contextos e números. Um velho desafio brasileiro. A importância da reforma agrária para o futuro do país. Disponível In: [www.Google.com, http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma\\_agraria/contexto\\_1.html](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/contexto_1.html). Acesso em: 22.agos.2006 às 22h48 min.

interesse social, o qual é um programa do governo federal, plano de atuação estatal, mediante intervenção do Estado na economia agrícola do país, não somente para destruir o modo de produção existente, mas também para promover a repartição da propriedade e da renda fundiária. Implantada com o objetivo de promover o acesso à propriedade rural mediante a distribuição ou redistribuição de terras.

O Brasil precisa aprimorar seus órgãos de desempenho da Reforma Agrária, pois como afirma a pesquisadora Lígia Maria Osório Silva<sup>12</sup> "O Incra tem um desempenho patético", afirma ela, lembrando que até hoje o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão encarregado da política fundiária no país, não sabe a localização exata de terras que poderiam ser usadas para assentamentos.

A distribuição de terras deve ocorrer, principalmente onde houver condições de amenizar situações de forte desigualdade social, diagnosticadas como de solução prioritária.

Segundo o Professor Antônio José de Matos Neto:

A posse agrária deve ser um instrumento apto a multiplicação da riqueza, devendo estar adequadamente ordenada para contribuir com o desenvolvimento e paz social. Já aos conflitos artificialmente provocados o governo tem de resistir, pois do contrário perderá o controle do processo e nunca terá dinheiro nem aparato legal e policial para solucionar todos os casos que poderão surgir. Nessa resistência, precisa estar preparado - em particular a polícia - para não causar tragédias. Aliás, é bom lembrar que já houve muitas ocupações revertidas sem maiores problemas e, ainda recentemente, houve uma passeata de sem-terra em São Paulo, na qual a polícia se revelou competente para superar situações potencialmente conflituosas, como os problemas causados ao trânsito e reações dos manifestantes ou contra eles.<sup>13</sup>

O Estado tem por obrigação proporcionar uma vida digna para sua população, com implantação de programas de regularização fundiária que seria o básico para a população campesina exercer sua cidadania. A falta de uma Reforma Agrária eficiente no país é a causadora de inúmeros conflitos que assola o campo. O mais comum é a invasão de terras

---

<sup>12</sup> *Idem.*

<sup>13</sup> PAIVA, Mário Antônio Lobato de. Acesso à Terra e Políticas Governamentais . Disponível In: [www.JusNavigandi, Teresina, ano 2, n. 22, dez. 1997, <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1674>](http://www.JusNavigandi.Teresina,ano2,n.22,dez.1997,<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1674>). Acesso em: 11 ago. 2006.

particulares, onde necessário se faz acionar o Poder Judiciário com uma ação de reintegração de posse para reaver a propriedade invadida.

### 1.2.3 – Desapropriação de Imóvel Rural.

Devido à falta de uma Reforma Agrária eficiente em nosso país é que surgiram vários processos desapropriatórios nos últimos tempos.

O instituto da desapropriação de imóveis rurais está previsto no art. 5º, XXIV, art. 182, art. 184 da Constituição Federal de 1988 (CF) e arts. 18 a 23 do Estatuto da Terra.

Ora, proprietário é aquele que tem o imóvel registrado em seu nome. É esta a presunção, segundo se vê do artigo 859 do código civil.

É uma presunção destrutível, presunção *júris tantum*, mas prevalecerá até prova em contrário.

O poder desapropriante não quer negar esta titularidade, ou pelo menos não é este o objetivo principal da ação expropriatória. O que ele quer é arrebatar a propriedade. Para tanto não é aceitável que o faça com a violência estampada no Decreto-Lei n. 554/69, pelo qual o proprietário só fica sabendo da intenção do expropriante quando já não é mais proprietário nem possuidor.

### 1.2.4 – Terras Indígenas.

As terras ocupadas pelos indígenas também são consideradas pela Constituição Federal como bens públicos. O art. 231, § 1º, define como sendo as terras habitadas pelos índios em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à



preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Estas por sua vez, de acordo com a Constituição Federal de 1988, são de posse permanente dos índios, assegurando-se o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, sendo nulos os atos de ocupação, domínio e posse que envolva tais terras.

### 1.2.5 – O Movimento dos Trabalhadores Rurais.

Ocorre que, em razão da política agrária ser falha, criou-se movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), onde, a cada ano cresce mais o número de trabalhadores se coligando a esse tipo de movimento em busca de um pedaço de chão.

Esse movimento surgiu a partir de uma articulação promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada ao setor progressista da Igreja Católica, em que promoveram vários encontros regionais entre suas lideranças, que desembocaram num Encontro Nacional ocorrido em janeiro de 1984, em Cascavel, município do Paraná, no qual foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), como um movimento nacional de luta pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças sociais. “Um ano depois, em janeiro de 1985, na cidade de Curitiba (PR), o MST realiza seu 1º Congresso Nacional”.<sup>14</sup>

O Movimento dos Trabalhadores Rurais é um movimento nacional extremamente organizado, presente em 23 Estados Brasileiros, dos quais nenhum é a Amazônia, uma vez que, o Movimento não concorda com a colonização da floresta. O MST, começa a se constituir no final dos anos 70 e início dos anos 80, num contexto histórico marcado pelo início da crise do regime ditatorial militar que se instalara no país em abril de 1964. Várias lutas localizadas anunciavam o surgimento de um novo movimento de luta pela terra no Brasil: em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em setembro de 1979, 110 famílias ocuparam as glebas Macali e Brilhante; em Campo Erê, Santa Catarina, em 1980, ocorre a ocupação da fazenda Burro Branco; no Paraná, mais de dez mil famílias, que teriam suas terras inundadas pela construção da barragem de Itaipu, organizavam-se contra o Estado; em São Paulo, ocorria a luta dos posseiros da fazenda Primavera, nos municípios de Andradina, Castilho e Nova Independência, no Mato Grosso do Sul, nos

---

<sup>14</sup>LEÃO, André Carneiro. **A Função Social da Propriedade e as Ocupações de Terra por Movimentos Sociais**. Disponível In: www. Jus Navigandi.com.Br, <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7089>. Acesso em: 11 ago. 2006 às 21h55 min.

municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de trabalhadores rurais arrendatários lutavam pela permanência na terra.<sup>15</sup>

O Movimento dos Sem-Terra envolve a mobilização de agricultores que reivindicam o direito à terra, ou seja, uma propriedade onde viver, plantar e produzir seu sustento. Muitos de seus componentes são agricultores que trabalhavam nas terras de grandes proprietários ou possuíam pequenas propriedades e não tiveram suporte para mantê-las.

O MST se esforça para que o cidadão sem terra tenham acesso à educação e à formação agrícola em busca de melhorar as áreas da saúde, da educação e da justiça nas zonas rurais. O Movimento acredita que se pode combater o desemprego, o analfabetismo e os cuidados de saúde precários nestas.

O MST não se coloca, na atual conjuntura política, na defensiva, ao contrário do que ocorre, por exemplo, com o movimento sindical, porque se alimenta dos efeitos sociais perversos produzidos pelo próprio neoliberalismo. Explicando melhor: no momento atual, o objetivo dos trabalhadores aglutinados pelo MST é, acima de tudo, fugir do desemprego, do subemprego, ou mesmo da possibilidade de, num futuro próximo, tornar-se um desempregado. Neste sentido, a luta pela terra coloca-se para esses trabalhadores como uma espécie de busca de um "porto seguro", ou seja, como um meio capaz de garantir o sustento próprio e também o de suas famílias, longe da insegurança do emprego na cidade ou no campo. À medida que aumentam a marginalização e a exclusão social que atingem em cheio as classes subalternas, aumentam as bases sociais do MST que repõe a essa população marginalizada o sonho do trabalho, da sobrevivência e da reprodução social. Dessa maneira, poderíamos dizer que a força política do MST deriva, em grande parte, do desemprego gerado pela abertura da economia brasileira ao mercado internacional, da recessão e/ou do baixo crescimento econômico provocados pelos juros altos e pela busca a qualquer custo da estabilização monetária, da importação de maquinário computadorizado que atinge as indústrias de ponta da economia brasileira e que reduz drasticamente o estoque de empregos nesse setor, da própria mecanização das atividades agrícolas, fatores estes que se fizeram e se fazem presentes como nunca no cenário econômico desenhado pelo Plano Real e no cenário político atual.<sup>16</sup>

As áreas rurais no Brasil têm sido alvo freqüente de violação dos direitos humanos, além da habitual pobreza. As ameaças, as torturas e as mortes tornaram-se uma realidade freqüente. A

---

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> LEÃO, André Carneiro. **A Função Social da Propriedade e as Ocupações de Terra por Movimentos Sociais**. Disponível In: [www. Jus Navigandi.com.Br](http://www.JusNavigandi.com.Br), <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7089>. Acesso em: 11 ago. 2006 às 21h55 min.

problemática que envolve a posse da terra está na origem destes atos de violência quer por parte dos proprietários das terras quer das forças policiais, os quais recorrem à violência para expulsar os Sem-Terra que ocuparam terras alheias.

Nos últimos 10 anos, já morreram mais de 1.000 pessoas, devido a estes confrontos. Só em 1996 foram registrados 750 conflitos de terra, resultando na morte de 54 camponeses. Esse mesmo ano ficou conhecido pelo massacre de 19 trabalhadores sem terra, em Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, em 17 de Abril. O ano anterior, 1995, tinha sido marcado por um massacre em Curumbiara, no Estado de Rondônia, o qual ocorreu em 9 de Agosto.<sup>17</sup>

Estes movimentos buscam o direito de acesso à terra. Terra para fins de moradia é direito universal. Os governos, em todos os níveis, devem garantir jurídica e materialmente esse direito a todos os cidadãos independentemente de sua condição social e econômica.

Contudo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais não são as únicas vítimas, eles por acreditarem que possuem o poder, usam dessa força para invadir, saquear, matar, depredar a natureza trazendo graves consequências para a nossa sociedade.

A este passo o MST já está sem credibilidade para a maioria da população, pois, todas as vezes que eles invadem as propriedades, acarretam transtornos, muitas vezes resultando em mortes. O que existe é um grande alvoroço e depois muitos saem, vendem, se descobre que um “agricultor forte” ou que alguma autoridade interessada os contratou para efetuar tal serviço. Existem outros casos em que, alguns membros deste movimento apenas utilizam-se do *slogan* MST para auferir vantagens, próprias ou alheias.

O exemplo disso está em um conflito provocado pela invasão dos Sem-Terra no nosso estado, entre os municípios de Ariquemes e Jaru. Artigo publicado pelo Jornal Diário da Amazônia:<sup>18</sup>

A tranquilidade que se tinha na zona rural nos últimos tempos abriu espaço para um clima de guerra. Agricultores da Região do Jamari denunciam que os Sem-Terra estão armados, fazem ameaças e querem tomar as propriedades rurais à força. A fazenda Só

---

<sup>17</sup> Idem.

<sup>18</sup> MARTINS, Luiz. **Sem Terra Aumenta Risco de Conflito**. Jornal Diário da Amazônia. Caderno B, Porto-Velho, quinta-feira, 3 de agosto de 2006. p. B3.

Cacau já foi alvo de reintegração de posse, mas voltou a ser invadida no dia 24 de agosto de 2006, o que aumentou a tensão no local. A reintegração aconteceu no início do mês de julho. Onde cerca de 200 manifestantes, identificados pela polícia Militar como integrantes da liga dos Camponeses Pobres de Rondônia (LCPR), os quais foram retirados pacificamente do local invadido. Mas se não bastasse, no dia seguinte homens armados voltaram ao local e atearam fogo na sede da fazenda. Benfeitorias de outras propriedades também foram destruídas. Por causa do incêndio, a Polícia Militar voltou ao local do litígio e encontrou cerca de 10 integrantes dos sem-terra tentando destruir o restante da propriedade, que não havia queimado, no ataque do dia anterior. Foram presos dois integrantes do movimento, um deles menor de idade. O delegado de Polícia Civil, Tiago Flores, revelou informações que confirmam as denúncias dos agricultores. Ele disse em depoimento, que a dupla de sem-terra, presa, confessou que no acampamento há armas de grosso calibre e que muitos estão dispostos ao confronto armado. Como prova da violência, agricultores, que preferem não ser identificados, guardam as munições disparadas supostamente pelos membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST). O delegado Flores disse que agentes do Serviço de Investigação e Captura da Polícia Civil farão trabalhos sigilosos, para comprovar e identificar quais dos sem-terra estão armados e espalhando terror na região. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) não se manifestou sobre o caso.

Outro caso de repercussão nacional foi à recente invasão que ocupou a Câmara do Congresso Nacional no dia 06 de junho de 2006, por militantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST).

O episódio resultou num simples ato de vandalismo, com muita pancadaria e quebra-quebra, cometido por um bando de desocupados. Este movimento é uma dissidência do Movimento dos Trabalhadores Rurais, mais conhecidos como Sem-Terra (MST). O MLST foi criado no ano de 1997, hoje é considerado como o segundo maior grupo de trabalhadores sem-terra, atrás apenas do MST, com presença em cerca de nove Estados. O movimento chamou a atenção nos últimos anos pelo menos em dois episódios: o primeiro deles foi à invasão do Ministério da Fazenda, no mês de abril do ano passado, composto por cerca de 1.200 integrantes, que ocuparam por volta de seis horas o edifício na capital federal. No ano de 2004, na visita ao Palácio do Planalto. Na verdade o MST e MLST são dois movimentos rivais, já entraram em choque no ano passado, quando ocuparam a mesma fazenda, em Alagoas. Os dois Grupos disputam a invasão da fazenda Riachão, que pertence à falida Usinas Agrisa e que estava invadida pelo MLST desde outubro de 2004.<sup>19</sup>

Ainda nesse ano, ocorreu outro episódio, em que, os repórteres do Fantástico chegaram a um território marcado por conflitos, ameaças de mortes e tensões para todos os lados.

A cidade de Santarém fica no coração da floresta amazônica, no encontro dos rios Amazonas e Tapajós. A cidade tem 300 mil habitantes e está passando por sérios

---

<sup>19</sup> MATAIS, Andreza. **Integrantes do MLST invadem Câmara dos Deputados**. Folha Online. Disponível em [www. Google.com, http://www.all4all.org/2006/06/2568.shtml](http://www.all4all.org/2006/06/2568.shtml). Acesso em 11.set.2006 às 23h38 min.

conflitos, de um lado, fazendeiros vindos de outros estados do país, principalmente Rio Grande do Sul e Paraná. Eles querem fazer uso de grandes áreas de terras ao redor da cidade para plantar soja, pois, alimentar o país é o lema desse grupo. De outro lado, estão os ecologistas, Igreja Católica e os moradores antigos da região. O objetivo desse grupo é desenvolver sem agredir a Amazônia. Em desabafo, o Padre Edilberto Senna argumenta: “Quando a gente diz que na Amazônia a impunidade mata e desmata, é porque mata a irmã Dorothy, mata líderes sindicais e desmata a floresta”.<sup>20</sup>

Essa é a triste realidade que assola nosso país. O Brasil possui grandes extensões de terras produtivas, mas que infelizmente são mal distribuídas. Possui também, grande parte da sua população no campo, assim também pode se afirmar que uma parte considerável da economia do país é advinda da produção agrícola. Com base no que foi exposto, surge as seguintes indagações: Até que ponto vale a pena arriscar vidas por um pedaço de chão? Quanto tempo vai durar está situação que envolve nosso país? Quem são os culpados nessa história, os sem - terras por não terem um pedaço de chão para tirar seu sustento, ou os governantes do nosso país, que muitas vezes cruzam os braços diante da assombrosa realidade que vem enfrentando o Brasil? E quem são as vítimas desses conflitos?

Devido a ocorrência de vários conflitos ligados às terras brasileiras que se expandiram na década de 80 e perpetuaram até os dias de hoje, se fez necessária a elaboração de leis que regessem a matéria agrária.

### **1.3 – O Surgimento da Legislação Agrária no Brasil.**

No Brasil - Colônia, logo após o descobrimento, vigorava em Portugal as Ordenações Afonsinas, por conseguinte, o Brasil como Colônia e dependente politicamente dos portugueses também estava sob os comandos dessa mesma Ordem Jurídica. Logo, veio o sistema de Sesmaria que era copiado do Sistema Português, tinha como exigências o efetivo aproveitamento da terra concedida ao sesmeiro (uma espécie de função social).

---

<sup>20</sup>FANTÁSTICO. **A Guerra da Soja**. Disponível in: [www.Globo.com/Fantástico.Programa](http://www.Globo.com/Fantástico.Programa) exibido em 11.06.2006, <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,,AA1214677-4005-0-0-11062006,00.html>. Acesso em: 17.jul.2006 às 13h31 min.

No entanto, o uso do Instituto das Sesmarias aqui no Brasil não conservou nenhuma identidade ou semelhança com o vigente em Portugal, pois obrigou as autoridades portuguesas a fazerem constantes regulamentos e adaptações, porque a situação das terras do Brasil era outra, ou seja, a quantidade de terras era superior a de pessoas.

Em 27 de dezembro de 1695, foi elaborada a Carta Régia, que limitou as áreas concedidas aos sesmeiros. Em 20 de janeiro de 1699, foi criada outra Carta Régia, ordenando que fossem demarcadas as terras concedidas com a finalidade de dar definição ou determinação ao domínio em nome de quem efetivamente as possuíam. Posteriormente, surgiu a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, que de certa forma, foi o primeiro ato de nosso direito.<sup>21</sup>

Na concepção de Malta Cardoso, *apud*, Paulo Torminn Borges:

A Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, que ordenou a abertura dos portos do Brasil ao comércio direto com o estrangeiro, assim o fez ‘a benefício do comércio e da agricultura, que tanto desejo promover’ – (a) Príncipe – e foi talvez esta a mais antiga e positiva demonstração do direito dos rurícolas, no país, e de sua importância para o bem público.<sup>22</sup>

Na época do Brasil – Império, a situação da colonização adveio da época do Brasil Colônia, mas, no entanto, era realmente uma fase de transição de uma recém independente Nação. Nessa mesma época, o Sistema de Sesmarias já havia caído em desuso, porque não atendia as necessidades do avanço e as transgressões das normas régias.

No ano de 1824 foi promulgada a 1ª Constituição Brasileira, herdada de Portugal, mas bem uma Carta Outorgada do primeiro imperador, em que, entendeu por bem garantir o direito de propriedade, implantando o sistema da propriedade capitalista e absoluta, ou seja, o instrumento que propiciou o surgimento do latifundiário.

---

<sup>21</sup> BORGES, Antonino Moura. **Curso Completo de Direito Agrário. Doutrina Prática, Legislação Complementar, e Jurisprudência**. 1. ed. Lemer, São Paulo: Edijur, 2006, p. 107.

<sup>22</sup> BORGES, Paulo Torminn. **Institutos Básicos do Direito Agrário**. 7. ed. rev. atual. acres. de um capítulo sobre os institutos do Direito Agrário na CF de 1988. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 11.

A constituição política do Império do Brasil, jurada por D. Pedro II em 25 de março de 1824, em seu artigo 179 sob o título “Das Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros”, estabeleceu sua inviolabilidade, afirmando no item n. 22:

É garantido o direito de propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público, legalmente verificado, exigir o uso e emprego da propriedade do cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A lei marcará os casos em que terá lugar esta única exceção e dará as regras para determinar a indenização.<sup>23</sup>

Até hoje, o Brasil teve sete constituições, a primeira delas de 1824, ainda no período monárquico.

Todas elas cuidaram da questão da propriedade, ora de maneira mais sucinta, ora mais extensamente.

Aquilo que foi designado “bem público” no império se transformou em dois tipos de “utilidades”: por interesse público e por interesse social.

O advento da primeira lei (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1.850) de terras no Brasil, só veio 26 (vinte e seis) anos mais tarde com o Diploma legal, por exigência da Lei Maior naquela época. Passados 4 (quatro) anos foi regulamentada pelo Decreto 1.318 de 30 de janeiro de 1854.

A primeira Constituição Republicana, de 24 de fevereiro de 1891, na seção II, do seu art. 72, assegurava à brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade.

Depois foi elaborada outra Constituição, promulgada em 18 de julho de 1934, seu Capítulo II, “Dos Direitos e Das Garantias Individuais”, no artigo 113 assegurava a brasileiros concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à propriedade.

Ao lado dos direitos fundamentais, constantes das constituições anteriores, a nova Constituição Federal inclui o direito à subsistência.

---

<sup>23</sup> ALVARANGA, Octávio Mello. **Política e Direito Agroambiental: Comentários a Nova Lei de Reforma Agrária (lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993)**. 2.ed.Rio de Janeiro: Forense, 1995. p.22.

Em seu artigo 125, surge, pela primeira vez, no direito brasileiro, a figura do “usucapião *pro labores* especial”, também chamado de usucapião constitucional.

Tal dispositivo determinava que todo brasileiro que não fosse proprietário rural ou urbano, e viesse a ocupar, por dez anos contínuos, sem oposição ou reconhecimento de domínio alheio, um trecho de terra de até 10 hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele sua morada, adquirir-lhe-ia o domínio mediante sentença devidamente transcrita.

Em decorrência do golpe militar de 10 de novembro de 1937 que implantou o Estado Novo, foi outorgada à nação brasileira, nessa mesma data, uma nova constituição, na qual eram aproveitados diversos artigos da constituição da Polônia – de que lhe resultou a qualificação depreciativa de “polaca”.

No seu Capítulo “Dos Direitos e Garantias Individuais” (art. 122) deixou assente:

A constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade. A desapropriação, por necessidade ou utilidade pública seria feita mediante indenização prévia.<sup>24</sup>

O inciso constitucional, contudo, não era auto-aplicável. E o Ministro Carlos Medeiros e Silva, *apud*, Octávio de Mello Avarenga, expondo sobre a matéria, ensina:

A inovação não visou apenas ampliar os casos de desapropriação. Os casos de desapropriação por necessidade pública foram sempre enumerados em lei ordinária, havendo acordo quanto a crescente aplicação. O objetivo da Constituição foi, evidentemente, o de configurar uma nova causa de expropriação cuja efetivação não deverá ficar adstrita aos mesmos critérios que inspiram as modalidades anteriores conhecidas.<sup>25</sup>

Em seu art. 156, § 3º, foi mantida a usucapião *pro labore*, elevando a área para uma gleba “não superior a 25 hectares”.

---

<sup>24</sup> ALVARANGA, op. cit. p. 24.

<sup>25</sup> ALVARANGA, op. cit. p.25.



Foi a Emenda Constitucional n. 10, de 10 de novembro de 1964, que deu autonomia para legislar sobre o Direito Agrário, como nova disciplina no quadro das ciências jurídicas.

Neste mesmo ano, durante o período Republicano foi criada a 1ª lei que seria voltada exclusivamente para cuidar da questão agrária. O conhecido Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964), que foi criado em plena ditadura militar e promulgado pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco. Esta é considerada a lei agrária fundamental para cuidar das questões que envolvem a terra. Ela é composta de 128 artigos, que fixa os rumos básicos do relacionamento entre o homem e a terra. Alguns desses artigos já foram alterados por leis posteriores. Antes de qualquer conotação jurídica, a idéia de criação do Estatuto da Terra é proveniente de uma ação política.

A Lei n. 4.504, apesar de ter sido instituída em pleno regime militar, possibilitou avanços no Direito Agrário quanto à questão da Reforma Agrária e na Política Agrícola, trata-se assim, de um instrumento legal, que nasceu em decorrência da forte estrutura do Direito Agrário no sistema jurídico brasileiro, com o intuito de proteger os direitos do homem, como sujeito da relação jurídica e destinatário das vantagens proporcionadas pela lei. Protege também a terra, porque esta é o bem mais valioso que o homem possui para garantir sua sobrevivência e das gerações futuras.

O Estatuto da Terra traz em seu bojo as garantias do Direito Agrário. Nele estão inseridos, como princípios jurídicos, econômicos e sociais: a aplicação da função social da propriedade, o progresso sócio-econômico do homem do campo, a produtividade adequada das terras rurais, a conservação dos recursos naturais, a determinação para serem observadas as leis que regulam as relações de trabalho, a efetivação da justiça social e a predominância do interesse público sobre o particular.

Na verdade, as metas estabelecidas pelo Estatuto da Terra eram duas: a execução de uma Reforma Agrária e o desenvolvimento da agricultura no país. Mas, nos dias atuais, pode-se constatar que a primeira não obteve o resultado esperado, enquanto a segunda recebeu certa atenção dos governantes, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura brasileira.

O Estatuto da Terra tratou dos planos assistenciais, técnicos e financeiros, mas omitiu-se, entretanto, em relação a um importante aspecto: a instituição de um aparelho Judiciário adequado para atuar no âmbito agrário.

Em 24 de janeiro de 1967, foi promulgada uma nova Carta Magna, a qual dispunha em seu artigo 150: “A constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida e à liberdade, à segurança e à propriedade”.<sup>26</sup>

A usucapião *pro labore* foi excluída de seu texto, continuando a existir, contudo o artigo 98 do “Estatuto da Terra” e, posteriormente, na lei n. 6.969 de 10 de dezembro de 1981.

Na Emenda Constitucional n. 1 de 1969 em seu artigo 153, sob o Título “Dos Direitos e Garantias Individuais” reiterava o constante da Carta Magna de 1967 no que concerne à inviolabilidade do direito de propriedade.

O § 22 do referido artigo aludia “a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, ressalvado o disposto no artigo 161.

Assim, facultava-se ao expropriado aceitar o pagamento em títulos da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária.

O artigo 160, inciso III, reiterava o Princípio da Função Social da Propriedade, dispondo o artigo seguinte:

Artigo 161:

Art. 161. A União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas.

§ 1º A lei disporá sobre volume anual ou periódico das emissões dos títulos, suas características, taxas dos juros, prazo e condições do resgate.

§ 2º A desapropriação de que trata este artigo é da competência exclusiva da União e limitar-se-á às áreas incluídas nas zonas prioritárias, fixadas em decreto do Poder

---

<sup>26</sup> ALVARANGA, op. cit. p. 25.

Executivo, só recaindo sobre propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie o acima disposto, conforme for estabelecido em lei.

§ 3º A indenização em títulos somente será feita quando se tratar de latifúndio, como tal conceituado em lei, excetuadas as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro.

§ 4º O Presidente da República poderá delegar as atribuições para a desapropriação de imóveis rurais por interesse social, sendo-lhe privativa a declaração de zonas prioritárias.

§ 5º Os proprietários ficarão isentos dos impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre a transferência da propriedade sujeita a desapropriação na forma deste artigo.

Fechamos o círculo das constituições brasileiras, atingindo a Carta Magna de 1988, cujos artigos 184 a 191 tratam do tema estudado.

Importante frisar que o artigo 22, I, da Constituição vigente, manteve a competência privativa da união para legislar sobre o direito agrário, no inciso II, do mesmo artigo, competência para legislar sobre desapropriação.

No Título II – “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, abre-se com o artigo 5º, inaugurando o Capítulo “Dos Direitos e Deveres Individuais”.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

Tais são as determinações fundamentais da Constituição Federal de 1988 alusivas à propriedade, à desapropriação, às áreas factíveis de serem desapropriadas, a tipologia da indenização decorrente.

#### **1.4 – O Direito Agrário como Ramo Autônomo da Ciência do Direito.**

O Direito Agrário veio para ficar, até porque, está sedimentado no Direito de diversas Nações, pois é o instrumento adequado para solucionar os problemas oriundos da terra, inclusive, é detentor de um vasto campo e objeto de estudo. O Direito Agrário conseguiu obter, durante esta trajetória, apenas a autonomia legislativa, científica e didática, pois, ainda não temos a Justiça Agrária, que representaria a autonomia jurisdicional.

#### 1.4.1 – Autonomia Legislativa.

A autonomia legislativa do Direito agrário como dito eclodiu da elaboração da Emenda Constitucional n. 10, de 10 de novembro de 1964, que estabeleceu a competência da União para Legislar sobre o referido ramo Jurídico, em seguida foi promulgado o Estatuto da Terra (Lei 4.504), que foi esteira para se conquistar a autonomia do Direito Agrário brasileiro.

Esta decorre da vinculação das novas leis à sistemática do Direito Agrário, constante da Constituição Federal. As leis não se fazem mais para o âmbito do Direito Civil, do Direito Comercial ou do Direito Administrativo, mas sim para o Direito Agrário. Por essa razão, o conteúdo desse Direito vem sendo aprendido cada vez mais pelo Poder Legislativo, que vem se manifestando sobre esse ramo jurídico com desenvoltura crescente.

#### 1.4.2 – Autonomia Científica.

Ponderando sobre a autonomia científica do nosso Direito Agrário averigua-se que surgiu através dos princípios e normas próprias, que se encontram notadamente no Estatuto da Terra, que foi marco importante para dar início ao nosso Direito Agrário, aprofundando-se assim, os estudos nessa área.

Nessa linha de entendimento, estão às considerações de João Bosco Medeiros de Souza, *ipsis verbis*:

Na verdade, o direito agrário brasileiro não é constituído apenas ou simplesmente por algumas normas esparsas e princípio desconexo, mais tem toda uma estrutura devidamente esquematizada a partir do Estatuto da Terra, com normas próprias, diferenciadas e especializadas.<sup>27</sup>

#### 1.4.3 – Autonomia Didática.

No que tange à autonomia didática, o Direito Agrário tornou-se conhecido através de estudos sistematizados de juristas que tornaram públicas suas lições. Foi através desses estudos, que se possibilitou destacar os elementos principais e secundários para conquistar a autonomia, bem como, evidenciar a estrutura e condição científica desse ramo jurídico.

Até os anos 50, dois juristas despontaram com livros específicos, que deram origem à doutrina agrarista brasileira. Um foi Joaquim Luis Osório, autor, quando parlamentar do Rio Grande do Sul, do seu primeiro ante-projeto de Código Rural, em 1914, e que escreveu “Direito Rural”, (...) O outro foi Francisco Malta Cardozo, que também cuidou da mesma matéria legiferante, em 1943, ao apresentar, em nome da sociedade Rural Brasileira, um substitutivo ao anteprojeto de Código Rural, de Luciano Pereira da Silva, e que escreveu um alentado “Tratado de Direito Rural Brasileiro”, 3 volumes, com mais de 2.000 páginas.<sup>28</sup>

Desde 1943, o jurista paulista Malta Cardozo já vinha com a intenção de introduzir nas Faculdades do país a disciplina de “Direito Rural”. Mas somente em 1972 obteve um avanço nesse sentido, com a resolução n. 03, de 25 de fevereiro de 1972, onde o Ministério da Educação instituiu o Direito Agrário como disciplina de aprendizagem opcional ou eletiva nos currículos das Faculdades de Direito do nosso país, proporcionando assim, abrangência na autonomia didática dessa disciplina jurídica.

---

<sup>27</sup> SOUZA, João B. Medeiros de. *apud*, MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. 6. ed. rev. atual. ampl. Goiânia: AB, 2005. p. 13.

<sup>28</sup> LARANJEIRA, Raymundo (coordenador). **Direito Agrário Brasileiro. Em Homenagem à Memória de Fernando pereira Sodero**. São Paulo: Editora LTR. p. 254.

No entanto, é uma lástima a disciplina de Direito Agrário não se encontrar elencada como disciplina obrigatória nas Instituições de Ensino Superior, ficando a critério e de acordo com as peculiaridades de cada Instituição, incluí-la como obrigatória ou eletiva.

Na atualidade, vislumbram-se as dificuldades enfrentadas pela sociedade, advogados, e juristas, no que diz respeito ao domínio do conteúdo agrário, justamente pela falta de obrigatoriedade desta disciplina na grade curricular de algumas Universidades brasileiras.

O conhecimento especializado da matéria permite melhor apreciação das questões suscitadas, maior segurança nas decisões e a criação de uma jurisprudência uniforme que impulse o desenvolvimento do direito agrário; no aspecto processual significa a substituição de vícios procedimentais nocivos, derivados de uma idiossincrasia individualista, por uma atitude inspirada nos valores sociais, de acordo com o "modo de ser" do Processo Agrário.

Ademais, somente com a Justiça Agrária será possível a formação de uma jurisprudência sólida sobre temas de Direito Agrário e se alcançar, assim, uma prudente justiça para o homem do campo.

Neste sentido, Wellington Pacheco Barros<sup>29</sup> relata que: “é necessário que a autonomia didática do Direito Agrário se viabilize através de sua inclusão nas Instituições de Ensino Superior, como cadeira obrigatória, afastando-o definitivamente do Direito Civil”.

Destarte, algumas Instituições de Ensino Superior no Brasil, já aderiram a esse posicionamento, instituíram a disciplina de Direito Agrário como sendo obrigatória na grade curricular e com carga horária que varia entre 30 a 120 horas aula. Contudo, existe uma parcela que apenas instituiu a disciplina como eletiva, e sem contar que outras preferiram não ter a disciplina de Direito Agrário em sua grade curricular por desinteresse ou simplesmente por falta de conhecimento da sua importância para o aprendizado dos futuros intérpretes do direito, vez que, em razão de sua relevância deveria ser obrigatória em todas as grades curriculares do Ensino Superior do nosso país.

---

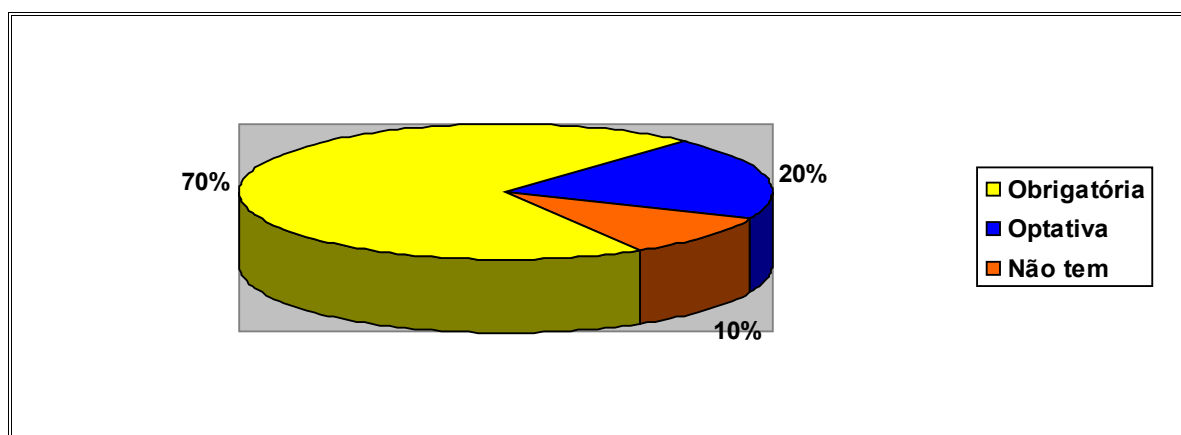
<sup>29</sup> BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário**. 4º ed. rev. doutr. e exc. vol. 1. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. p. 22.

Ora, como exemplo pode-se citar a pesquisa de campo realizada no Estado de Rondônia, através de contatos telefônicos entre os dias 10 a 16 de julho de 2006, com as Instituições de Ensino Superior com Departamento de Direito, onde se constatou que das 10 (dez) Instituições existentes no Estado, 07 (sete) adotaram a disciplina de Direito Agrário na grade curricular como requisito obrigatório para conclusão do Curso de Direito, 02 (duas) como optativa e 01 (uma) apenas não adotou essa disciplina em sua grade curricular. Veja o quadro demonstrativo abaixo:

**TABELA 01**

<b>INSTITUIÇÃO</b>	<b>CIDADE</b>	<b>C H</b>	<b>FORMA</b>
Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR	Cacoal	60	Obrigatória
Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR	Porto Velho	60	Obrigatória
União das Escolas Superiores de Cacoal/ UNESC	Cacoal	40	Obrigatória
Associação Vilhenense de Educação e Cultura/ AVEC	Vilhena	60	Obrigatória
Faculdade São Lucas	Porto Velho	36	Obrigatória
Faculdades Associadas de Ariquemes /Faar	Ariquemes	60	Obrigatória
Faculdade de Ciências Humanas, Exata e Letras de Rondônia / Faro	Porto Velho	60	Obrigatória
Centro Universitário Luterano de Porto Velho/Ulbra	Porto Velho	80	Optativa
Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná /Ulbra	Ji-Paraná	80	Optativa
Faculdade Interamericana de Rondônia/UNIRON	Porto Velho		Não Tem

**DEMONSTRATIVO 01 –**  
**Instituições de Ensino Superior do Estado de Rondônia com a cadeira de Direito Agrário**



\* Fonte Própria

Assim, vislumbra-se com melhor nitidez que a disciplina de Direito Agrário já está conquistando seu espaço no mundo jurídico, constata-se que a porcentagem daquelas que tem a disciplina como obrigatória na grade curricular é bem maior. Pode-se notar que os olhares dos intérpretes do Direito estão mudando, ou seja, está evoluindo junto com o desenvolvimento da sociedade criando assim uma mentalidade agrarista.

Apesar de vários doutrinadores lutarem pela autonomia do Direito Agrário, existem aqueles que tem um posicionamento contrário como expõe Raymundo Laranjeira em sua obra:

A concepção de Clóvis Paulo da Rocha, que para ele “nesta preocupação de reconhecer autonomia ao Direito Agrário ou a outras espécies de Direito vai muito de vaidade”, e a de Gonçalo Rollemberg Leite, um emérito civilista sergipano, que, todavia, de modo mais acurado que esse outro, fundamentou (embora sem nenhuma consistência) porque não aceita “a autonomia científica do Direito Agrário, nem tão pouco a sua autonomia didática, nos limites do interesse do ensino jurídico visto em seu conjunto” – o que parece admitir a temática jurídico-agrário simplesmente como especialização no âmbito do Direito Civil.<sup>30</sup>

Com a devida vênia, não se deve render-se à definição acima, visto que a terra é considerada o maior bem material da humanidade, devido à produção de alimentos e as riquezas naturais nela existentes, sendo conseqüentemente, objeto de cobiça pelos povos do mundo inteiro. Por esta razão, é necessário que os acadêmicos do Curso de Direito, bem como, os intérpretes do Direito obtenham um conhecimento aprofundado das leis que regem o exercício da exploração da terra.

Sem sombras de dúvida, a autonomia didática nesses poucos anos de implantação, foi grande colaboradora para o aumento de estudiosos do Direito Agrário, bem como, para o surgimento de obras específicas que compõe o acervo das bibliotecas brasileiras. Mas, contudo, esse pequeno avanço não é o suficiente, será necessário um apoio maior por parte das Instituições de Ensino Superior, para que o Direito Agrário conquiste definitivamente seu espaço no mundo jurídico.

---

<sup>30</sup> LARANJEIRA, op. cit. p. 262.



#### 1.4.4 – Autonomia Jurisdicional.

No que diz respeito à autonomia jurisdicional do Direito Agrário, infelizmente ainda não foi possível implantar a Justiça Agrária no Brasil. Embora sua implantação seja uma necessidade na medida em que aumentam os conflitos oriundos do campo.

Embora, existam vários defensores da Justiça Agrária brasileira, até agora as autoridades não se sensibilizaram com esse angustiante clamor.

A Constituição Federal de 1988, não incluiu a Justiça Agrária em seu texto, à qual representaria a autonomia Jurisdicional, mas, fez apenas um breve relato no rol do seu artigo 126 no intuito de instituírem entrâncias especiais e designação de juízes com competência exclusiva para solucionar os conflitos provenientes do campo.

Conquanto, esse artigo é apenas um remédio paliativo para solucionar as causas provenientes da terra. Na verdade deve-se buscar através de estudos aprofundados a possibilidade de se conquistar a completa autonomia jurisdicional, que surgiria com a efetiva implantação da Justiça Agrária no Brasil, assunto principal desse trabalho.

## 2. O DIREITO AGRÁRIO NO BRASIL

### 2.1 - Conceito.

No início, quando se cogitava sobre os primeiros estudos da matéria agrária, foi bem trabalhoso para delimitar o seu conteúdo, seus institutos e firmar sua doutrina com precisão.

Este é motivo das inúmeras definições que o Direito Agrário ganhou nestes últimos anos, pois sendo um instituto ainda em formação, cada jurista procurou conceituá-lo de uma maneira, o que veio a prejudicar de forma considerável um consenso em torno do mesmo.

Apesar do Direito agrário ter sido introduzido lentamente, com o passar dos anos ganhou força no ramo do Direito, e está conseguindo se desvincular do Direito Civil e das correntes civilistas. “A denominação Direito Agrário está no substantivo *ager*, agri, de que decorre o *agrarius*, significando campo”. Embora alguns doutrinadores prefiram o uso de outras terminologias, tais como Direito Rural, Direito da Agricultura, Direito Agrícola, entre outras. Contudo, o termo mais utilizado à nova sistemática jurídica que envolve o tema é Direito Agrário.<sup>31</sup>

Segundo o conceito de Raymundo Laranjeira, *apud*, Benedito F. Marques: “Direito Agrário é o conjunto de princípios e normas que, visando a imprimir função social a terra, regulam relações afeitas a sua pertença e uso, e disciplinam a prática das explorações agrárias e da conservação dos recursos naturais”.<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. 6. ed. rev. atual. ampl. Goiânia: AB, 2005. p. 4.

<sup>32</sup> MARQUES, op. cit. p. 8.

Para Alcir Gursen de Miranda, *apud*, Benedito F. Marques: “Direito Agrário é o ramo jurídico que regula as relações agrárias, observando-se a inter-relação homem/ terra/ produção/ sociedade”.<sup>33</sup>

Destarte, o doutrinador Paulo Torminn Borges define Direito Agrário segundo os propósitos, os princípios e os objetivos insertos na legislação específica onde: “Direito Agrário é o conjunto sistemático de normas jurídicas que visam disciplinar as relações do homem com a terra, tendo em vista o progresso social e econômico do rurícola e o enriquecimento da comunidade”.<sup>34</sup>

O professor espanhol Juan José Sanz Jarque *apud* Lucas Abreu Barroso<sup>35</sup>, conceitua o Direito Agrário como:

(...) conjunto de normas por las que se regula la propiedad y tenencia de la tierra, a la vez que la explotación y las empresas agrarias, para el mejor cumplimiento de las finalidades de las mismas, y una continuada acción de adaptación y reforma, de ellas, cuando así es necesario, en armonía con la ordenación del territorio, al objeto inmediato de la defensa del agricultor, de la producción de materias primas y alimentos vegetales y animales suficientes en cantidad y calidad para todos los hombres, de la estabilidad social, del desarrollo y del equilibrio ecológico y de ambiente.

Diante de todo o exposto, verifica-se com clareza pela interpretação dos conceitos, que existem, entre eles, pontos convergentes no tocante a atividade agrária, pois é através desta que se realiza o Direito Agrário, colocando-o em movimento, tornando o concreto e regendo a relação homem e terra.

Em resumo, o Direito Agrário é um conjunto de normas jurídicas, leis, regulamentos, doutrinas, jurisprudências e princípios que norteiam as relações emergentes das atividades agrárias, assegurando a vida e o desenvolvimento econômico para uma melhor e maior produção

---

<sup>33</sup>MARQUES, op. cit. p. 8.

<sup>34</sup> BORGES, Paulo Torminn. **Institutos Básicos do Direito Agrário.7. ed. rev. atual. acres. de um capítulo sobre os institutos do Direito Agrário na CF de 1988.** São Paulo: Saraiva,1992. p. 17.

<sup>35</sup> BARROSO, Lucas de Abreu. **Atividade Agrária como Eixo Central do Conceito de Direito Agrário.** Disponível In: [www.Google.com, www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/Atividade.doc](http://www.Google.com, www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Atividade.doc). Acesso em 14.jun. 2006 às 00 h e 17 min.

agrícola. Neste sentido fica óbvio que a atividade agrária é o elemento primordial do conceito de Direito Agrário.

## **2.2 - Finalidade e Característica.**

O Direito Agrário tem como finalidade organizar e regular a vida do homem com a terra, como normas próprias e sanções coercitivas. Caso não seja cumprida suas determinações, o Estado está obrigado a fazer cumprir mediante o uso da força pública.

Em verdade, o Direito Agrário visa o fomento da produção, a melhor distribuição de terras, a conservação da mesma e o bem estar do cidadão rural.

O Direito Agrário apresenta duas características essenciais. Uma delas é a imperatividade de suas regras. Onde existe uma forte intervenção do Estado nas relações agrárias. Os integrantes dessas relações quase não têm disponibilidade de vontade, porque tudo já está previsto em lei, cuja aplicação é obrigatória. Toda esta estrutura legal está voltada para o entendimento de que as relações humanas no campo são naturalmente desiguais pelo forte poder de quem possui grandes quantidades de terra, prejudicar o homem que não a possui e que apenas nela labuta. A imperatividade desse direito, portanto, se impõe porque suas regras seriam nitidamente protetivas ao homem trabalhador. Têm-se, dessa forma, regras fortes para o proprietário da terra. O estabelecimento da imperatividade seria resultante da não-modificação do que foi regrado. A segunda característica do Direito Agrário compreende que suas regras são sociais. Onde constatasse o ponto que diferencia as regras do Direito Agrário, daquelas de Direito Civil.<sup>36</sup>

Enquanto as regras do Direito Civil buscam sempre manter o equilíbrio entre as partes, voltando-se para o predomínio da autonomia de vontades, as regras de Direito Agrário carregam com nitidez uma forte proteção social, visando o bem estar do homem do campo.

---

<sup>36</sup> BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário**. 4º ed. rev. doutr. e exc. vol. 1. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. p.16.

## 2.3 - Objeto.

O objeto do Direito Agrário surge de toda ação humana no sentido da produção, onde há a participação ativa da natureza, sem descuidar da conservação das fontes produtivas naturais.

Nessa linha de entendimento, Alcir Gursen de Miranda que assevera *ipsis verbis*:

“o objeto do D.a seriam, assim, os fatos jurídicos que emergem do campo, consequência da atividade agrária, da estrutura agrária, da empresa agrária e da política agrária: o que caracteriza a relação jurídica agrária...”<sup>37</sup>

Destarte, vislumbra-se que as atividades agrárias constituem o núcleo do objeto do Direito Agrário, sem obscurecer o elemento terra com todas as suas potencialidades que devem ser conservadas e preservadas, pois, a atividade agrária é o resultado da atuação humana sobre a natureza com a participação funcional do processo produtivo que se apresenta em três aspectos fundamentais, segundo a classificação do Professor Raymundo Laranjeira :

Explorações rurais típicas – que envolve a lavoura (lavoura temporária: arroz, feijão e milho e lavoura permanente: café, cacau, laranja etc.), o extrativismo animal e vegetal (castanha, babaçu, látex, caça e a pesca), a pecuária de pequeno (aves domésticas, abelhas etc.), médio (suínos, caprinos, ovinos etc.) e grande porte (bovinos, bubalinos, eqüinos ou muares) e a hortigranjearia (hortaliças, ovos, frutas etc.); Exploração rural atípica – que compreende a agroindústria, que são os processos industrializantes desenvolvidos no limite territorial da produção (farinha de mandioca, beneficiamento de arroz, produção de rapadura etc.). Pode-se dizer que essas atividades são de beneficiamento ou transformação dos produtos rústicos em matéria-prima; Atividade complementar da exploração agrícola, ou seja, a atividade final do processo produtivista: que corresponde ao transporte e a comercialização dos produtos. No qual se encontra no setor terciário da economia, sendo a primeira considerada como prestação de serviços e a segunda, como comercialização, atividade tipicamente mercantil (comercial).<sup>38</sup>

Enfim, esse é o meio pelo qual o produtor encontra não apenas para atender a necessidade de terceiros, mas, sobretudo obter benefícios da sua própria atividade agrária.

---

<sup>37</sup> MIRANDA, Alcir Gursen de. *apud*, MARQUES, op. cit. p. 8-9.

<sup>38</sup>

## 2.4 - Natureza Jurídica.

Existe no Brasil um certo dualismo clássico em classificar os diversos ramos do Direito Positivo, em público e privado. Pensando nisso, far-se-á um breve repasso em torno da natureza jurídica do Direito Agrário.

Esse dualismo faz com que o Direito Agrário se classifique em público quando se tratar de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, e de privado quando se estuda a estrutura dos contratos de arrendamentos e parcerias, existindo assim uma mescla dos ramos do direito público e privado, portanto, teria uma natureza jurídica híbrida, e dessa forma, seria enquadrável tanto como direito público, como direito privado. Mas alguns estudos recentes procuraram enquadrar o Direito Agrário como sendo de natureza social, o que seria uma terceira natureza jurídica para esse ramo.

O doutrinador Wellington Pacheco Barros, em sua concepção prefere enquadrar o Direito Agrário como direito social *ipsis verbis*:

Pessoalmente, entendo que a clássica dicotomia da ciência jurídica entre pública e privada não possui, hoje, a mesma importância de outrora. Os interesses a regular, ou os conflitos a prevenir, não são só do Estado ou do indivíduo (...) Ocorre que existe uma constatação, embora de reconhecimento ainda relutante pelos defensores da divisão clássica, que mesmo no campo do direito, paira um terceiro interesse que, por sua própria estrutura, é superior ao interesse estatal e individual: é o interesse social, da coletividade, da maioria, da sociedade. Portanto, sobre o Estado e o indivíduo, existiria uma condição anterior e superior, que é a própria sociedade. E o interesse desta, não raramente, é contrariado pelo interesse estatal, ou pelo interesse privado ou individual (...) Por conseguinte, um ramo do direito que se preocupe exclusivamente em reger conflitos sociais não pode ser classificado como público. É certo que as normas que lhe dão vida são emanadas do Estado, mas, assim, são, porque existe, com inegável verdade, um clamor social a exigir tais éditos (...) por isso, tenho que o direito agrário é enquadrável como direito social.<sup>39</sup>

Para Augusto Zenun, *apud*, Benedito F. Marques relata: “Não há como pretender-se que esse ramo de Direito só exista em um ou em outro, isto é, só em Direito Público ou só em Direito

---

<sup>39</sup> BARROS, op. cit. p. 21 e 22.

Privado, uma vez que há um entrosamento perfeito entre os dois na caracterização do Direito Agrário”.<sup>40</sup>

Neste sentido, está o Ilustre Jurista Baiano, Raymundo Laranjeira, onde observa o seguinte: “O Direito Agrário é, de fato, composto de normas privadas e públicas, ao mesmo tempo...Dúvidas não persistem quanto ao caráter misto do Direito Agrário...”<sup>41</sup>

Na concepção de Antonino Moura Borges, o Direito Agrário pode se classificar como um dos ramos do Direito Público, vez que, sua essência e suas regras estão ligadas mais diretamente ao Poder Público, do que ao privado e social, veja:

Vale salientar que o interesse social nada mais é do que o próprio interesse do Estado num contexto mais amplo, controlado apenas indiretamente, mas a tendência nas conjunturas da modernidade é integrar aos poucos o campo do interesse público.<sup>42</sup>

As várias opiniões que acabamos de ver sobre a classificação da natureza jurídica do Direito Agrário, quanto direito público, privado e social, pode se dizer que prevalece o direito público, pois, sempre o Estado intervém nas relações das pessoas entre si, ou entre as pessoas e o Estado; porque é ele quem regula essa inter-relação através de normas que visam regular a relação homem e sociedade.

## 2.5 - Princípios Orientadores do Direito Aplicáveis ao Direito Agrário.

A palavra Princípio é derivada do latim *principium*, que significa origem, começo.

Os Princípios orientadores do Direito são procedimentos ou regras aprovadas cientificamente para servir de alicerce a toda espécie de ação jurídica.

---

<sup>40</sup>MARQUES, op. cit. p 23.

<sup>41</sup> LARANJEIRA, Raymundo “*apud*” MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. 6. ed. rev. atual. ampl. Goiânia: AB, 2005. p. 23.

<sup>42</sup>BORGES, Antonino Moura. **Curso Completo de Direito Agrário. Doutrina Prática, Legislação Complementar, e Jurisprudência**. 1. ed. Lemer, São Paulo: Edijur, 2006. p. 72.

É através dos Princípios que se determinam às condutas obrigatórias que impedem a aderência de comportamento com eles incompatíveis. Servem, também, para orientar a correta interpretação das normas isoladas, indicar, as possíveis interpretações diante do caso concreto, qual seja, obrigatoriamente adotada pelo aplicador da norma, em face dos valores consagrados pelo sistema jurídico.

Pode-se dizer, que os princípios são a verdadeira essência em qualquer área científica e especialmente na área do Direito como Ciência do Dever Ser, além de eminentemente valorativa.<sup>43</sup>

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, não será necessário adentrar com profundidade em todos os princípios que envolvem o Direito, vez que, serão abordados somente alguns princípios que atuam no âmbito agrário, pois, como não poderia ser diferente, o Direito Agrário é formado por princípios fundamentais, que o transforma em Ciência Jurídica, trazendo consigo a idéia de sustentação genérica do homem do campo em seu processo produtivo, seja ele empresário ou trabalhador, veja:

#### 2.5.1 - Princípio do Devido Processo Legal.

Este pode ser conceituado o princípio dos princípios, onde tudo deve ser feito de acordo com o previsto em lei. Assim, o artigo 5º inc. LIV, da Constituição Federal de 1988 (CF/88) preceitua: ninguém será privado de sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, ou seja, sem previamente ser julgado com base no pertinente instrumento estatal designado em lei para a solução daquele conflito específico. Dessa maneira, se aplica também ao Direito Agrário, porque integra ao conjunto dos direitos e garantias individuais.

#### 2.5.2 - Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório.

---

<sup>43</sup> BORGES, op. cit. p. 45.



De acordo com o artigo 5º, inc. LV da Carta da República assegura a todos os acusados ou requeridos em processo judicial ou administrativo (promovidos pelo INCRA) que se deve dar a ampla defesa e o contraditório com os recursos postos à disposição pelo ordenamento jurídico para a efetiva defesa de seus direitos.

Este Princípio é amplamente aplicado no Direito Agrário, pois, todo processo ou procedimento no âmbito agrário, que violar esse princípio, será conduzido ao denominado cerceamento de defesa.

#### 2.5.3 - Princípio da Justiça Social.

O respectivo Princípio consiste na obrigação do Estado em promover as reformas básicas na política agrária, buscando a justiça social no campo para melhor atender às necessidades do homem que labuta a terra, no sentido de melhorar a condição de vida no uso e gozo de seus direitos fundamentais, por meio de normas inovadoras que possibilitem mudanças na estrutura injusta do sistema judiciário.

#### 2.5.4 - Princípio da Prevalência do Interesse Público sobre o Particular.

(Supremacia do interesse público é mola mestra do equilíbrio na distribuição da justiça)<sup>44</sup>.

Consiste este Princípio em solucionar os conflito de interesse entre o interesse público e o particular, onde o aplicador do Direito, embora tendo que atender a isonomia e a imparcialidade em uma relação jurídica, deve em caso de dúvida decidir pela prevalência do interesse público, até por uma simples questão de lógica e justiça.

---

<sup>44</sup> BORGES, op. cit. p. 53.

#### 2.5.5 - Princípio da Prevalência do Interesse Coletivo sobre o Individual.

Este Princípio se assemelha ao anterior, mas o conflitos de interesses ocorre entre uma comunidade e um indivíduo, assim, o operador do direito atende o interesse coletivo, visando o bem estar da comunidade.

As leis agrárias que integram aos fins do Estatuto da Terra criam regras de interesse social, com a finalidade de manter o equilíbrio das partes na relação processual.

#### 2.5.6 - Princípio da Proteção e da Dignidade das Pessoas.

Vislumbra-se que este Princípio é o mais importante em nossa Ordem Jurídica, pois é garantido a todos o direito a dignidade e à cidadania (ver art. 1º, *caput* da CF/88).

Desse modo, são assegurados os direitos das pessoas que trabalham na terra para garantir-lhes uma condição digna de vida, de subsistência e de trabalho, no exercício da cidadania.

#### 2.5.7 - Princípio da Inafastabilidade do Poder Judiciário.

Segundo este Princípio, nenhum ato de violação de direito será excluído da apreciação do Judiciário (art. 5º, XXXV da CF/88). Nada mais justo, porque o acesso à justiça está incluído no rol dos Direitos Humanos.

Destarte, em nosso país, a última palavra é do judiciário, devido o sistema de jurisdição única adotado pela Ordem Jurídica Brasileira.

#### 2.5.8 - Princípio da Concentração das Provas.

(Aponta a efetividade da ação e a agilidade da justiça).

Este Princípio é utilizado por determinação da Lei agrária que requer que nas ações jurídicas do Direito Agrário, o procedimento utilizado seja o Rito Sumário.

Dessa forma, todos os conflitos agrários devem ser solucionados por este rito, visando dar maior celeridade ao Judiciário.

#### 2.5.9 - Princípio da Oralidade.

Este é o Princípio que informa o procedimento, onde há prevalência da palavra “falada”, ou seja, o contato direto entre o juiz e as partes litigantes em um processo agrário, pois, segundo os idealizadores do processo oralizado, este método tornará o procedimento mais célere, enxuto e com maior justiça no julgamento.

O procedimento oral tem como características fundamentais à vinculação de pessoa física do magistrado, a concentração dos atos processuais em uma mesma audiência e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

#### 2.5.10 - Princípio da Simplicidade e Informalidade.

O propósito da simplicidade é colocar todos em igualdade, retirando qualquer inibição da parte, frente ao Poder Judiciário. Pode-se dizer que a simplicidade significa em dispensar o formalismo, buscando a concentração dos autos.

A informalidade significa, contudo, que, dentro da lei, pode haver dispensa de alguns requisitos formais sempre que a ausência não prejudicar terceiros nem comprometer o interesse público. Um direito não pode ser negado em razão da inobservância de algumas formalidades.

#### 2.5.11 - Princípio da Celeridade.

O Princípio da Celeridade é uma preocupação constante do Legislador, em aproximar a justiça da população para solucionar os conflitos de interesses intersubjetivos com rapidez e seriedade. Esse princípio tem a missão de preservar as garantias constitucionais e a segurança jurídica.

A Emenda Constitucional n. 45 de 30 de dezembro de 2004, incluiu no artigo 5º, inciso LXVIII, o Princípio da Celeridade Processual “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Neste interregno, o Princípio da Celeridade resulta da simplificação dos procedimentos, da instrumentalidade das formas, da busca pela solução dos litígios de forma amigável.

#### 2.5.12 - Princípio da Economia Processual.

Esse Princípio recomenda que se obtenha o máximo resultado na atuação da lei com o mínimo de atividades e atos processuais.

Os atos processuais devem sempre ser praticados da maneira menos onerosa para as partes litigantes em um processo agrário, pois, foi justamente com base neste Princípio que surgiu a regra do aproveitamento dos atos processuais, pela qual devem permanecer íntegros, exceto se maculados por uma nulidade anterior.

O Princípio da Economia Processual também norteia todos os procedimentos, que devem ser conduzidos até o trânsito em julgado com a menor atividade processual possível.

#### 2.5.13 - Princípio da Legalidade.

O rol do art. 5º, II, da Carta Magna, preceitua que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

O Princípio da Legalidade não pode ser entendido como um simples cumprimento formal das disposições legais. Ele não se coaduna com a mera aparência de legalidade, mas, ao contrário, todos os atos processuais se desenvolverão na forma da lei e atingirão os fins por ela assinalados.

#### 2.5.14 - Princípio da Gratuidade Judiciária.

A gratuidade está consideravelmente assegurada na Constituição Federal de 1988, no Título dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, art. 5º, inciso LXXIV onde prevê que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

O benefício da justiça gratuita é o direito de dispensa provisória de despesas processuais, perante o juiz que promete a prestação jurisdicional.

O Estado deve colocar á disposição de todos os cidadãos, incluindo o homem do campo um Poder Judiciário independente, imparcial e gratuito com a finalidade de garantir uma segura prestação jurisdicional.

#### 2.5.15 - Princípio da Função Social da Propriedade.

A função social da terra deve ser entendida como o princípio basilar do Direito Agrário, pois, este regula e orienta as atividades no âmbito agrário.

No Brasil, apenas em 1934 teve menção a restrição do direito de propriedade, assim constava no citado texto, art. 113... 17) É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar".<sup>45</sup>

Mas, a função social da propriedade só entrou em nosso cotidiano jurídico com a Constituição de 1946, no art.147 "O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social". Dada a interrupção do Estado Novo, pois, embora houvesse disposição constitucional acerca da regulação legal da propriedade, a vontade do regime ditatorial prevalecia em todas as ocasiões.

Somente em 1967, apareceu textualmente a função social como princípio de ordem econômica.

Na Constituição de 1988, a função social da propriedade ganhou *status* de Cláusula Pétreia, porém sua aplicabilidade ainda está vinculada à explicitação por meio de lei ordinária. O art. 5º, XXIII, preceitua: "a propriedade atenderá a sua função social".

A referência à função social contida no inciso XXIII do art. 5º garante o direito de propriedade individual, cuja utilização, como instrumento voltado à subsistência individual e

---

<sup>45</sup> SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 21 ed. São Paulo: Malheiros. p. 280.

familiar porque estaria servindo a uma função individual ligada ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, daí porque imune à questão da função social.

No art. 170 da Constituição de 1988, a propriedade privada e sua função social são erigidas à categoria de princípios da ordem econômica.

Este artigo, fala em propriedade privada, ou seja, não está se referindo ao direito subjetivo de propriedade, mas da propriedade dos meios de produção, acoplando à noção de livre iniciativa, que significa a liberdade de escolher o quê, quando, como, aonde e se deve produzir ou não.

Neste contexto, foi desenhado o novo Código Civil 2002, em especial seu art. 1228, ao prever, em parágrafos inovadores, a função social da propriedade. Assim preceitua o parágrafo primeiro, que o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

Em nosso Ordenamento Jurídico não há incompatibilidade entre o direito de propriedade e a função social da propriedade, desde que compreendido o direito subjetivo. Todavia, quando, não cumprida pelo proprietário a função social, estabelecida pela legislação, deve o direito de propriedade extinguir-se, passando das mãos do seu titular, ou para o Estado, ou para quem lhe dê a função almejada.

Disso se segue que diante das leis que determinam o cumprimento da função social da propriedade encontra-se o Poder Público, na situação de impor uma atuação positiva ao proprietário, sob penalidades inscritas no Ordenamento jurídico, que logicamente devem conduzir à extinção do uso nocivo ou do não uso, e, se preciso for, com a conseqüente expropriação.

O estabelecido pelo art. 186 da Constituição Federal, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, vem regulamentar o artigo constitucional quanto ao cumprimento da função social, bem como disciplinar as disposições relativas à Reforma Agrária.

É o art. 9º da Lei nº 8.629 de 1993, ao repetir textualmente o que consta no art. 186 da CF, que nos dá os requisitos para o cumprimento da função social:

Art. 9º- A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta Lei, os seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância nas disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores.

§1º- Considera-se racional e adequado o aproveitamento que atinja os graus de utilização da terra e de eficiência na exploração especificados nos §§1º ao 7º do art. 6º dessa Lei (em anexo).

Não resta dúvida que o campo tem uma grande influência na preservação do meio ambiente e na qualidade de vida, pois visa a produção de alimentos saudáveis e, para tanto, os cuidados com a terra é obrigação de todos.

O homem rural deve explorar a suas terras sem desrespeitar os limites da capacidade de carga no ecossistema na qual está envolvido. Na busca de resultado imediato em termos econômicos não devendo colocar em risco um patrimônio que pertence às gerações presentes e futuras.

Aquele que trabalha a terra como posseiro, como proprietário, como arrendatário, como parceiro sem-terra, como empregado rural. Assim, todos os trabalhadores do campo devem fazer a terra produzir, visando o bem estar de sua família e da sociedade. Portanto, todo o trabalho que se realize sobre a terra deve cumprir a finalidade social.

Via de regra, é o Ordenamento Jurídico quem dispõe sobre como a função social estará sendo cumprida, caso a caso. Neste pensar, o bem imóvel cumprindo com sua função individual, o exercício do direito de propriedade poderá estar também obedecendo à função social, mas isso não significa que a propriedade destinada à subsistência individual esteja de antemão imune à função social.



É evidente, contudo, que na Constituição não houve maior preocupação com a concretização das normas que dispõem acerca do princípio da função social da propriedade, salvo em relação aos imóveis rurais e, com menor intensidade, em face dos imóveis urbanos. Em razão disso, há quem sustente que as medidas voltadas contra o descumprimento da função social ‘só podem ter por objeto terras particulares, sejam urbanas ou rurais’.<sup>46</sup>

De acordo com o exposto, cada tipo de propriedade se sujeita a determinados modos de cumprimento da função social. De fato, o tratamento mais exaustivo do tema da função social em relação aos imóveis rurais está no maior esforço de regulamentação dos parlamentares ruralistas. Mas isso, nem de longe, pode excluir a incidência do princípio a respeito dos demais tipos de propriedade. Confirma-se esse raciocínio quando se sabe ser o conceito de propriedade mais amplo que o de domínio, pois abrange também os bens imateriais.

Todavia, foi facultado à lei incluir hipóteses de descumprimento da função social aos casos de desapropriação por interesse social, salvo as exceções expressamente previstas na Constituição, o pagamento deverá ser feito de forma prévia e integralmente em dinheiro (inciso XXIV do art. 5º).

Destarte, os conceitos civilistas de propriedade, com a normalização constitucional do Princípio da Função Social, sofreram profundas transformações. Ao tratamento civil do direito de propriedade, hoje em vigor, aplicam-se direcionamentos de Direito Público voltados à caracterização da função social, o Código Civil não disciplina a propriedade, mas tão-somente as relações civis a ela referentes.

Porém, ao contrário do que pretendem alguns, a propriedade não se confunde com sua função social. Mesmo que a função social pertença à estrutura do direito de propriedade, servindo como título jurídico de atribuição plena das faculdades que lhe são inerentes, não se pode sustentar que sua eventual inobservância subtraia todos os direitos do proprietário inadimplente. Isso seria chancelar exagero que daria margem até para justificar a expropriação sem o pagamento de indenização.

---

<sup>46</sup> BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 210.

Quando o proprietário não lhe dá o destino socialmente correto, segundo a Lei 8629/93, ocorre a possibilidade de que o imóvel seja desapropriado para fins de reforma agrária.

Assim, é possível perceber que o preenchimento de um dos requisitos não é o suficiente para que a propriedade rural cumpra a sua função social. É necessário que todos os requisitos sejam satisfatoriamente preenchidos.

Fica, assim, entendido que a função social da terra estará desempenhada, quando um número maior de pessoas conseguir ter acesso as terra brasileiras, para nela viver e trabalhar; produzindo alimentos suficientes para alimentar as pessoas que não produzem, conservando os recursos naturais e observando-se as relações de trabalho, com o bem estar de todos.

### **3. OS PROBLEMAS QUE ENVOLVEM A JUSTIÇA NO BRASIL**

#### **3.1 - O Difícil Acesso à Justiça.**

O acesso a Justiça é direito fundamental de todos. E encontra-se assegurado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de dezembro de 1948, art. VIII, onde estabelece a criação de Tribunais necessários para solucionar os conflitos da sociedade “todo homem tem direito a receber dos Tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei”.<sup>47</sup>

A garantia do acesso à justiça em nosso país, está previsto na Constituição Federal de 1988, conforme disposição expressa no inciso XXXV do art. 5º, “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. O acesso à justiça é, portanto, encarado como o requisito fundamental, e o mais básico dos direitos humanos, que por sua vez visa garantir e não apenas proclamar o direito de todos.

O Brasil, por sua vez, optou pela organização do Judiciário segundo o modelo europeu, vigente desde o século XVIII. Dessa forma, pode-se averiguar que o difícil acesso à justiça não é um problema que se desenvolve apenas em nosso país. Este por sua vez, atinge vários países, que têm procurado solucionar, ou pelo menos atenuar o problema, reformando leis e procedimentos.

---

<sup>47</sup>Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível In: [www.google.com,http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm](http://www.google.com,http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm). Acesso em: 19.agos.2006 às 22h36 min.

O Poder Judiciário Brasileiro está assentado sobre uma estrutura arcaica em desarmonia com a realidade social que vive o país. Em razão disso, mister se faz novas reformas no Poder Judiciário para viabilizar a celeridade do procedimento jurisdicional.

A propósito, em nossa sociedade, os conflitos de interesses não resolvidos pelas partes litigantes ou por aquelas cujo acordo é vedado, como na Jurisdição Penal, o Estado prestará assistência judiciária para solucionar o conflito.

Isto posto, nenhuma lei poderá conter dispositivos que neguem a apreciação do Poder Judiciário no que tange a lesão ou a ameaça de lesão a direito.

Assim, Mauro Cappelletti e Bryan Garth, *apud*, Vasconcelos Neto, asseguram que:

O acesso à justiça pode ser encarado como o mais básico dos direitos humanos inseridos no contexto de um sistema jurídico moderno e igualitário, comprometido com a garantia (e não apenas com a proclamação) do direito de todos. Nesta linha de pensar, o acesso à justiça não é somente um direito social fundamental, crescentemente reconhecido, mas também o ponto central da moderna processualística, já que o seu estudo pressupõe um alargamento e um aprofundamento dos métodos e dos objetos do Direito atual. No mesmo sentido, diz JOSÉ AUGUSTO DELGADO que “sendo o acesso à justiça um direito fundamental do cidadão, há de se tomar providências urgentes para torná-lo eficaz. Para tanto conseguir, há de se impor séria modificação na estrutura das vias de chegada do homem em busca de uma solução para o seu litígio, especialmente, no tocante aos métodos e técnicas adotados para o curso dos procedimentos”.<sup>48</sup>

Segundo José Renato Nalini, “os juízes não têm a chave para resolver os problemas do mundo. Mas integram o Estado e não podem considerar-se descomprometido da tarefa de contribuir para a consecução de seus objetivos”.<sup>49</sup>

Para a viabilização na prestação jurisdicional, necessário será a ruptura de algumas barreiras que se interpõe entre o particular e o Estado Juiz. Entre elas se destacam, o desconhecimento do Direito, o procedimento interno da justiça, o fator econômico e a lentidão no julgamento dos processos.

---

<sup>48</sup> NETO, Manoel Maia de Vasconcelos. **A Internet e o Acesso a Justiça**. Disponível In: [www.Google.com, www.dhnet.org.br/ciber/textos/justica.html](http://www.Google.com, www.dhnet.org.br/ciber/textos/justica.html) - 90k. Acesso em: 29.maio.2006 às 16 h 42 min.

<sup>49</sup> NALINI, José Renato. **Novas Perspectivas no Acesso a Justiça**. Disponível In: [www.Google.com, www.cjf.gov.br/revista/numero3/artigo08.htm](http://www.Google.com, www.cjf.gov.br/revista/numero3/artigo08.htm) - 41k. Acesso em: 06.jul.2006 às 16 h58 min.

O primeiro obstáculo que envolve à dificuldade enfrentada no acesso a justiça está no desconhecimento por parte da população dos seus direitos, vez que, as pessoas não podem usufruir da garantia de fazer valer os seus direitos perante os Tribunais, se não conhecem os limites deles.

Este problema tem sua origem na falta de investimento na educação que assola nosso país. Esta falta de educação se traduz não apenas no analfabeto que não sabe sequer escrever o próprio nome. Mas naquelas pessoas que sabem ler, mas não entendem o que lê. As nossas normas, muitas vezes são de difícil compreensão até mesmo para os operadores do direito. Imagina para pessoas leigas, bem assim, a população campesina, que em sua maioria não tem nem o ensino fundamental completo e sem contar com a dificuldade de locomoção do campo para cidade.

O segundo obstáculo enfrentado no Judiciário é a complexidade que envolve o procedimento interno da justiça, como: o número insuficiente de funcionários e juízes, a falta de especialização destes, a falta de informações sobre o andamento de processo, o excesso de formalidades procedimentais, a falta de estrutura física e de recursos materiais das comarcas, a inflação legislativa, bem como, outros problemas jurídicos concretos. Isso tudo é a dura e cruel realidade que vem sofrendo o povo brasileiro ao tentar impetrar com uma ação frente ao Poder Judiciário.

No tocante aos recursos humanos, o número insuficiente de juízes, funcionários, auxiliares da justiça, são um dos grandes entraves na justiça brasileira, pois, provoca retardamento na prestação jurisdicional. Assim, como o atendimento nas repartições dos fóruns que muitas vezes deixam a desejar, fazendo com que o cidadão passe por situações desagradáveis por falta de preparo, especialização, vontade, disponibilidade e incompetência de determinados servidores e até mesmo de juízes, que há anos trabalham naquele ritmo arcaico.

Nesse mesmo sentido, esta à busca de informações, que se torna um calvário, o cidadão acaba indo e vindo tantas vezes nas dependências do Fórum que acaba desistindo do ajuizamento da ação não comparecendo no dia designado para a audiência de instrução e julgamento.

Sem dúvida, o excesso de formalismo quanto aos procedimentos intermináveis nos cartórios e nas várias etapas e instâncias do processamento jurídico, acarreta uma grande perda de

tempo, além dos aborrecimentos e os estressantes desgastes emocionais de todo o processo dos Tribunais de Justiça.

O retardamento ou negação da prestação jurisdicional, fator que não se liga exclusivamente à atividade do juiz néscio, inoperoso ou inconseqüente, mas decorre de todo um sistema burocrático, empedernido e historicamente cartorial, é, certamente, a maior aflição de nossa sociedade. Esse aspecto é o que mais presta às constantes críticas de setores, por maioria das vezes desinformados.<sup>50</sup>

No que diz respeito às instalações dos fóruns, infelizmente, a situação é lamentável, como a precariedade de seus edifícios, a falta de espaço físico, de equipamentos eletrônicos e de aprimoramento e desenvolvimento daqueles que já fazem parte da atual estrutura. Como é cediço, esses entraves influenciam diretamente na qualidade e no tempo do serviço.

O Poder Judiciário não se aparelhou para enfrentar tanta demanda nos últimos tempos. É ponto incontroverso que a lei deve acompanhar as mudanças sociais. Os fatos sociais não param um instante. Embora o legislador procure elaborar a lei objetivando a sua eficácia no tempo e no espaço, constata-se que toda lei já nasce morta. O Estado é impotente para acompanhar a velocidade dos acontecimentos e atualizar a lei em conformidade com a realidade social. Há, portanto, necessidade de uma vigilância pelos poderes competentes, com vistas a uma revisão permanente dos textos legais que regulam a vida em sociedade. Isto não acontece.<sup>51</sup>

A inoperância do Poder Legislativo tem caminhos tortuosos quanto aos projetos de leis, que, por sua vez, inviabilizam a aprovação de matérias de alto interesse para o país e para melhoria de vida de seus habitantes, pois, para lograr a aprovação de projetos para serem transformados em leis que dizem respeito ao social, chegam a demorar anos.

O terceiro obstáculo, que merece destaque, como fator impeditivo do acesso à justiça e a questão econômica, como se sabe, a justiça é um sistema processual deveras oneroso, ou seja, o custo do processo é bem elevado. As despesas e taxas cartorárias; os honorários advocatícios e

<sup>50</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil. Responsabilidade Civil. Atualizada de acordo com o Código Civil de 2002. Estudos Comparados com o Código Civil de 1916.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 100-101.

<sup>51</sup> OLIVEIRA, Moisés do Socorro de. **O Poder Judiciário: Morosidade. Causas e Soluções.** Disponível In: [www.Jus\\_Navigandi.com.br](http://www.Jus_Navigandi.com.br), <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4306>. Acesso em: 17. abr.2006 às 10 h26 min.

periciais e a interrupção do labor de quem é parte ou testemunha são apenas alguns dos empecilhos para que as pessoas economicamente frágeis consigam chegar à justiça.

A Carta Magna, também conhecida como a Constituição Cidadã, estabelece no seu artigo 3º, incisos III e IV que:

Constitui objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil: III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

De acordo com o artigo mencionado, é direito de todos, reconhecido constitucionalmente, o acesso a justiça, independente de qualquer diferença, entretanto, constata-se em nossa sociedade que o acesso ao Judiciário Brasileiro não é efetivamente igual para todos, são gigantescas as desigualdades econômicas, sociais, culturais, regionais, etárias, mentais entre outras tantas.

Infelizmente, essa é a realidade que envolve a nossa sociedade, pois, é, na classe mais humilde da população que se apresentam os maiores índices de atentados aos direitos subjetivos dos cidadãos, principalmente na população agrícola, em que esses têm uma espécie de temor às coisas do Judiciário, não raro achando que, para aquela seara somente serão levados na condição de demandados e assim mesmo em processo penal.

Na realidade, buscar apoio no Poder Judiciário, em defesa de algum interesse seu, é visto, até hoje, como privilégios para os ricos, e os cultos. Acredita-se que muitas vezes é melhor um péssimo acordo do que ajuizar uma ação. Retrato do conformismo que só beneficia as camadas mais poderosas ou influentes da sociedade, em franco desfavor dos mais humildes.

Outro obstáculo que merece ser apreciado, é a morosidade da justiça no julgamento dos processos, isso envergonha a sociedade e o próprio Poder Judiciário, criando um abismo entre o povo e a justiça.

Destarte, a demora na tramitação dos processos foi identificada nas últimas décadas, como um dos pontos nevrálgicos que atinge a jurisdição processual, conduzindo a um quadro no qual a duração na decisão processual atinge, normalmente, vários anos, acarretando assim, um grande acúmulo de processos que não para de crescer nas repartições do Judiciário Brasileiro, provocando inúmeras frustrações e desconforto por parte do cidadão perante o Poder Judiciário, pois, este deveria, de forma eficaz, pôr fim aos conflitos de interesses, mas infelizmente não é assim, o cidadão encontra-se numa luta incessante contra as burocracias e procedimentos lentos, ineficientes e de difícil acesso, na maioria das vezes, meramente protelatórios.

Nesse sentindo, Moisés do Socorro de Oliveira, relata:

A problemática conhecida como "morosidade da Justiça", não é fato novo e inesperado. É produto de um Judiciário que tem uma estrutura orgânico-administrativa anacrônica e regulamentada por procedimentos que não acompanharam as mudanças havidas na sociedade.<sup>52</sup>

É lamentável, que nossa justiça esteja ainda investida de muitas formalidades desnecessárias, pois, trata-se de um problema cultural. A cultura brasileira neste aspecto é burocrática, formalística, onde a forma tem mais valor que o conteúdo. Infelizmente, a justiça brasileira não visa dar a cada um o que é seu e de uma só vez, com simplicidade, celeridade e economia processual, como meio de acabar com tal burocracia que conduz ao acúmulo de processos, gerando transtornos indesejáveis para o cidadão.

Devido a esses problemas que vem enfrentando a justiça brasileira, os intérpretes do direito (juízes, advogados, promotores) e os legisladores, diariamente, buscam maneiras processuais e administrativas de diminuir o tempo de tramitação dos processos nas diversas instâncias judiciais. Contudo essa preocupação não é somente deles, mas também é, sobretudo, das partes envolvidas no litígio, pois, são estes os grandes prejudicados com a lerdeza crônica que envolve a justiça brasileira.

---

<sup>52</sup> OLIVEIRA, Moisés do Socorro de. **O Poder Judiciário: Morosidade. Causas e Soluções**. Disponível In: www.Jus Navigandi.com.br, <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4306>. Acesso em: 17. abr.2006 às 10h26 min.



Na Flórida, EUA, os casos que vão a julgamento no primeiro grau de jurisdição raramente atingem um ano. A maioria dos casos são resolvidos em meses, com a finalidade de acelerar a resolução dos conflitos. No Brasil, entretanto, a situação é caótica. Em agosto de 2004, foi organizado pela revista Exame um Fórum, onde conclui que o Judiciário é um dos principais entraves ao crescimento do país (...). O estudo apresentado considerou que a justiça brasileira é uma das mais lentas do mundo.<sup>53</sup>

A maioria dos países da América Latina já disponibilizam de um Tribunal Agrário para julgar com maior agilidade as causas oriundas do campo, acabando assim, com o sofrimento do homem que trabalha na terra.

Sem dúvida, a demora na decisão do processo configura, violação ao direito fundamental ao acesso a justiça, vez que o tempo do processo está intimamente atrelado a efetiva prestação da tutela jurisdicional, pois, a demora desnecessária pode acarretar danos irreversíveis ao demandante, ao passo que a exagerada celeridade pode também comprometer a segurança da prestação.

Assim, é o entendimento do Ilustre Doutrinador Venosa:

A justiça muito rápida corre o risco de ser injusta; mas a justiça tardia é sempre injusta: o devedor e seus bens desaparecem; a parte chega à velhice sem o reconhecimento definitivo de seu direito; desaparecem os vestígios do processo; a população descrê da justiça e do magistrado. Não é justa a decisão que tarda de oito a doze anos para atingir uma decisão final, da qual não caiba mais recurso, como ocorre com processos no Estado de São Paulo, não sendo muito diferente em outras regiões do País (...).<sup>54</sup>

É certo, todavia, não existir um conceito preciso no que se refere ao prazo razoável na prestação jurisdicional, no entanto, cabe defini-lo, atendendo ao bom senso e a razoabilidade, entendida como o tempo de espera pelo cidadão em ver efetivado seu direito. Denota-se neste sentido, que a prestação jurisdicional a qual atenda aos requisitos do prazo razoável não fique atrelada as delongas desnecessárias e ao excesso de burocracias, que somente contribuem para causar descrédito da justiça quanto sua efetividade.

---

<sup>53</sup>PEDROSA, Valtércio. **A Lentidão do Judiciário Brasileiro**. Disponível In: [www.Google.com, jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7039-61k](http://www.Google.com, jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7039-61k) Acesso em: 14. jun.2006 às 23h59min.

<sup>54</sup> VENOSA, op. cit. p. 103.

No âmbito agrário isto é ainda mais difícil, pois envolve pessoas que vivem na zona rural, e, como é cediço, estas pessoas têm mais dificuldades do que aquelas que vivem na zona urbana.

Há de ressaltar, porém, que as causas de dificuldades no acesso ao Poder Judiciário Brasileiro são centenas, porque não dizer, milhares. As que foram demonstradas representam apenas uma parte dos problemas que envolvem o Poder Judiciário Brasileiro, mas que servem para uma ligeira reflexão na tomada de posição no sentido de colaborar para a melhoria da prestação jurisdicional.

### 3.2 – Por uma Justiça Célere e Efetiva.

O mestre, Francisco Amaral preceitua em sua obra *ipsis verbis*:

A justiça representa, antes de tudo, uma preocupação com a igualdade, o que pressupõe a correta aplicação das regras de direito, evitando-se o arbítrio, e com a proporcionalidade, isto é, tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, mas na proporção de sua desigualdade e de acordo com os seus méritos. A cada um de acordo com suas necessidades e exigindo-se de cada um conforme suas possibilidades. O problema central consiste, todavia, em determinar o “devido”, o justo meio, dando-se a cada um de acordo com seu trabalho e a utilidade social do que produz.<sup>55</sup>

No que pertine a jurisdição, entende-se o poder dever de que detêm o Estado para, nos limites de sua soberania, solucionar os litígios existentes na sociedade, aplicando o Direito e, assim, garantindo a **paz social**.

Segundo a professora e jurista Carmem Lúcia Antunes Rocha: “Uma vez que, a jurisdição não é oferecida em tempo razoável, o objeto da demanda perde o seu sentido, ocorrendo o gravame da causa ou até mesmo a falta de interesse por parte dos jurisdicionados”.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> AMARAL, Francisco. **Direito Civil Introdução**. 5. ed. rev. atual. aument. de acordo com o novo Código Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 16.

<sup>56</sup> ROCHA, Carmem L. Antunes. *apud*, ALHEIOS, Danielle. **Responsabilidade Civil do Estado pela Morosidade na Prestação Jurisdicional**. Disponível In: [www.JusNavegandi.com.br](http://www.JusNavegandi.com.br), <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6205>. Acesso em: 17.abr.2006 às 11h18 min.

O Princípio da Celeridade adveio com a redação da Emenda Constitucional n. 45/2004, para garantir mais agilidade nas decisões judiciais, onde incluiu no rol do seu artigo 5º, inciso LXXVIII, o Princípio da Celeridade Processual “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. Possibilitando assim, a segurança jurídica, com um rito processual mais rápido, que visa primordialmente reduzir a morosidade processual, fenômeno este conhecido por todos.

O Pacto de São José da Costa Rica, ratificado pelo Brasil, em seu artigo 8º, primeiro ponto garante que:

Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente, independentemente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.<sup>57</sup>

Diante da análise do dispositivo supracitado, percebe-se que contempla o prazo razoável como pressuposto para uma prestação jurisdicional célere e efetiva.

É oportuno realçar que o princípio da celeridade ou brevidade já se encontrava em nossa legislação, mas com o advento da Emenda Constitucional n. 45/2004, possibilitou uma garantia, ainda maior, de segurança jurídica, envolvendo razão, direito e rapidez, advertindo ao juiz que será o instrumento hábil para solucionar os conflitos com maior celeridade, e, assim, quando uma pessoa se encontrar prejudicada em razão da demora ou atraso de uma prestação jurisdicional, será protegida pelo Princípio da Celeridade.

Segundo a Advogada Alessandra M. Kurihara Passos, a Emenda Constitucional n. 45 não irá solucionar todos os problemas do Poder Judiciário, mas é preciso reconhecer que já é um avanço, na busca da eficiência e da racionalização jurisdicional.<sup>58</sup>

<sup>57</sup> Convenção Americana de direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica, 1969). Disponível In: [www.Google.com, http://www.portaldafamilia.org/artigos/texto065.shtml](http://www.google.com,http://www.portaldafamilia.org/artigos/texto065.shtml). Acesso em: 19. agos.2006 às 23h03min.

<sup>58</sup> PASSOS, Alessandra M. Kurihara. **Câmara de Comercio e Industria Japonesa do Brasil** – Notícias da Câmara. Disponível In: [www.Google.com, www.camaradojapao.org.br/web/exibeboleto.asp?arquivo=ar-05-08-08-pn-alessandra.txt - 35k](http://www.google.com,www.camaradojapao.org.br/web/exibeboleto.asp?arquivo=ar-05-08-08-pn-alessandra.txt-35k). Acesso em: 16.jun.2006 às 23h25 min.

Mas, no entanto, buscar a celeridade processual não é nada fácil, vez que, envolve fortes interesses por trás da morosidade excessiva, pois, quanto mais tempo levar um processo para ser julgado mais vantajoso será para uma das partes litigantes.

A efetividade da justiça não compreende, em suma, apenas o direito que o cidadão tem em provocar a atuação do Estado, mas o direito de obter deste, um bom atendimento em suas repartições, informação sobre os procedimentos processuais e, sobretudo uma decisão justa e célere. Contudo, não basta um procedimento rápido e de pequeno ou nenhum custo, é indispensável que se possa garantir a certeza e a efetivação da prestação jurisdicional pleiteada, de modo a garantir o objetivo da atividade jurisdicional.

Em primeiro lugar, o sugerido para aqueles que desconhecem os seus direitos frente ao Poder Judiciário, seria as autoridades se comoverem com a real situação do país e promoverem mais campanhas, palestra, boletins informativos sobre como ter acesso ao Poder Judiciário, pois este é um órgão público e está aberto para solucionar todos os tipos de conflitos, bem como para atender a todos os cidadãos independentemente, de cor, raça, etnia, crença, cultura e *status* social.

Será necessário também, o aumento do quadro de funcionários e juizes, além de oferecer-lhes preparo adequado para enfrentar os novos desafios, modernizando o Poder Judiciário, aparelhando-o com os meios materiais e os recursos humanos necessários, e eliminando os anacronismos legislativos e administrativos que dificultam o acesso do cidadão ao Poder Judiciário brasileiro.

Outro ponto importante será vencer a pobreza, a qual é dever positivado na Constituição da República. Ninguém está liberado desse compromisso. O Estado necessita buscar meios para erradicar a pobreza que assola nosso país, visando uma sociedade livre, justa, humana e solidária.

Nessa linha de raciocínio está Cappelletti, em que enfatiza *ipsis verbis*:

O direito de acesso é um fato essencial de todas as sociedades democráticas. É dever de cada Estado de patrocinar sistemas efetivos de patrimônio legal, judicial e extrajudicial aos que se encontram em situação de inferioridade econômica ou social.<sup>59</sup>

É preciso mobilizar a sociedade para que ela se torne mais cobradora e, de uma forma mais ativa, buscar meios para solucionar ou pelo menos amenizar o problema, para que não se alastre de vez, deixando o Poder Judiciário insuficiente e ineficaz na solução dos seus litígios. Mister se faz sensibilizar os poderes Executivo e Legislativo para a necessidade de se investir mais nas estruturas do Poder Judiciário.

Enfim, em uma sociedade dinâmica e complexa como a brasileira, com grandes desequilíbrios sociais e caracterizada por constantes conflitos de interesses, a celeridade e efetividade da justiça são instrumentos necessários e inadiáveis contra a morosidade processual.

### **3.3 - Justiça Agrária na Constituição de 1988.**

A Constituição Federal disciplina no rol do seu artigo 126 aspectos relativos à questão jurisdicional agrária. Preceitua o respectivo artigo:

Art. 126 – Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça designará juízes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias”.

Parágrafo único – Sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio.

Em verdade, a criação de entrâncias especiais não seria o suficiente para solucionar os conflitos agrários que aumentam a cada ano no âmbito rural, pois o que se exige é um órgão especializado, de fácil acesso, ágil e com juízes especializados no ramo agrário.

---

<sup>59</sup> SALDANHA, Jânia Maria Lopes; RATKIEWIEZ, Ana Carolina e GOMES, Joséli Fiorin. **O prazo na prestação jurisdicional enquanto condições de possibilidade para o exercício da cidadania: a garantia do acesso efetivo à justiça para o cumprimento da cláusula democrática na União Européia e no MERCOSUL.** Disponível In: [www.Google.com](http://www.Google.com), [www.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2004/artigo02.pdf](http://www.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2004/artigo02.pdf). Acesso em: 05.jul.2006 às 17h21 min.

Nesse aspecto, vale observar a lição do Ilustre Professor Paulo Torminn Borges, *apud*, Benedito:

Juízes com “mentalidade agrarista”. Um juiz de mentalidade civilista dificilmente julgaria do mesmo modo como julgaria o juiz agrarista, pois, como se sabe, as normas civilistas primam pelo sentido individualista, enquanto as agraristas refletem visível conteúdo social. Os princípios que norteiam o Direito Agrário não são os mesmos que enformam o Direito Civil.<sup>60</sup>

Seguindo esse raciocínio, percebe-se que seria importante a urgente implantação da Justiça Agrária no Brasil, com juízes especializados no ramo agrário para dar mais agilidade nos andamentos dos processos agrários.

No dia 26 de março de 1992, foi apresentada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) pelo Deputado Hélio Bicudo, que recebeu o n. 96/1992. Após vários anos, tendo como última Relatora a Deputada Zulaiê Cobra, a referida (PEC) aprovada em dois turnos, foi encaminhada para o Senado Federal (SF) e passou a ter o n. 29/2000, posteriormente transformando-se na Emenda Constitucional n. 45, que foi promulgada em 8 de dezembro de 2004 e publicada em 31 de dezembro de 2004, após 13 anos de tramitação.

A conta disso, o Direito Agrário conquistou um pequeno avanço em direção da implantação da Justiça Agrária no Brasil, em que alterou o rol artigo 126 da CF/88, substituindo a antiga expressão “designará juízes de entrância especial” por “proporá criação de varas especializadas”.

O enunciado do art. 126 da Constituição, mesmo não sendo completo, serve enquanto não for implantada a Justiça Agrária, desde que interpretado sistematicamente e construtivamente. O que preceitua o mencionado artigo é muito restrito, limitando-se às expressões conflitos fundiários e questões agrárias, e os problemas agrários possuem dimensões muito maiores, como a questão ambiental, minerária e indígena. Seria oportuno mais uma alteração, a fim de instituir a Justiça Agrária, tendo como modelo as dos países da América do Sul, especialmente como México, Argentina e Venezuela.

---

<sup>60</sup> MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. 6. ed. rev. atual. ampl. Goiânia: AB, 2005. p. 15.

O Professor Paulo Torminn Borges, indignado perante o enunciado deste artigo, que por sua vez ficou no meio termo entre a realidade existente à época e o modelo ideal de justiça, traçou o seguinte comentário: “Isto de Varas especializadas ou entrâncias especiais, ‘com competência exclusiva para questões agrárias’ (CF, art. 126), é engodo. Não resolve nem ajuda”.<sup>61</sup>

Ora, isso não é o bastante mesmo, pois, o que temos atualmente no que se refere à implantação da Justiça Agrária no Brasil é somente isso, varas especializadas ou entrâncias especiais dentro da estrutura judiciária existente. Assim, as causas oriundas da terra são processadas e julgadas no âmbito da Justiça Estadual Comum, exceto aquelas em que estiverem envolvidos interesses da União, ou ainda, as que são resolvidas no âmbito administrativo, conforme determinações contidas no Estatuto da Terra e nas legislações esparsas, como por exemplo, na Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio). As questões agrárias na esfera administrativa, apesar de prestar considerável auxílio, não são o suficientes, pois, sua competência é limitada e não faz coisa julgada.

Realmente é lamentável que os constituintes de 1988 não se sensibilizaram para criar uma Justiça Agrária no Brasil, vez que, a autonomia desse órgão proporcionaria um desafogo na Justiça Federal e Estadual, diminuindo assim o acúmulo de processos de forma ágil e efetiva. Assim, primeiramente será necessário uma Emenda Constitucional que vise a implantação do Tribunal Agrário.

---

<sup>61</sup> BORGES, Paulo Torminn. **Institutos Básicos do Direito Agrário**. 10. ed. rev. ampl. São Paulo: Saraiva, 1996. p. 145.

## **4. JUSTIÇA AGRÁRIA E CIDADANIA NO BRASIL.**

### **4.1 - Da Cidadania do Rurícola.**

A nossa Carta Magna, em seu primeiro artigo, inciso II, coloca a cidadania como fundamento da República Federativa do Brasil, constituída em Estado Democrático de Direito.

A Constituição de 1988 ampliou o conceito de cidadania. Seu entendimento, agora, como leciona José Afonso da Silva:

Decorre da idéia de Constituição dirigente, que não é apenas um repositório de programas vagos a serem cumpridos, mas constitui um sistema de previsão de direitos sociais, mais ou menos eficazes, em torno dos quais é que se vem construindo a nova idéia de cidadania (...) De forma que, não mais se trata de considerar a cidadania como simples qualidade de gozar direitos políticos, mas sim de aferir-lhe um núcleo mínimo e irredutível de direitos (fundamentais) que devem se impor, obrigatoriamente, à ação dos poderes públicos. A cidadania, assim considerada – conclui o Prof. José Afonso da Silva –, consiste na consciência de pertinência à sociedade estatal como titular dos direitos fundamentais, da dignidade como pessoa humana, da integração participativa no processo do poder, com a igual consciência de que essa situação subjetiva envolve também deveres de respeito à dignidade do outro e de contribuir para o aperfeiçoamento de todos.<sup>62</sup>

Portanto, a cidadania é considerada, o estatuto decorrente e regulador do vínculo entre a pessoa e o Estado, como sociedade politicamente organizada, onde este tem a obrigação de proteger a pessoa natural e esta lhe deve obediência, nos limites estabelecidos em lei.<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> José Afonso da Silva apud MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direitos Humanos, Cidadania e Educação. Uma nova concepção introduzida pela Constituição Federal de 1988. Jus Navigandi, Teresina, ano 5, n. 51, out. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2074>>. Acesso em: 24 ago. 2006 às 20h08 min.

<sup>63</sup> SOARES, Aldo Asevedo. **O Direito de Existir**. Disponível In: [www.Google.com, www.aldoasevedo.adv.br/artigos/kalunga.htm](http://www.Google.com, www.aldoasevedo.adv.br/artigos/kalunga.htm) - 369k. Acesso em: 16.abr.2006 às 14 h 02 min.



A Cidadania é um instituto historicamente originário da cidade. Antigamente, cidadão era somente as pessoas que habitavam na cidade. O rurícola não dispunha da cidadania, não gozava dos direitos civis e políticos de seu país. No entanto, como se sabe, o homem da cidade é, na maioria das vezes, pessoas que migraram do campo para a cidade e nela passaram a habitar.

Mas com o decorrer dos tempos, o rurícola conseguiu ganhar a cidadania que hoje é exatamente igual a do homem da cidade, desde que este faça parte de uma sociedade nacional e goze dos direitos civis e políticos, com deveres e obrigações a cumprir, como determina as regras Constitucionais. Na sociedade brasileira não se permite mais a discriminação do homem do campo em relação ao homem da cidade.

As pessoas que vivem no ambiente agrário, trabalham no cultivo da lavoura e na pecuária, onde tudo produz, reproduz e é transformado em alimento para que a população que não produz sobreviva. Por esse motivo, a sociedade agrária deve estar perfeitamente harmonizada com a sociedade urbana, pois, uma depende da outra. A primeira necessita das técnicas que advêm da cidade, e a segunda depende dos alimentos oriundos do campo.

Portanto, quanto mais preparada e estável estiver a estrutura agrária e mais efetiva for a assistência ao homem do campo, melhor será a produtividade, com o devido cumprimento da função social da terra, com alimentos em quantidade e qualidade.

O art. 5º, da mencionada Carta Magna, assegura o princípio da igualdade, à segurança e à propriedade; e no Capítulo II do mesmo título, art. 6º, preceitua os direitos sociais, que são: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, infância e a assistência aos desamparados. Isso significa que o constituinte disciplinou seu conteúdo, preocupado com o bem estar da sociedade.

Nesse sentido vale salientar que o acesso a terra há de integrar também ao conteúdo dos direitos humanos fundamentais, pois é decorrente da terra que se permite ao rurícola extrair seu sustento e conquistar o direito à cidadania.

Para o deslinde dessa discussão teórica em busca de resposta para a pertinente indagação se o acesso a terra é uma questão de cidadania e se integra no rol dos direitos humanos preceitua Dyrceu Aguiar Dias Cintra Júnior *apud* Benedito Ferreira Marques:

Se nos fixarmos apenas nas palavras alimentação, habitação, bem estar e segurança, não conseguimos fugir da constatação lógica de que o suporte para a realização desse elenco de direitos há de ser, inevitavelmente, (...) um lugar próprio de cada pessoa e de todas elas para acomodar o corpo, expandir a personalidade, viver suas relações familiares e afetivas, tirar da terra o seu sustento.<sup>64</sup>

Dando prosseguimento, não há como dissociar o direito de acesso ao imóvel rural da condição de cidadania, pois, o espaço onde a pessoa acomoda o corpo, expande a personalidade, vivem suas relações familiares e tira o seu sustento, é a terra. No caso, não fica difícil entender que o acesso a terra é condição de cidadania.

Em suma, a cidadania é direito fundamental que se expande, em todo o território brasileiro seja no âmbito rural ou urbano, fazendo jus aos brasileiros melhor qualidade de vida e direito a igualdades para todos em face da lei Constitucional.

## **4.2 - O Grande Desafio para Implantação da Justiça Agrária no Brasil.**

### **4.2.1 - Antecedentes.**

A idéia de criação de uma Justiça Agrária decorre de muito tempo. Assim, a primeira manifestação de impacto em favor da implantação da Justiça Agrária em nosso país ocorreu no dia 15 de janeiro de 1910, por Rui Barbosa, em uma campanha civilista para a presidência da

---

<sup>64</sup> MARQUES, Benedito Ferreira. **Justiça Agrária, Cidadania e Inclusão Social**. Disponível In: [www.Google.com, www.ucg.br/jur/palestras.htm](http://www.Google.com, www.ucg.br/jur/palestras.htm) - 30k. Acesso em: 14.jun.2006 às 23h43 min.

República, no Teatro Politeana de Salvador, onde proclamava a necessidade da sua implantação. Assim, enfatiza Octávio de Mello Alvarenga <sup>65</sup> em sua obra:

Praticamente, porém, essas reformas, bem assim quantas do mesmo gênero se queiram multiplicar, ainda não acertam o ponto vital. Consiste Rui Barbosa na efetividade vigorosa dessas garantias, isto é, na criação de uma justiça clã e quase gratuita, à mão de cada colono, com um regime imburável, improtelável, inchicável. Toda a formalística, em pendência entre o colono e o patrão, importa em delonga, em incerteza, em prejuízo, em desalento.

Dois anos mais tarde, Joaquim Luis Osório apresentou ao Congresso Nacional, o primeiro projeto de Código Rural, devido à proximidade do Uruguai e da Argentina, que têm seus Códigos no âmbito agrário desde o século passado.

Na verdade, esses projetos não vigoraram, mas de qualquer forma, contribuíram para formar uma nítida consciência do problema, mostrando a urgente necessidade de criação de leis específicas regulando sobre a matéria agrícola, de preferência uma lei maior, que atuasse sob forma de Código.

Em outubro de 1922, ocorreu outra iniciativa concreta de implantação da Justiça Agrária no Brasil, a criação dos Tribunais Rurais pelo presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís, em decorrência da Lei Estadual n. 1869, de 10 de outubro de 1922, experiência repetida em 1929, sob o governo de Júlio Prestes, ambas abandonadas com a vitória da Revolução de 30 que derrotou aqueles dois líderes paulistas. Devido a estas iniciativas surgiram inúmeros projetos de codificação rural.

Posteriormente, em 1937, foi apresentado um novo projeto de Código Rural do Rio Grande do Sul pelo Deputado Estadual Favorino Mércio, permitindo assim, que os Estados legislassem sobre a matéria agrária.

Outro fato que antecedeu a Justiça Agrária ocorreu em 1941, com o Estatuto da Lavoura Canavieira, quando apareceram as Comissões de Conciliação entre fornecedores e recebedores de

---

<sup>65</sup> ALVARENGA. op. cit. p. 300,

cana-de-açúcar. Mas os recursos eram muito preparatório, rara vezes obtinham êxito e quase sempre implicava em delonga inútil.

Na data de 1956, o Instituto dos Advogados Brasileiros defendeu a criação de uma Justiça Rural, através da proposta elaborada por Edgard Teixeira Leite, que na ocasião representava a Sociedade Nacional de Agricultura, para preconizar a instituição de ‘Juntas e Conciliação Rural e Tribunais Rurais’, em primeira e segunda instância.

Em 1960, o Brasil participou do auspicioso Congresso em Punta Del Leste, o qual conferiu autonomia ao Direito Agrário no âmbito legislativo, científico e didático. Porquanto, ainda não logramos a autonomia jurisdicional, que permanece apenas como bandeira de lutas de incansáveis idealistas.

Depois, foi promulgada a Emenda Constitucional n. 10 de 10 de novembro de 1964, que alterou o inciso XV, do artigo 5º, da Constituição Federal de 1946, onde reconheceu a competência da União para legislar sobre Direito Agrário, colocando esse ramo do direito ao lado do Direito Civil, do Direito Comercial, do Direito Penal, do Direito do Trabalho. Logo em seguida, o Direito Agrário teve sua existência justificada com o advento do anteprojeto que viria a consubstanciar-se no Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, promulgada em 30 de novembro de 1964).

No ano de 1969, ainda sobre influência do Estatuto da Terra de 1964, surgiu uma comissão de juristas integrada, entre outros, por Octávio de Mello Alvarenga e Carlos Alberto, a qual foi instituída pelo Ministério da Agricultura (Portaria MA-322/68) para apresentar um projeto de Emenda Constitucional que visava a instituição de uma Justiça Agrária no país. Esta justiça seria nos moldes da Justiça do Trabalho, composta por juntas de conciliação e julgamento, Tribunais Regionais Agrários e um Tribunal Federal Agrário, mas a iniciativa ficou paralisada devido à crise que ocorreu pela sucessão do Presidente Costa e Silva, no mesmo ano.

Em 1974, um projeto aproveitado do estudo anterior foi apresentado ao Supremo Tribunal Federal (STF), pelo Prof. Motta Maia, onde havia uma redação de competência da Justiça Agrária, para garantir a sua viabilização, mas novamente foi abandonado sem maiores repercussões. No mesmo ano, ocorreu a recomendação feita pela Ordem dos Advogados do

Brasil (OAB) na V Conferência Nacional dos Advogados, realizada no Rio de Janeiro, apoiando a criação da Justiça Agrária a nível federal (em anexo).

No mesmo ano foi realizado um estudo por J. Masrevery, *apud*, Lucas de Abreu Barroso<sup>66</sup>, em que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Ambiente do Departamento Jurídico da FAO constata a existência de quatro maneiras diferentes que os países estrangeiros adotam para solucionar suas questões agrárias:

a) Num primeiro tipo encontram-se as vias administrativas comuns, em que se submetem os litígios agrários a um órgão público administrativo, normalmente com funções na exclusividade agrárias como na Argentina, Austrália, Camerum, Espanha, Irlanda, Kênia, Madagascar, Malásia, Senegal, Sri Lanka, Vietnam; b) Num segundo tipo por vias administrativas especiais com as decisões oriundas de órgãos de reforma agrária, direta e permanentemente, como na Albânia, Argélia, Bolívia, China, Egito, Guatemala, Honduras, Iraque, Irã, Nepal, Tunísia e Venezuela; c) Num terceiro tipo, as soluções viriam de jurisdições ordinárias, próprias do Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Jordânia, Paraguai, Uruguai; d) Num quarto tipo, as soluções viriam de uma jurisdição especial, com a instituição de uma justiça agrária, ex.: Alemanha, Cuba, Chile, Filipinas, França, Haiti, Inglaterra, Itália, Kerala (Índia), Países Baixos, Peru e Síria.

O renomado jurista Raymundo Laranjeira, em suas sábias palavras enquadrava o Brasil no terceiro caso, aquele em que as causas agraristas são solucionadas pela via de Jurisdição ordinária.

Merece destaque também, a Carta de Cruz Alta, de 10 de outubro de 1975, elaborada na ocasião pelos participantes do 1º Seminário Brasileiro de Direito Agrário, 1º Seminário Ibero-Americano de Direito Agrário e 1ª Conferência sobre Alimentação, onde consta a reivindicação expressa sobre a implantação da Justiça Agrária, com o indispensável argumento de que o Princípio da Função Social da Terra deu autonomia científica ao Direito Agrário. É o que consta no item 6, da referida carta, veja:

6. JUSTIÇA AGRARIA – A criação e implantação da Justiça Agrária, setor especializado que dirimirá os conflitos oriundos das atividades agrárias e das relações que dela emergem. Na reformulação do Poder Judiciário, afora em estudos, torna-se

---

<sup>66</sup> BARROSO, Lucas Abreu. **Justiça Agrária Brasileira**. Justificativas para a Implantação da Justiça Agrária no Brasil. Disponível In: [www.Google.com](http://www.Google.com), [www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/Justica.doc](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Justica.doc). Acesso em: 06.jul.2006 às 22 h31 min.

oportuno reencetar os relativos à especialização agrária, a exemplo do que se fez no Peru e em outros países, tanto latino-americano como europeus.<sup>67</sup>

Em 1976, seguiram as Propostas de Emenda Constitucional dos Senadores José Lindoso e Franco Montoso, tendo como pauta a criação de uma Justiça Agrária na Reforma do Judiciário, no entanto, também não foram aprovadas. Neste respectivo ano seguiu, também, nova recomendação de criação da Justiça Agrária pela Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, por ocasião da VI Conferência Nacional dos Advogados, em Salvador.

No início dos anos 80, surgiram os Projetos de Emenda Constitucional dos Deputados Jorge Arbage (PA), Rogério Rego (BA) e José Sarney Filho (MA), com o intuito de criar no âmbito da Justiça Federal, Varas Agrárias com competência para cuidar de relações de trabalho rural e ITR.

Em sessão realizada no dia 4 de junho de 1983, foi vez do Instituto dos Advogados Brasileiros fecharem consenso em torno da matéria agrária.

O doutrinador Maurício Toscana, em sua obra relata:

Em outubro de 1986, o Ministro da Justiça do Governo Sarney, Paulo Brossard, fez menção a criação de varas federais agrárias nas seções judiciárias dos Estados. Desse pedido resultou o provimento 316/87 do Conselho da Justiça Federal, que implantou a 5ª Vara da Seção Judiciária de Goiás, com sede em Araguaiana (hoje localizada no Estado do Tocantins), especializada em questões agrárias, mas sem prejuízo da distribuição normal.<sup>68</sup>

Nas diversas redações que precederam à redação definitiva do texto constitucional encontra-se o primeiro “Projeto de Constituição”, da Comissão de Sistematização, tendo como Presidente Afonso Arinos e Relator Bernardo Cabral, publicado pelo Centro Gráfico do Senado

---

<sup>67</sup> MIRANDA, Alcir Gursen de. **Direito Agrário e Cidadania. Justiça Agrária no Brasil – O Caminho para Cidadania no Campo e na Cidade.** Disponível In: [www.Google.com,www.abda.com.br/texto/GursendeMiranda2.pdf](http://www.Google.com,www.abda.com.br/texto/GursendeMiranda2.pdf). Acesso em: 05.jun.2006 às 18h32 min.

<sup>68</sup> FILHO, FILHO, Marcílio Toscano Franca. **Revista Instituto de Pesquisa e Estudos (Divisão Jurídica).** Os caminhos da Justiça Agrária no Brasil. Um caso de Engenharia Política – Constitucional. ed. n. 38. Bauru: ITE, setembro a dezembro de 2003. p. 140.

Federal, em julho de 1987, a Justiça Agrária foi contemplada com a Seção V do Capítulo IV, alusivo à organização do Poder Judiciário:

Art. 221. – A lei disporá sobre a organização, a competência e o processo da Justiça Agrária e a atuação do Ministério Público, observados os princípios desta Constituição e os seguintes: I – Compete à Justiça Agrária processar e julgar: a) causas originárias de discriminação e titularização de terras, incluindo as devolutas do Município, do Estado e da União; b) questões fundiárias decorrentes de desapropriação por interesse social ou para Reforma Agrária; c) questões relativas às terras indígenas, ficando excluídos os dissídios trabalhistas, salvo quando envolverem questões agrícolas; d) questões relativas ao desapossamento e desapropriação por utilidade e necessidade pública em zona rural, para imóveis de até três módulos rurais; II – o processo perante a Justiça Agrária será gratuito, prevalecendo os princípios de conciliação, localização, economia, simplicidade e rapidez.<sup>69</sup>

Durante a Constituinte de 1987/1988, a Justiça Agrária sofreu altos e baixos, como se pode comprovar:

Surgiu desde a Comissão Afonso Arinos, ora como órgão autônomo do Judiciário, ora dentro da competência da Justiça Federal, ora finalmente dentro da Justiça Comum Estadual, apenas com juízes de entrância especial, designados pelos Tribunais de Justiça, permitindo seu deslocamento aos locais dos litígios. Assim diz o art. 126, notoriamente restrito, prêmio de consolação aos juristas insatisfeitos, reclamando reforma, tanto mais inadiável quanto mais freqüentes e graves vão se tornando os conflitos que sua implementação poderia atenuar ou resolver e frente aos quais até hoje, por sua singeleza, não revelou a mínima eficácia.<sup>70</sup>

Em seguida a Assembléia Nacional Constituinte, encarregada da elaboração da Constituição Federal, à qual veio a ser promulgada em 5 de outubro de 1988, realizou-se por Brancolina Ferreira e João Gabriel L. C. Teixeira, como demonstra Octavio Mello Alvarenga, pesquisa de opinião, sendo que nela constava um item relativo à necessidade ou não da implantação de uma Justiça Agrária no Brasil:

---

<sup>69</sup> ALVARENGA, op. cit. p. 298.

<sup>70</sup> MENDONÇA, Otávio. **Caminhos para uma justiça agrária no Brasil** in LARANJEIRA, Raymundo (coordenador). **Direito Agrário Brasileiro** Em homenagem à memória de Fernando Pereira Sodero. São Paulo: LTR, 2000. p. 806.

“A criação de uma Justiça Agrária era vista como necessidade pela maioria dos constituintes entrevistados (66,7%). Poucos afirmaram que a mesma não era necessária (21,6%), ou que a descartaram por não acreditarem na Justiça (apenas 2,5%)”.<sup>71</sup>

No corpo das Constituições anteriores nenhuma referência à Justiça Agrária foi feita. Ela simplesmente tinha desaparecido. Mas, o legislador constituinte de 1988 resolveu inovar, tentando atender aos antigos e constantes anseios de criação de uma Justiça Agrária no Brasil. Onde preceitua no rol do seu artigo 126 “Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça designará juízes de entrância especial, com competência exclusivamente para questões agrárias”. Parágrafo Único “Sempre que necessária à eficiente prestação jurisdicional, o juiz far-se-á presente no local do litígio”. Este artigo é considerado um remédio paliativo apenas, mister se faz novas alterações em seu contexto.

Por certo, com a redação do mencionado artigo foi conquistado um pequeno avanço no sentido de solucionar com eficácia as lides agrárias. Todavia, o texto Constitucional em análise requeria certas alterações onde, PINOTTI propõe a alteração do texto constitucional para os seguintes termos: “Art. 126- Para dirimir conflitos fundiários, o tribunal de justiça proporá a criação de varas especializadas, classificadas em entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias”.<sup>72</sup>

No ano de 1989, o Professor Raimundo Laranjeira, juntamente com Otávio Mendonça e Fernando Mendonça foram convidados pelo Ministro da Justiça, Oscar Dias Correia, a presidir uma comissão oficial para criação de uma Justiça Agrária no país, ocasião em que apresentou um Anteprojeto de Lei, conhecido como “Projeto Laranjeira”, divulgado pelo Diário Oficial através da Portaria n. 544 de 28 de setembro de 1989. Este projeto tinha como finalidade ampliar o rol do artigo 126 da Constituição Federal de 1988, requerendo a instituição de Varas Agrárias Estaduais, mais esse projeto foi muito mais além das simples Varas Estaduais. Sugeriu a instituição de varas idênticas na Justiça Federal e que houvesse, nos Tribunais, Câmaras ou Turmas especializadas. Criando assim, um verdadeiro Foro Agrário, abrangendo também a proteção ecológica, os delitos oriundos de conflitos agrários, salvo se dependentes de Júri e até os dissídios trabalhistas rurais e as questões previdenciárias, onde inexistissem juntas de Conciliação e Julgamento ou Varas

---

<sup>71</sup> ALVARENGA, op. cit. p. 297.

<sup>72</sup> FILHO, op. cit. p. 141.



Agrárias federais. Implantando assim, dentro da estrutura atual, uma espécie de Justiça Agrária indireta, ou melhor, interna, bastando desligá-la e aperfeiçoá-la para se obter competência autônoma.

O mencionado projeto Laranjeira apresentava as seguintes diretrizes: 1) Conceituava o que seriam as questões agrárias de competência daquelas varas especializadas previstas no art. 126 da CF/88; 2) Classificou as atividades agrárias como de produção, de pesquisa, de experimentação e de conservação dos recursos naturais, excluindo as relacionadas com energia hidráulica, exploração de minérios e recursos marítimos; 3) Elencava entre as competências agrárias, competências gerais, previdenciárias, trabalhistas, penais, tributárias; 4) Excluiu da competência do foro Estadual as causas de interesse da União, suas autarquias e empresas públicas, que estariam sob jurisdição das Varas Agrárias Federais; 5) Delineou os princípios gerais do procedimento agrário, dentre os quais, a preocupação com a sumariedade do processo, a brevidade, a gratuidade e a presença do juiz no local do conflito; 6) Proibido a designação de juízes e promotores proprietários de terras para funcionarem nessas varas, com a finalidade de se assegurar a necessária imparcialidade; 7) A previsão de que venha a ser elaborado um Código de Processo Agrário e a Consolidação das Leis Agrárias (em anexo).

Na segunda parte do seu estudo, constituído de um anexo ao referido projeto, enumerou-se algumas sugestões: a) A criação de Câmaras ou Turmas Especializadas nos Tribunais de Justiça; b) A presença de perito judicial especializado em ciências agrárias; c) A exigência para os juízes de Varas Agrárias, como requisito mínimo de formação, a especialização em direito agrário; d) O fomento aos cursos de Direito Agrário nas faculdades de direito, pós-graduação, escolas da magistratura e Ministério Público (em anexo).

Por certo, o referido projeto não chegou sequer a ser apresentado ao Congresso Nacional, mesmo assim, a falta de implantação da Justiça Agrária na ocasião não impediu que muitos Tribunais Estaduais constituíssem indiretamente suas Varas Agrárias, embasando-se da permissão constitucional referida no enunciado do art. 126 da CF/88.

Vale salientar que o professor e juiz Vitor Barboza Lenza, em sua obra, resultado da publicação da dissertação elaborada para conclusão do Curso de Mestrado em Direito Agrário da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, *apud*, Lucas Abreu Barroso<sup>73</sup>, propôs:

A criação de Juizados Agrários nos moldes dos antigos de pequenas causas (Lei n. 7.244/84), agora transformados em Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei n. 9.099/95), aos quais já competem julgar as causas cujo valor não exceda a 40 salários mínimos, por certo, era e continua sendo uma sugestão de altíssimo valor econômico. Lenza, defensor da implantação de um órgão judiciário agrário, relata “não é crível que um país da dimensão territorial do Brasil e com a sua conhecida ‘vocação agrícola’ não tenha um órgão de jurisdição específico para equacionar as suas pendências”.

No entanto, não é conveniente para o setor econômico do país a instituição de Juizados Agrários, pois, além, de ser uma proposta com um custo elevado, não seria o suficiente para atender a demanda agrária, ou seja, este órgão estaria condicionado a atender aos rurícolas nas causas de pequeno potencial econômico, que não ultrapasse o valor de 40 s  l  rios mínimos, ficando sem solução as quest    es de médio e grande valor econômico. Visto isto, o modelo ideal a ser implementado seria uma Justiça Agrária com uma estruturação completa, com Primeira Instância, Tribunal Regional e Tribunal Superior, conduzindo as ações ao Supremo Tribunal Federal, quando for de sua competência. Composto por Juizes, Promotores e Técnicos Especializados no ramo agrário.

A luta pela instituição de uma justiça cl  a não acaba aqui, continuou com a apresentação do Projeto de Emenda Constitucional n. 47, de 11 de agosto de 1995, criada pelo então Senador Romero Jucá. A mencionada Emenda Constitucional é a mais completa que surgiu em busca da implementação da Justiça Agrária no Brasil, propunha a criação de Tribunais e Juízes agrários, bem como o órgão do Ministério Público Especial Agrário. Dessa forma, o Capítulo III do Título IV da Constituição Federal de 1988 ficaria acrescido de uma nova seção, que disciplinaria a Jurisdi      es especiais. Afastando de vez o artigo 126 da CF/88, instituindo esse foro como sonhou Rui Barbosa há quase 90 anos.

---

<sup>73</sup> BARROSO, Lucas Abreu. Justiça **Agrária Brasileira**. Justificativas para a Implantação da Justiça Agrária no Brasil. Disponível In: [www.Google.com](http://www.Google.com), [www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/Justica.doc](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Justica.doc). Acesso em: 06.jul.2006 às 22h31min.

O Senador Romero Juca em sua justificativa diz que:

As questões de terra continuam precariamente atendidas pela Justiça Federal, Comum e do Trabalho, obrigando ao homem do campo a peregrinar de uma para outra, quando não desiste, agravando situações que fazem da violência rural parte de nossa tragédia cotidiana.<sup>74</sup>

Mas infelizmente, o projeto que criava uma estrutura integral da Justiça Agrária, foi arquivado em fevereiro de 1999.

No Brasil, a primeira Corte Estadual a instalar uma vara dedicada a questões agrárias foi o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba que, em meados de 1996, instalou a sua “Vara de Conflitos Agrários e Meio Ambiente”. No âmbito da Justiça Federal brasileira, os Estados de Goiás, Paraná e Pernambuco têm em sua organização jurisdicional, Varas Especializadas para julgamentos das lides agrárias.

Os tipos de ações mais frequentes que tramitam nessas Varas são as de desapropriação movidas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e as cautelares de antecipação de prova (vistoria preventiva). No entanto, além de receberem das ações tipicamente agrárias, recebem outros tipos feitos provenientes da Justiça Comum.

#### 4.2.2 - Posicionamentos Contrários.

Apesar do exposto, há uma parcela de doutrinadores que lutam contra a instituição da Justiça Agrária. Os que opinam contra a instalação da Justiça Agrária são considerados minorias, como os consagrados juristas Jacy de Assis, Messias Junqueira e Miguel Reale. O Ilustre professor Benedito Ferreira Marques traz a lume o ponto de vista de cada um no tocante à questão:

---

<sup>74</sup> MENDONÇA, Otávio. **Caminhos para uma Justiça Agrária no Brasil** in LARANJEIRA, Raymundo (coordenador). **Direito Agrário Brasileiro** Em homenagem à memória de Fernando Pereira Sodero. São Paulo: LTR, 2000. p. 808.

O primeiro lança mão de dois argumentos: “é onerosa e difícil e que não apresentará os necessários resultados”. O segundo limitou a sua discordância a um argumento singelo: “não estamos ainda amadurecidos...”. E o terceiro utilizou-se de argumentos de sabor duvidoso, ao dizer, *ipsis verbis*:... admiro-me que haja quem pense que a estrutura de uma magistratura agrária especializada, aliás de discutível utilidade, possa ser feito de improviso, como se se tratasse de montar um palco na praça para representação de um drama campestre...<sup>75</sup>

Neste contexto, fica difícil acreditar que argumentos tão descabidos saíram de mentes tão brilhantes como desses consagrados juristas.

Sem embargo, não procedem as ponderações desses juristas de que será onerosa, ou não estamos amadurecidos, vez que, é sabido que são criados vários órgãos na órbita federal, sem retorno social. Por conseguinte, a disciplina de Direito Agrário está incorporando as grades curriculares de praticamente todas as Faculdades de Direito do país.

Em resposta ao posicionamento do jurista Miguel Reale, Raimundo Laranjeira argumentou:

É claro que ela terá de ser cuidadosamente montada, conforme, aliás, pudemos alertar anteriormente. Mas drama maior é deixar o Brasil como um imenso anfiteatro, no qual os estropiados dos campos, pobres atores combalidos na vida, se extenuem da sua penúria cotidiana (...).<sup>76</sup>

Expõe Octávio Mello de Alvarenga em sua obra o posicionamento de C.J. Assis Ribeiro, onde aponta as duas principais correntes que vêm criando obstáculos à efetivação de um Tribunal Agrário:

Uma, de natureza conservadora e obstrucionista, que nega até mesmo a existência do problema agrário, no Brasil, e, assim, condenava tudo que se relacionava com a Reforma e a Política Agrária; a outra, de natureza demagógica e agitacionista adotada pelos extremistas, subversivos e exploradores das classes trabalhadoras, proclamava que as providências governamentais não tinham valor operante, tampouco eficácia, para corrigir

---

<sup>75</sup> REALE, Miguel, *apud*, MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. 6. ed. rev. atual. ampl. Goiânia: AB, 2005. p.op. cit. p. 16.

<sup>76</sup> MARQUES, op. cit. p. 17.

as distorções da estrutura agrária, e, dessa forma, propugnavam por medidas radicais, distanciadas da Filosofia Econômica Democrática.<sup>77</sup>

Acreditam alguns estudiosos em que a implantação da Justiça Agrária geraria consideráveis despesas para os cofres públicos, e que o país não estaria preparado para efetuar-las. Realmente ocasionaria muitos gastos, e em um montante considerável.

Em relato o jornalista César Giobbi, *ipsis verbis*:

É preciso lembrar que (...) a criação de mais uma vara representaria um aumento imenso de custos da Justiça Brasileira; que (in) Justiça Agrária já existe no Brasil, desde o momento em que o que é crime para qualquer cidadão (invasão e destruição da propriedade privada) não é crime para o MST.<sup>78</sup>

Ponderável argumento, todavia, merece dos que não concordam uma desculpa mais convincente, esse é o método mais fácil encontrado para escapar à responsabilidade de fazer algo novo, que verdadeiramente possam modificar as estruturas precárias que se encontram no Poder Judiciário Brasileiro.

A esses que pensam dessa maneira articulou o saudoso Assis Ribeiro, *apud*, Gursen de Miranda:

Esse argumento, apesar de velho, impressiona. E, por isso, nunca deixou de ser repetido pelos conservadores e obstrucionistas, conforme o tipo de justiça especializada que está na ordem do dia. Combateram a criação da Justiça Eleitoral (...) investiram contra os Tribunais Federais de Recursos; deblateraram contra a Justiça do Trabalho, ainda com mais ênfase, batendo nessa mesma tecla da economia (...) Acontece, porém, que o problema da organização e do funcionamento do Poder Judiciário não pode ser apreciado e julgado em termos tais, isto é, em termos de despesas. O destino da comunidade nacional, em grande parte, para construir elementos de vida do organismo do Estado depende do harmônico funcionamento do Poder Judiciário.<sup>79</sup>

<sup>77</sup> ALVARENGA, op. cit. p. 303-304.

<sup>78</sup> LOPES, Gregório Vivanco. **Nova Justiça Agrária**. A quem aproveita? Festejada pela esquerda, a proposta de criação de uma Justiça Agrária vem causando preocupação, especialmente entre os produtores rurais, pela possibilidade de favorecimento do MST. Repercussões na esquerda. In: [www.Google.com, www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=89FC4245-E767-5985-CD\\_115ADF8B062A19&mes=Outubro2004 - 18k](http://www.Google.com, www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=89FC4245-E767-5985-CD_115ADF8B062A19&mes=Outubro2004 - 18k). 06.jul.2006 às 19h21 min.

<sup>79</sup> MIRANDA, Alcir Gursen de. **Direito Agrário e Cidadania. Justiça Agrária no Brasil – O Caminho para Cidadania no Campo e na Cidade.** Disponível

Um dos exemplos mais expressivos é a forma como é empregado o dinheiro dos cofres públicos em nosso país, embora se possa afirmar que o aspecto econômico é relevante na tomada de decisões governamentais, embora, muito dinheiro tem sido gasto com despesas desnecessárias ou para atender interesses variados da sociedade. A implantação da Justiça Agrária, tendo em vista a relação custo-benefício com que se aparenta, não oneraria de forma decisiva o orçamento público.

Contrário também a implantação da Justiça Agrária é José Renato Nalini, veja:

A Constituição de 1988, ao tratar da Justiça Estadual, já prevê a criação desse tipo de varas. Alguns Estados chegaram inclusive a criá-las. Fico aflito com a idéia porque já temos já cinco justiças: a Estadual, a Federal, a Trabalhista, a Eleitoral e a Militar.

Conclui ainda, se você puder organizar a Justiça de modo a ter uma gestão mais eficiente, atende não só os conflitos agrários, mas todos os demais. Se responde tipicamente só para conflitos agrários, amanhã nós vamos precisar de uma justiça só para menores, outra só para os sem-habituação. Vira uma espécie de feudalismo, cada corporação com sua Justiça própria (...) Precisamos tornar a Justiça mais eficiente. Basta implementar o que a Constituição já prevê, a instalação das varas agrárias nos Estados, mas não uma outra Justiça.<sup>80</sup>

Contudo, não haveria o que temer em relação à implantação da Justiça Agrária Especializada no Brasil, pois não deixa dúvida que a mesma é tardia. Na verdade uma Justiça que é lenta na prolação das decisões judiciais é considerada uma justiça falha, sem contar na indesejada desarticulação entre a Justiça Federal e a Justiça Estadual. Em virtude disso, é que os conflitos agrários acumulam a cada hora na justiça comum, pois, não conseguem esvaziar as prateleiras abarrotadas de processos nas deferentes relações agrárias. Tendo como exemplo os movimentos sociais de invasões de terras que aumentam a cada dia, a violência no campo, o êxodo rural, entre outros importantes motivos que justificam a criação de uma jurisdição especializada para atender as necessidades do homem que labuta a terra.

---

In: [www.Google.com](http://www.Google.com), [www.abda.com.br/texto/GursendeMiranda2.pdf](http://www.abda.com.br/texto/GursendeMiranda2.pdf). Acesso em: 05.jun.2006 às 18h32 min.

<sup>80</sup>Ministério Público de Santa Catarina. **O Estado de São Paulo**. Disponível In: [www.Cadê.com](http://www.Cadê.com), [www.mp.sc.gov.br/canal\\_mpsc/clipping/jornal\\_oesp/oesp\\_040903.htm](http://www.mp.sc.gov.br/canal_mpsc/clipping/jornal_oesp/oesp_040903.htm). Acesso em: 23.mar.2006 às 17h05 min.

Foi o que aconteceu no Estado de Goiás, há 7 (sete) anos mais ou menos, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) comandou a ocupação de uma fazenda, chamada “Santa Rosa”, por cerca de 1.300 famílias, veja:

Os proprietários, inconformados, ajuizaram a imediata ação de reintegração de posse. O juiz, escorado em jurisdição prévia, concedeu a proteção possessória em caráter liminar. Os sem-terra resistiram ao cumprimento da ordem judicial. A imprensa dramatizou o episódio. As autoridades estaduais temiam que ocorresse a mesma tragédia acontecida em Eldorados dos Carajás, no Estado do Pará, em abril de 1996, quando tombaram 19 pessoas. Era preciso evitar o pior. Interveio o Promotor de Justiça da Comarca. As negociações se iniciaram e se prolongaram por mais de um ano. Nesse ínterim, o INCRA promoveu a vistoria do imóvel e concluiu que o mesmo era improdutivo. Insatisfeito com esse laudo, os proprietários ajuizaram ação cautelar postulando nova vistoria. O segundo laudo concluiu que o imóvel era produtivo. Com base nesse documento, os proprietários ajuizaram, contra o INCRA, a ação principal, visando à declaração de produtividade do imóvel. Dois processos, portanto, foram instaurados – a possessória, na Justiça Estadual, e a ordinária declaratória, na Justiça Federal. O imóvel era o mesmo. Os sem terra, enquanto isso, permaneciam no imóvel, aguardando o ajuizamento da ação de desapropriação pelo INCRA. Os juízes, diante do impasse, não conseguiram esconder o estado de perplexidade. O Governador do Estado, enquanto isso, promovia, através dos seus secretários comprometidos com o problema, repetidas e intermináveis reuniões, envolvendo todos os seguimentos interessados, inclusive os organismos de segurança pública. O estado de tensão era destacado a cada dia, nos mais diferentes veículos de comunicação, até que, passados quase dois anos, adveio uma solução temporária: a remoção das famílias para um imóvel do Estado, com a promessa do ajuizamento da ação de desapropriação. Mas uma segunda investida terminou acontecendo, até que a almejada desapropriação foi requerida, pondo fim à questão, uma vez que o INCRA se omitiu na posse da fazenda e iniciou o processo de assentamento.<sup>81</sup>

Esse caso concreto ilustra a morosidade da justiça brasileira, através dele avalia-se a necessidade de instituição da Justiça Agrária, pois se existisse tal justiça especializada, certamente o desenrolar desse conflito teria sido diferente, ou seja, mais rápido e os desgastes teriam sido evitados. Afinal, o que se coloca no centro da discussão é o cumprimento ou não da liminar concedida pelo juiz da comarca, no que diz respeito à posse e a constatação de que a propriedade não era produtiva, a viabilizar o ajuizamento da ação de desapropriação agrária pelo descumprimento da função social. Assim, com o ajuizamento da ação declaratória de produtividade, sustentada em novo laudo pericial, e em tramite na Justiça Federal, tornava complexa a situação, embora envolvesse o mesmo imóvel e as mesmas partes. Este é apenas um

---

<sup>81</sup>MARQUES, Benedito Ferreira. **Justiça Agrária, Cidadania e Inclusão Social**. Disponível In: [www.Google.com,www.uig.br/jur/palestras.htm](http://www.Google.com,www.uig.br/jur/palestras.htm) - 30k. Acesso em: 14.jun.2006 às 23h43 min.

dos inúmeros processos que ficam anos nas prateleiras do Poder Judiciário a espera de uma decisão. É insustentável que existam pessoas ainda que são contra a criação da Justiça Agrária.

#### 4.2.3 - Posicionamentos Favoráveis.

Apesar de existir um pequeno grupo que demonstra ser contra a implantação da Justiça Agrária, por outro lado, existe uma grande parcela de estudiosos do Direito Agrário que defendem a implantação desse Órgão Jurídico no país, como avanço no mundo jurídico.

Nessa linha de raciocínio está o Professor Octávio Mello Alvarenga *ipsis verbis*: “O país precisa de juristas agrários porque o Poder Judiciário a cada dia perde mais expressão – dele mais desconfiado, quantos estejam inseridos na equação agrobiológica da exploração da terra”.<sup>82</sup>

Por essa razão, o rurícola sofre dupla agressão à sua cidadania quando procura a justiça comum, para solucionar conflitos oriundos do campo, vez que, os menos favorecidos economicamente se deparam com os obstáculos encontrados no acesso à justiça, posteriormente, quando conseguem ter acesso a justiça se deparam com juízes sem a habilitação jurídica suficiente para lidar com as questões agrárias, sem a necessária mentalidade agrarista.

Os agraristas não são os únicos defensores da justiça agrária, existem civilistas como Caio Mario da Silva Pereira, que com suas sábias palavras relatou, *ipsis verbis*:

Não descurando os planos assistenciais, técnicos e financeiros, omitiu, entre tanto, o Estatuto um aspecto importante: a instituição de um aparelho judiciário adequado (...) De nada valeria toda uma legislação social avançada, se não houvesse o Brasil criado uma justiça do Trabalho, que a aplicasse. É uma decorrência da criação de critérios que modelam as mentalidades. A Comissão Agrária instituída no Estatuto da Terra (art. 42) ficou provida de atribuições simplesmente administrativa. É insuficiente. Cumpre dar nascimento a órgãos jurisdicionais especializados para que haja eficiência na aplicação do Estatuto, e particularmente, para que este se imponha sob inspiração de sua própria filosofia.<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. 6. ed. rev. atual. ampl. Goiânia: AB, 2005. p. 17.

<sup>83</sup> PEREIRA, Caio Mario, *apud*, MARQUES, op. cit. p. 19.



Considerando, portanto, a complexidade do problema agrário, devido aos aspectos sociológico, econômico e político, vislumbra-se que este problema não será solucionado com a simples instituição de Varas Agrárias na Justiça Comum, o modelo ideal a ser instituído seria a Justiça Agrária, a qual estabeleça procedimentos judiciais rápidos e seguros, que afastem a descrença do homem do campo na justiça.

Ora, todas as ações de natureza agrária que tramitam na Justiça brasileira são julgadas por juízes civilistas e criminalistas, vez que, acarreta transtornos para as partes envolvidas no litígio, porque a realidade e as circunstâncias a qual envolvem esse tipo de ação não são as mesmas que envolvem as da zona urbana. Inclusive o rito processual, onde muitas delas possuem procedimentos diferenciados das demais espécies de ações.

Entre os Juristas que defendem esta Justiça Especializada estão Nilson Marques e Altamir Pettersen, *apud*, Lucas de Abreu Barroso:

Entendemos que a Justiça Agrária, quando criada – e já objeto, inclusive de debate público, no Instituto dos Advogados Brasileiros – certamente englobará em seus dispositivos os preceitos e princípios específicos de Direito Agrário e absorverá, magnânima, as boas regras da processualística brasileira, em geral e das demais regras específicas cujo objetivo final será a efetiva proteção ao homem do campo.<sup>84</sup>

O ilustre processualista brasileiro Luiz Machado Guimarães em seu trabalho “O processo Escrito”, cita uma observação de Cernelutti, em que o mestre italiano, referindo-se à necessidade de hábeis condutores para o processo oral, dizia:

O automóvel é um excelente meio de transporte; mas, se para guiá-lo não se encontram senão pontilhões, prefiro uma diligência”. O processualista contestava: “A esta observação do catedrático de Milão será lícito responder que, enquanto não tivermos automóveis, não poderemos formar motoristas.”<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup>BARROSO, Lucas Abreu. **Justiça Agrária Brasileira. Justificativas para a Implantação da Justiça Agrária no Brasil.** Disponível In: [www.Google.com](http://www.Google.com), [www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/Justica.doc](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Justica.doc). Acesso em: 06.jul.2006 às 22h31 min.

<sup>85</sup> ALVARENGA, op. cit. p. 300.

Trazendo para o lado prático do Direito Agrário X Justiça Agrária, pode se averiguar que temos os automóveis, que são as (legislações especializadas, doutrinas, jurisprudências), mas, no entanto não temos ainda os condutores, ou seja, os juízes especializados para solucionar os problemas oriundos da atividade agrária.

Na atualidade, importante foi à proposta de implantação da Justiça Agrária Federal apresentada ao, até então, presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Ministro Edson Vidigal, pelo Presidente da República, Luiz Inácio da Silva, que surpreendeu a todos com sua colocação. A idéia surgiu em decorrência de uma conversa entre o Presidente Lula e o Ministro Vidigal durante Seminário sobre lavagem de dinheiro ocorrido no auditório do Superior Tribunal de Justiça.

Em decorrência do que lhe foi incumbido, o então Presidente do STJ se mobilizou para buscar a fórmula que tornará viável para a implantação dessa justiça.

A proposta seria a criação de um Órgão Agrário completo, com Varas, Tribunais e juízes agrários, que julgassem exclusivamente conflitos e pendências tipicamente rurais.

Além disso, prevê também que os juízes sejam itinerantes, deslocando-se ao local do conflito, que permitirá um acompanhamento mais próximo da realidade que envolve o campo.

Como se sabe, os juízes civilistas solucionam os conflitos agrários sem sair do gabinete, caso que não irá acontecer com os juízes agraristas, onde, além, de despachar em seus gabinetes também se deslocarão até o local do conflito.

Por sua contundência, veja-se o depoimento do Ilustre Professor Paulo Torminn Borges: “É lógico que não basta ser agrarista para ser um bom juiz nos conflitos deste setor, mas é necessário, basicamente, que tenha ele mentalidade de agrarista”.<sup>86</sup>

O objetivo do Presidente da República seria erradicar com a miséria que assolam o campo, e a atual onda de conflitos agrários que estão espalhados por todo o País.

---

<sup>86</sup>BORGES, Paulo Torminn. **Institutos Básicos do Direito Agrário**. 7. ed. rev. atual. acres. de um capítulo sobre os institutos do Direito Agrário na CF de 1988. São Paulo: Saraiva, 1992. p. 162.

O Presidente Lula mostrou-se preocupado com o acirramento dos conflitos no campo, sobretudo com o aumento das invasões promovidas pelo Movimento dos Trabalhados Rurais Sem-Terra (MST). Só nos três primeiros meses deste ano já foram constatadas 107 invasões. É considerado como o maior número registrado no primeiro trimestre nos últimos seis anos.<sup>87</sup>

Esse aumento de invasões promovidas pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), é sem dúvida um caso preocupante, ou seja, há um temor de que a violência no campo possa se espalhar, o que seria necessário uma ação mais enérgica dos governos estaduais e até mesmo do governo federal.

No Brasil, lamentavelmente ainda não se instituiu a Justiça Agrária, contudo, diversos Estados que apresentam maior número de conflitos ligados a terra estão se adequando a nova determinação do art. 126 da CF. Pode-se citar como exemplos: São Paulo, Pará, Roraima, Mato Grosso, Paraná, Amazona, Goiás e Rondônia.

A Constituição Paulista prevê a criação das Varas Especializadas Agrárias (art. 86). No Pará, a Lei Complementar n. 14, de 12 de novembro de 1993 que alterou o Código de Organização Judiciária paraense, trilhando o mesmo caminho, criando Varas voltadas para os Direitos Agrário, Ambiental e Minerário. Em Goiás, a Constituição Estadual, de 05 de outubro de 1989, dispõe sobre o assunto no art. 41, § 5º.

Segundo a Revista Consultor Jurídico em nosso país:

No âmbito Estadual existem duas varas especializadas no ramo agrário, uma na Comarca de Cuiabá (MT) e a outra em Manaus (AM). Curitiba também ganhou no dia 06 de maio de 2005 uma vara especializada no tema. As informações são do Tribunal Regional Federal da 4ª Região<sup>88</sup>.

---

<sup>87</sup> LINHARES, Juliana e CARNEIRO, Marcelo. **Revista Veja**. Chuva de Dinheiro. Eles invadem. O Governo apóia. ed. 1953-ano 39 – n. 16. Abril, 26 de abril de 2006. p. 43.

<sup>88</sup> Revista Consultor jurídico. Vara verde. **Justiça Federal Instala Vara Agrária e Ambiental no PR**. Disponível In: [www. Google.com, http://conjur.estadao.com.br/static/text/34491,1](http://www.google.com,http://conjur.estadao.com.br/static/text/34491,1). Acesso em: 19. agos.2006 às 23h16min.

Na realidade o que se pretende com a criação das Varas Agrárias é mais agilidade para a reforma do campo. Mas isso não é o bastante, por mais que se esforce a Justiça Comum na implantação dessas varas, fica difícil agilizar suas decisões quando se está abarrotada de processos nas prateleiras a espera de julgamento. Assim, acabará as Varas Agrárias recebendo processos que não são provenientes da área agrária.

Até o presente momento foram realizadas várias Propostas de Emenda à Constituição para a instituição da Justiça Agrária, mas nenhuma foi aprovada. A exemplo disso tem-se a PEC n. 122, de 2003, elaborada pelo Deputado Rodolfo Pereira, e apresentada a Mesa da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 60, § 3º, da Constituição Federal de 1988, propondo a alteração no rol dos artigos 92, 105, 108, 109 e 128, e fica acrescido na Seção V os artigos 111-A, 112-A, 113-A e 114-A da Constituição Federal e os artigos 90, 91 e 92 do Alto das Disposições Constitucionais transitórias, revoga o inciso XI do artigo 109 e o artigo 126 da Constituição Federal, instituindo a Justiça Agrária (em anexo).

Em pleno século XXI, verifica-se que existem vários Fundamentos e justificativas consistentes na defesa da implantação da Justiça Agrária, mas até o presente momento nada foi feito.

O Brasil ao longo dos anos democratizou-se, globalizou-se, acompanhando a modernidade e os avanços tecnológicos, mas ainda não conseguiu eliminar as distorções e as desigualdades sociais, notadamente no campo, A nossa sociedade vem se tornando cada vez mais complexa, provocando um significativo aumento dos conflitos no campo e na cidade.

O Direito, destarte, não tem conseguido por si só acompanhar as mudanças sociais e não tem desenvolvido instrumentos capazes de suprir estes conflitos.

A cada ano que passa multiplicam-se as causas agrárias, envolvendo proprietários de grandes áreas de terras improdutivas e um contingente expressivo de homens e mulheres que trabalham com a finalidade de conquistar um pedaço de chão para plantar e colher, bem como, o êxodo rural que cresce a cada ano e as cidades incham, os problemas urbanos aumentam se tornam agudos por falta de emprego, moradia, escola, hospitais, saneamento básico, transportes e

alimentação. E tudo isso, porque, nada é feito para proporcionar melhor qualidade de vida aos que labutam a terra.

Na imprensa já virou rotina ouvirmos sobre espancamentos de trabalhadores rurais, reintegrações de posse violentas, desapropriação, invasões de terras provocadas pelo Movimento Social dos Trabalhadores Rurais, entre outras. Esse quadro se agrava ainda mais, quando o aparelho judiciário não atua com eficácia, perdurando assim, a impunidade e a ostensiva desobediência às leis.

Os nossos governantes fecham os olhos frente a triste realidade que assombra o campo. Como se sabe, onde não há investimento não há desenvolvimento econômico.

O Brasil é um país que busca o progresso econômico-social, dessa forma é imprescindível que o povo brasileiro repense as suas instituições e seus governantes, pois, é através destes que ocorreram às mobilizações visando a criação de uma justiça rápida e eficaz, para tratar dos assuntos ligados a terra.

Diante dessa problemática que envolve a seara do Direito Agrário, vale observar o posicionamento do Ilustre Jurista Baiano Raimundo Laranjeira, grande defensor da implantação da Justiça Agrária Brasileira, afirma:

Não há o que se discutir sobre a necessidade e a excelência da instituição da Justiça Agrária no Brasil. Tanto do ponto de vista científico, de enriquecimento da matéria agrojurídica, como do ponto de vista da realidade fática, na qual milhares de pessoas precisam dela (...) Há de se admitir duas ordens de coisas, como pressuposto da necessidade dela: uma referente ao fato de que os países civilizados e os que vão deixando as armas do subdesenvolvimento estão acolhendo esse órgão, conforme o prova, sobejamente, J. Masrevery; de outra, relativa à constatação de que, no Brasil, o seu estágio econômico-social já reclama um 'foro adequado, como instrumento regulador das relações decorrentes da reforma das estruturas arcaicas e injustas' – segundo a justeza de expressão de um notável agrarista patricio.<sup>89</sup>

Na esteira do se comentou, o insigne mestre menciona que a Justiça Agrária seria o instrumento adequado para uma resolução rápida e eficaz no desafogo das varas comuns, veja:

---

<sup>89</sup>LARANJEIRA, Raymundo, *apud*, FILHO, op. cit. p.131-132.

(...) A idéia é de que a instalação de um órgão especial de apreciação e julgamento das lides agrárias conferiria ao Direito Agrário a sua autonomia jurisdicional, que ainda não conseguiu ter entre nós. De outro modo, o enfoque é o de que tal entidade (a Justiça Agrária) viria carrear para as populações rurícolas uma justiça mais prestimosa desafogando a justiça comum e alguns órgãos administrativos dos milhões de processos que equacionam, deficientemente, os problemas agrários da Nação.<sup>90</sup>

A Justiça Agrária que se visa instituir, não é, nem pode ser apenas mais uma jurisdição especializada, mas, também um instrumento que seja eficaz na solução dos conflitos que assolam o campo. Não se pretende aqui implantar uma Justiça Agrária que não tenha à frente juízes especializados e com a visão social que os Princípios do Direito Agrário propiciam. Essa Justiça Especializada será criada com o intuito de diminuir as dificuldades do trabalhador do campo, encontrando as soluções mais justas, rápidas e fáceis no acesso ao Poder Judiciário, pois, a terra, a produção e o homem são a própria razão de ser do Direito Agrário.

O simples deslocamento da competência para a esfera da Justiça Federal não garante que as questões serão mais bem conduzidas e julgadas. A mesma especialização que se promete para os Juízes Federais pode ser dada aos Estaduais, que inclusive estão mais habituados no trato das questões cíveis entre particulares. Aliás, a regra constitucional citada permite que os Tribunais escolham, dentre os juízes mais experientes, aqueles que melhor se encaixem num perfil de Juiz Agrário (conhecedor das questões do campo, sensível às mudanças de ordem social que vêm ocorrendo, cômico de que a questão não é somente jurídica, mas política, conciliador e apaziguador, entre outros atributos específicos que se exige para a função), sem necessidade de se criar um quadro especial de magistrados.

E não será com o mero deslocamento da competência, da Justiça Estadual para a Federal, que os conflitos no campo estarão resolvidos ou diminuirão. Para isto, são necessárias, sobretudo, coragem e vontade política para a realização de uma Reforma Agrária mais rápida e eficaz, priorizando-se o social em detrimento do econômico, o interesse público diante do particular, a observância dos preceitos fundamentais, previstos na Constituição, acima dos interesses do mercado.

---

<sup>90</sup> FILHO, op. cit. p.134.

A simples troca do condutor dos processos, deverá servir para uma prestação jurisdicional mais eficaz, com a satisfação da sociedade como um todo, e não apenas de alguns de seus setores privilegiados ou do próprio governo.

A Justiça Agrária é fundamental para harmonizar a vida da sociedade rurícola. Pois, as necessidades do homem que labuta na terra são distintas da vida da sociedade urbana. Uma justiça bem estrutura é sinônimo de uma justiça mais efetiva quanto à assistência ao homem do campo e a atividade agrária.

#### **4.3. Proposta para Criação do Tribunal Especializado Agrário.**

O Juiz não poderá promover a insatisfação das partes litigantes no processo alegando não ter obrigação na prestação jurisdicional. O Estado poderá ser provocado para desempenhar a sua função jurisdicional a qualquer momento; e ele o fará em colaboração com ambas as partes envolvidas no conflito ou com uma só delas.

Em nossa legislação vigente não existe um processo agrário. Mas, seria o Direito Processual Agrário que tornaria efetivo o direito dos sujeitos da relação jurídica agrária. Um Tribunal Especializado Agrário não é suficiente se for regido pelos preceitos do Direito Processual Civil.

Nesse sentido, o processo agrário deverá primar pela informalidade, pela oralidade e pela concentração dos atos processuais. Com simplicidade e agilidade alcançar a justiça agrária para os que dela precisam.

Os juízes agrários, conforme alertava João Paulo Bittencourt, deverão possuir poderes introdutórios bastante amplos, “com sistemas de provas e critérios de apreciação que dêem ao juiz um papel mais ativo, dinâmico e sensível”<sup>91</sup>, para que, dessa forma, possam entender os interesses da classe trabalhadora do campo.

<sup>91</sup>PEREIRA, Rodolfo. **Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição N° 122, DE 2003**. Disponível In: [www.google.com, http://www.camara.gov.br/rodolfopereira/122\\_1.htm](http://www.google.com,http://www.camara.gov.br/rodolfopereira/122_1.htm). Acesso em: 25. agos. 2006 às 21h58 min.

Outro aspecto a ser observado no processo agrário é quanto à tipologia das ações: conhecimento; execução; cautelar. O processo agrário de execução deveria ser simplificado, pois pouco adiantaria se obtivesse uma decisão favorável, sem a possibilidade de seu cumprimento imediato.

Quanto à proposta de instituição de Tribunais Agrários em nosso país, não seria de imediato, primeiramente, a título de experiência devemos continuar com as varas especializadas agrárias.

A estrutura do Tribunal Agrário, seria nos moldes do Tribunal da Justiça Trabalhista e teria por base os princípios informadores dos Juizados Especiais.

A importância de se utilizar os princípios que amparam os Juizados Especiais, quais sejam, a simplicidade, informalidade, oralidade, celeridade e economia dos atos processuais, é que as questões seriam resolvidas sem que se exigisse a prática de atos processuais complexos.

O primeiro critério a ser observado é o valor da causa, pois, para valor inferior ou igual a 20 salários mínimos, a parte interessada comparecerá sempre pessoalmente para prestar a queixa, podendo ou não ser assistida por um advogado; para valor superior a 20 salários mínimos ou inferior ou igual a 40 salários mínimos, a parte interessada deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de advogado para prestar a queixa. A partir do valor de 40 salários mínimos, a parte interessada deverá arcar com as custas processuais. A reclamação deverá ser apresentada por escrito por um advogado. Pode-se, também, desde que não exija a presença de um advogado, fazer a reclamação verbal, ou seja, procurar pessoalmente o setor de atermção e reclamação do Tribunal Agrário.

O rito sumário seria o rito adotado para conduzir o processo. Este rito não exige forma especial, apresenta forma mais concentrada e simplificada que o procedimento ordinário. Tendo como finalidade propiciar uma solução mais rápida para as causas agrárias.

A lei determina que o juiz agrarista, antes mesmo de analisar a questão, deva propor a conciliação entre as partes. Esgotadas as tentativas de conciliação, o juiz julgará a questão, proferindo a sentença.



Da sentença proferida pelo juiz cabe recurso para o Tribunal Regional Agrário (TRA) -2ª Instância, onde o processo vai ser examinado e julgado por uma das Turmas.

Da decisão dos juízes do TRA (acórdão), a lei permite um novo recurso (Recurso de Revista) para o Tribunal Superior Agrário. Trata-se de um recurso técnico, que pode ou não ser encaminhado ao Tribunal Superior Agrário (TSA).

Esgotadas todas as possibilidades de recursos, a última decisão transita em julgado, ou seja, torna-se definitiva e irrecorrível. Os autos retornam à Vara de origem, onde tem início uma nova fase: a execução. Nesta fase são elaborados os cálculos, a fim de que se possa cobrar o valor devido pela parte vencida.

Pelo que já fora exposto no presente trabalho verifica-se a necessidade de criação de um Tribunal Agrário. Todavia, nosso país possui infra-estrutura para isso?

Existem algumas críticas em relação ao Poder Judiciário pela sua morosidade excessiva nas tramitações de processos, bem como o conservadorismo disfarçado de formalismo dos tribunais e carestia dos litígios, tudo a provocar a desconfiança do povo acerca da administração da Justiça. Porém, se bem que as estruturas judiciais tradicionais resultem inadequadas para satisfazer as exigências da sociedade urbana, sua incapacidade resulta clamorosa, quando se trata do agro, pois, as deficiências anteriores se juntam à irracional descentralização do aparato jurisdicional, o isolamento das comunidades rurais e os escassos recursos dos camponeses, a determinar uma Justiça inacessível para eles.

#### **4.4 – Da Competência.**

##### **4.4.1 – Competência para Solução dos Conflitos Agrários na Atualidade.**

A competência é o critério de distribuição entre os vários Órgãos do Poder Judiciário das atividades relativas ao desempenho da jurisdição.

Todo juiz é dotado do poder de solucionar litígios. O Estado está incumbido de poderes para regular a prestação jurisdicional, ou seja, o poder de dizer o direito, o poder de solucionar conflitos é a jurisdição. Ora, em sendo assim, todo juiz, a partir do momento em que toma posse, se reveste de poder jurisdicional. Só que há uma espécie de compartimentalização. Esse poder fica mais ou menos delimitado. Não pode um juiz de um estado, por exemplo, exercer sua jurisdição noutro estado ou no Distrito Federal.

Pode se afirmar, então, que a competência nada mais é que a medida da jurisdição. Todo juiz tem jurisdição, entretanto, só pode exercita-la em determinadas matérias e em determinados espaços, segundo sua competência, que é a determinação do âmbito de atuação dos órgãos encarregados das funções jurisdicionais. Daí concluir-se que a jurisdição é inerente à atividade de todo juiz, mas nem todo juiz tem poderes para julgar todos os litígios em todos os lugares. Só o juiz competente tem legitimidade para fazê-lo validamente.

A distribuição da competência é feita, no Brasil, a partir da própria Constituição Federal, que a atribui:

- a) ao Supremo Tribunal Federal (art. 102);
- b) ao Superior Tribunal de Justiça (art. 105);
- c) à Justiça Federal (arts. 108 e 109);
- d) às Justiças Especiais: Eleitoral; Militar; Trabalhista;
- e) à Justiça Estadual.

A competência da Justiça Estadual é determinada por exclusão. Tudo que não for da competência da Justiça Federal ou de qualquer das Justiças Especiais, pertencerá aos órgãos jurisdicionais estaduais, tanto na área civil como nas outras áreas.

No Brasil, de acordo com a Constituição, temos várias justiças, cada qual com órgãos superiores e inferiores, para que se possa cumprir o chamado duplo grau de jurisdição. São órgãos inferiores às Varas, as Comarcas e as Seções. Os de segundo grau são os Tribunais,

geralmente Estaduais ou Regionais Federais. Os Tribunais Superiores são o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, o Tribunal Superior Eleitoral e o Superior Tribunal Militar. Todos eles com sua competência específica.

Como é cediço, a Constituição Federal de 1988 (CF/88) dispõe que os conflitos agrários são de competência federal. A Competência da Justiça Federal é definida pela própria Constituição da República. Pode ser competência *ratione personae* (art. 109, incisos I, II e VIII) e competência *ratione materiae* (art. 109, incisos III, X e XI).

Desse modo, a Lei n. 8.629/93 veio regulamentar os artigos 5º, inciso XXIII, 170, inciso III, 184, 186 da CF/88, referente à Reforma Agrária. O artigo 2º desta referida lei, dispõe que a propriedade rural que não cumprir a sua função social é passível de desapropriação para fins da Reforma Agrária, cabendo à União a competência para desapropriar por interesse social, importando para tanto a prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.

O Poder Judiciário do Estado de Rondônia criou a Lei n. 784/98 (em anexo) que dispõe sobre a designação de juízes para dirimir Conflitos Fundiários. Bem assim, a RESOLUÇÃO n. 11/98<sup>92</sup> que trata do procedimento para reconhecimento de Conflito Fundiário e a designação de Juízes para dirimi-lo.

Para tanto, percebe-se que o Estado de Rondônia subiu mais um degrau em suas conquistas, se adequando ao que está decantado na Carta Magna no rol do artigo 126, que deixa bem claro, que deve-se implantar Varas Agrárias e não apenas designar juízes para dirimir litígios fundiários.

Diante dessas conquistas, tem-se como exemplo a Capital do Estado de Rondônia, que já possui Varas Agrárias, entretanto isto no momento é suficiente, mas futuramente com o aumento de demandas agrárias, se fará necessário a novas mudanças, para se ter uma correta prestação jurisdicional.

---

<sup>92</sup> Disponível In Site Tribunal de Justiça de Rondônia: <http://www.tj.ro.gov.br/correg/resolucoes/1998/11.htm>, Acesso em 01.set.2006 às 10h20min.

#### 4.4.2 – Proposta para Nova Competência da Justiça no Âmbito Agrário.

O direito agrário está cada vez mais enraizado em nosso ordenamento jurídico. A Cada ano que passa averigua-se a importância deste instituto para solucionar as contendas entre homem X terra. Assim, surgiria a nova competência da Justiça Agrária para processar e julgar as questões decorrentes dos fatos regulados pela legislação agrária, ou seja, as questões agrárias e fundiárias, as questões ambientais, as questões indígenas e as questões minerais e de garimpagem. A competência da Justiça Agrária, assim, é definida pelo próprio conteúdo do Direito Agrário.

Especificamente, a Justiça Agrária deve julgar questões oriundas do domínio e da posse da terra rural, pública ou particular; as ações discriminatórias de terras devolutas, federais ou estaduais; as ações demarcatórias ou divisórias de imóveis rurais; as desapropriações, por interesse social, para fins de Reforma Agrária; as questões relativas aos negócios jurídicos agrários, compreendendo contratos agrários, financiamentos, seguros, armazenagem, transporte; os registros públicos pertinentes a imóvel rural; as questões derivadas da interferência do governo na vida rural como tributação; os delitos agrários, assim considerados os que tenham causas, objetos e/ou consequências predominantemente agrárias de acordo com o que preceitua a PEC 122/93 elaborada pelo Deputado Rodolfo Pereira.

A questão ambiental ganhou contornos com a Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei n. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, que disciplina sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos ao meio ambiente, o Programa Nossa Natureza, a Lei da Natureza que sistematizou os ilícitos ambientais e, sobretudo, o capítulo dedicado ao problema na Constituição Cidadã, no Título da Ordem Social (Capítulo VI, do Título VII), com o artigo 225 e seus incisos e parágrafos, além de numerosos outros dispositivos esparsos na Lei Maior. Sua inclusão na competência da Justiça Agrária, por certo, confere-lhe a dimensão necessária e atual.

A questão indígena que tem despertado interesse dos vários ramos do conhecimento é regulada, principalmente, pela Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), além de vários Decretos Presidenciais da era do Presidente Collor tratando de temas específicos como

a demarcação administrativa de áreas indígenas, educação indígena, a saúde dos indígenas. Mas, com a Constituição de 1988, existe um capítulo destacando a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos indígenas e, especialmente, os direitos originários sobre as áreas que tradicionalmente ocupam. Juridicamente, no caso, o ramo mais apropriado para a abordagem do tema, é sem dúvida, o direito agrário, aliás, como entendem o mestre Paulo Torminn Borges e o professor Raymundo Laranjeira, em consequência, a questão indígena é da competência da Justiça Agrária.

A questão da mineração e de garimpagem ganhou novos contornos com a Constituição Federal ao definir alguns pontos do problema. A relação da questão minerária com a problemática fundiária e ambiental credencia o tema como de competência da Justiça Agrária, sabendo-se que a poluição fluvial e a invasão de áreas indígenas, públicas ou particulares, estão ligadas ao explosivo crescimento da exploração do subsolo ou dos aluviões minerários.

Quanto aos delitos agrários, após o advento da Lei da Natureza, aparecem definidos em uma só fonte, podendo ser juntados em dois grupos: (a) os típicos – alguns previstos no Código Penal, como a usurpação (art. 161), o dano (art. 163), o trabalho escravo no campo (art. 197), o incêndio (art. 250), o desmoroamento (art. 256), o envenenamento (art. 270), além de outros na Lei da Natureza, legislação agrária, minerária ou ambiental, subsequente ao Estatuto da Terra, como a invasão de terras públicas (Lei n. 4.947, de 06 de abril de 1966), a poluição dos rios, o incêndio nas florestas, o uso de agrotóxicos, etc; b) atípicos – quaisquer crimes ou contravenções onde predominar a motivação agrária, sem sentido amplo, a exemplo do que sucede com os crimes políticos, eleitorais, militares ou praticados em detrimento da União e, por isso, submetidos à Justiça Federal (CF: art. 109, IV). Lembrando que no tribunal agrário, causas que envolvesse crimes contra a vida, estes ficariam na competência do Tribunal do Júri.

A competência da Justiça Agrária sobre matéria agrária, ambiental, indígena e minerária, em imóvel rural, envolve legislação federal que escapam da previsão do artigo 126, da Constituição da República. O que reforça a necessidade dessa Justiça Especializada, com seus Tribunais.

#### 4.5 - As Vantagens e Desvantagens.

São inúmeras as vantagens que poderiam ser citadas, uma delas é resolver ou amenizar a morosidade da prestação jurisdicional, com decisões mais acertadas quanto as questões agrárias. Sem falar na facilidade do ingresso da ação agrária junto ao Tribunal Agrário. Essa facilidade decorre, principalmente, de seus princípios norteadores: oralidade, informalidade, simplicidade, economia processual e celeridade, já abordados no item 2.5 deste estudo.

Há, entretanto, outras vantagens para se optar por essa Justiça Especial Agrária como:

- a) A não exigência de pagamento de custas processuais;
- b) A não exigência de advogado;

A primeira envolve a gratuidade da justiça nas causas de até 20 salários mínimos, bem como alargar o acesso ao judiciário.

Mas, se houver má fé por parte do vencido, deverá haver a condenação ao pagamento das custas processuais.

A segunda possibilita que o próprio jurisdicionado apresente pedidos sem intermédio de advogado, desde que o valor da causa não ultrapasse 20 (vinte) salários mínimos.

Ultrapassando esse valor de alçada, a assistência do profissional passa a ser obrigatória (art. 9º da Lei 9099 de 26 de setembro de 1995).

Caso uma das partes envolvidas no litígio, compareça acompanhado de advogado, será facultada ao outro litigante a assistência de um advogado de sua confiança ou de um defensor público.

De qualquer sorte, o juiz alertará as partes quanto à conveniência do patrocínio por advogado, sempre que a causa assim recomendar.

Se por um lado à dispensa do advogado é vista como vantagem, por outro lado suportaria o ônus de ser vencido na demanda por falta de conhecimento jurídico e de experiência nos meados do judiciário.

Desse modo, cabe à parte avaliar a real desnecessidade da atuação do advogado na defesa de seus direitos.

O rito sumário também seria uma vantagem para obter a agilidade nas decisões proferidas pelo Tribunal Agrário.

Cabe salientar, ainda, que a Justiça Agrária se justifica tendo em vista a sobrecarga da Justiça Comum com volume de ações superior as suas forças, não tem conseguido agilizar suas decisões no ritmo imposto pelas necessidades verificadas quanto às soluções a serem deferidas aos conflitos advindos do campo. Não se devem aceitar os conflitos agrários julgados por juízes ordinários, os quais, além do desconhecimento da matéria, estão impregnados de princípios privatistas napoleônicos, totalmente contrários aos fundamentos agraristas.

A isto se acrescenta que ao ser retirado os assuntos agrários do conhecimento dos tribunais ordinários, estes podem dedicar-se com maior tempo e reflexão para resolver as contendas civis e penais, no que resulta um benefício para toda a população.

As desvantagens estariam no sentido de que a criação de um Tribunal Especializado não diminuiria os conflitos fundiário, mas agilizaria no procedimento. Lógico que não apresentaria soluções para os conflitos, extinguindo os mesmos, como a justiça comum não consegue eliminar os crimes e as contendas existentes, mais sim atenuaria os conflitos agrários dando a estes um julgamento rápido e justo, não ficando na justiça comum anos e anos para serem deferidos, estes teriam julgamento simples e célere.

Outra desvantagem seria que acarretaria grandes custos para o Poder Judiciário. Visto, que o país ainda não está preparado economicamente e estruturalmente para a implantação de mais uma justiça.

Na realidade, as desvantagens são poucas, quase nenhuma aparentemente, pois a implantação da Justiça Agrária é uma questão social. Esta por sua vez trará grandes benefícios

depois da sua implantação, claro que para ser implantada terá que passar por inúmeros obstáculos, que como se pode ver não será nada fácil. Talvez o Brasil ainda não esteja preparado onerosamente e profissionalmente para a implantação dessa Justiça Especializada, quem sabe, dentre de uns quinze anos mais ou menos. Mas é evidente que a Justiça Especializada Agrária é uma necessidade eminente, pois, a Justiça Agrária que aqui se visa implantar será um grande passo para o ramo agrário conquistar sua almejada autonomia jurisdicional.

Se a Justiça Agrária já é uma necessidade em países que possuem estrutura fundiária, quanto mais no Brasil, um país com uma estrutura agrária deficiente e estrutura fundiária deformada, refletindo a insensibilidade de seus dirigentes. Em face da problemática e, principalmente, no aspecto fundamental de que toda sociedade depende dos frutos produzidos pela sociedade agrária.

Necessária é a criação de uma Justiça Agrária. Devido à falta de instituição dessa justiça especializada, o andamento das causas agrárias, minerárias, indígenas e ambientais, que atualmente tramitam em Varas diversas, não é tão célere quanto seria se tratadas em um Tribunal Especializado no assunto.

Não basta a criação de uma jurisdição agrária. Impõe-se que os titulares dessa Justiça Especializada também sejam especialistas em Direito Agrário, ou seja, possuam a mentalidade agrarista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



O intuito deste trabalho foi abordar um fato atual que envolve o ramo agrário, porém, pouco debatido em nossa sociedade. Como nenhum ramo do Direito é completamente perfeito, o Direito Agrário necessita ser aperfeiçoado, principalmente nas questões relativas à sociedade rural do país.

A história do Direito Agrário nasceu desde a época dos primórdios da humanidade, ou seja, desde o aparecimento do homem sobre a terra, com o intuito de obter o básico para suas necessidades, surgindo assim, as primeiras lições do Direito Agrário.

A atividade agrária configura-se como o principal elemento conceitual do Direito Agrário, tendo em vista que em função dela forma-se uma estrutura agrária, dando origem a uma política agrícola eficiente, que de imediato, seria implementado uma Reforma Agrária para atender os trabalhadores rurais. Contudo, não é o que acontece, nossa justiça anos após anos está ficando abarrotada de processos desapropriatórios.

Em face dessa realidade, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais, onde buscam o direito de acesso à terra, com finalidade de conquistar sua cidadania. Contudo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais está perdendo sua credibilidade, por acreditarem que possuem o poder, usam dessa força para invadir, saquear, matar, depredar a natureza trazendo graves consequências para a nossa sociedade.

Apesar do Direito agrário ter sido introduzido lentamente, com o passar dos anos, ele ganhou força no ramo do Direito, e está conseguindo se desvincular do Direito Civil e das correntes civilistas.

Contudo, o Direito Agrário ainda não conseguiu a tão almejada autonomia jurisdicional, pois será necessário romper inúmeros obstáculos.

Neste sentido, é uma lástima a disciplina de Direito Agrário não se encontrar elencada como disciplina obrigatória em todas as Instituições de Ensino Superior de Direito, ficando a critério e de acordo com as peculiaridades de cada Instituição, incluí-la como obrigatória ou optativa. Assim, vislumbram-se as dificuldades enfrentadas pela sociedade, advogados e juristas,

no que diz respeito ao domínio do conteúdo agrário, justamente pela falta de obrigatoriedade desta disciplina na grade curricular de algumas Universidades brasileiras.

Há diversas causas que dificultam o acesso ao Poder Judiciário Brasileiro. Não mais importante do que as outras, mas, de grande discussão atualmente é a questão da morosidade que provoca grandes transtornos para aqueles que buscam um apoio na justiça. A morosidade que envolve os processo agrários é terrível, pois na maioria das vezes lidamos com pessoas camponesas que pela formação cultural, são as menos informadas a respeito dos seus direitos.

A proposta do presente trabalho é a instituição de Tribunais Agrários Especializados nos moldes da Justiça do Trabalho e regido pelos Princípios norteadores dos Juizados Especiais. A instituição desse Tribunal Agrário não seria de imediato, primeiramente, a título de experiência devemos continuar com as Varas Especializadas Agrárias.

Certamente, a criação e implantação da Justiça Agrária no Brasil trará mais harmonia nas relações agrárias, com profissionais especializados e com mentalidades agraristas, sem a improvisação existente hoje, evitando-se, assim, fatos como os de Corumbiara, em Rondônia, e, Eldorado do Carajás, no Pará. Sabemos que o atual artigo 126, da Constituição da República, é um dispositivo para se evitar a Justiça Agrária.

O enunciado do art. 126 da Constituição, mesmo não sendo completo, serve enquanto não for implantada a Justiça Agrária, desde que interpretado sistematicamente e construtivamente. O que preceitua o mencionado artigo é muito restrito, limitando-se às expressões conflitos fundiários e questões agrárias, e os problemas agrários possuem dimensões muito maiores, como a questão ambiental, minerária e indígena. Seria oportuno mais uma alteração, a fim de instituir a Justiça Agrária, tendo como modelo as dos países da América do Sul, especialmente como México, Argentina e Venezuela.

A Justiça Agrária que se visa instituir, não é nem pode ser apenas mais uma jurisdição especializada, mas, sobretudo um instrumento que seja eficaz na solução dos conflitos que envolvem o âmbito agrário. Não se pretende aqui implantar uma Justiça Agrária que não tenha à frente juízes especializados e com a visão social que os Princípios do Direito Agrário propiciam. Essa Justiça Especializada será criada com o intuito de diminuir as dificuldades do trabalhador do

campo, encontrando as soluções mais justas, céleres e efetivas, pois a terra, a produção e o homem são a própria razões de ser do Direito Agrário.

A competência da Justiça Agrária sobre matéria agrária, ambiental, indígena e minerária, em imóvel rural, envolve legislação federal que fogem das previsões limitadas da previsão do artigo 126, da Constituição da República. O que reforça a necessidade dessa Justiça Especializada, com seus Tribunais Regionais e Federais.

Na realidade, as desvantagens são poucas, quase nenhuma aparentemente, pois a implantação da justiça agrária é uma questão social. Esta por sua vez trará grandes benefícios depois da sua implantação, claro que para ser implantada terá que passar por inúmeros obstáculos, que como se pode ver não será nada fácil. Talvez o Brasil ainda não esteja preparado onerosamente e profissionalmente para a implantação dessa justiça especializada, haja vista que não possui infra-estrutura adequada, quem sabe, dentro de uns quinze anos mais ou menos.

A falta desta infra-estrutura advém de um Estado que não sabe administrar seus recursos, que não investe no setor da educação, no fácil acesso a justiça. Assim, fica evidenciado porque o rurícola, na maioria das vezes, não consegue ter acesso ao poder judiciário.

Em suma, a implantação da Justiça Agrária será fundamental para harmonizar a vida da sociedade rurícola. Pois, as necessidades do homem que labuta na terra são distintas da vida da sociedade urbana. Uma justiça bem estrutura é sinônimo de uma justiça mais célere e efetiva.

## **REFERÊNCIAS**

ALHEIOS, Danielle. **Responsabilidade Civil do Estado pela Morosidade na Prestação Jurisdicional**. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6205>. Acesso em 17.abr.2006.

ALVARANGA, Octávio de Mello. **Política e Direito Agroambiental: Comentários à Nova Lei de Reforma Agrária (lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993)**. 2.ed.Rio de Janeiro: Forense, 1995.

AMARAL, Francisco. **Direito Civil Introdução**. 5. ed. rev. atual. aument. de acordo com o novo Código Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

BARROSO, Lucas de Abreu. **Atividade Agrária como Eixo Central do Conceito de Direito Agrário**. Disponível em: [www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/Atividade.doc](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Atividade.doc). Acesso em 14.jun. 2006.

\_\_\_\_\_, Lucas Abreu. **Justiça Agrária Brasileira**. Justificativas para a Implantação da JustiçaAgrárianoBrasil.Disponível em: [www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/Justica.doc](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Justica.doc). Acesso em 06.jul.2006.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário**. 4º ed. rev. doutr. e exc. vol. 1. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL.Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. **Resolução n. 11, de 1998**. Versa sobre o procedimento para reconhecimento de Conflito Fundiário e a designação de Juízes para dirimi-lo. Disponível em: Site do Tribunal de Justiça de Rondônia:  
<http://www.tj.ro.gov.br/correg/resolucoes/1998/11.htm>. Acesso em 01.set.2006

BRASIL. Proposta de Emenda Constitucional n. 122, de 2003. Que institui a Justiça Agrária. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/rodolfopereira/discurso2.htm>. Acesso em 01.set.2006.

BORGES, Antonino Moura. **Curso Completo de Direito Agrário. Doutrina Prática, Legislação Complementar, e Jurisprudência.** 1. ed. Lemer, São Paulo: Edijur, 2006.

BORGES, Paulo Torminn. **Institutos Básicos do Direito Agrário.** 7. ed. rev. atual. acres. de um Capítulo sobre os Institutos do Direito Agrário na CF de 1988. São Paulo: Saraiva, 1992.

\_\_\_\_\_, Paulo Torminn. **Institutos Básicos do Direito Agrário.** 10. ed. rev. ampl. São Paulo: Saraiva, 1996.

DELGADO, Evaldo Inácio; LIMA, Teófilo Lourenço de (organizadores). **Cadernos Universitários.** Metodologia de Pesquisa Científica. Orientações para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Acadêmicos (Teoria e Prática). Canoas: Ulbra, 2005.

FANTÁSTICO. **A guerra da Soja.** Disponível in: [www.Globo.com/Fantástico](http://www.Globo.com/Fantástico). Programa exibido em 11.06.2006, disponível em: <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,,AA1214677-4005-0-0-11062006,00.html>. Acesso em: 17.jul.2006.

FERREIRA, Pinto. **Curso de Direito Agrário.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

FILHO, Marcílio Toscano Franca. **Revista Instituto de Pesquisa e Estudos (Divisão Jurídica).** Os caminhos da Justiça Agrária no Brasil. Um caso de Engenharia Político – Constitucional. ed. n. 38. Bauru: ITE, setembro a dezembro de 2003.

LARANJEIRA, Raymundo (coordenador). **Direito Agrário Brasileiro. Em Homenagem à Memória de Fernando pereira Sodero.** São Paulo: Editora LTR, 2000.

LEÃO, André Carneiro. **A Função Social da Propriedade e as Ocupações de Terra por Movimentos Sociais.** Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7089>. Acesso em 11 ago. 2006.

LINHARES, Juliana e CARNEIRO, Marcelo. **Revista Veja**. Chuva de Dinheiro. Eles invadem. O Governo apóia. ed. 1953-ano 39 – n. 16. Abril, 26 de abril de 2006.

LOPES, Gregório Vivanco. **Nova Justiça Agrária**. A quem aproveita? Festejada pela esquerda, a proposta de criação de uma Justiça Agrária vem causando preocupação, especialmente entre os produtores rurais, pela possibilidade de favorecimento do MST. Repercussões na esquerda. Disponível em: [www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=89FC4245-E767-5985-CD115ADF8B062A19&mes=Outubro2004](http://www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=89FC4245-E767-5985-CD115ADF8B062A19&mes=Outubro2004) - 18k. Acesso em 06.jul.2006.

MARQUES, Benedito Ferreira. **Direito Agrário Brasileiro**. 6. ed. rev. atual. ampl. Goiânia: AB, 2005.

\_\_\_\_\_, Benedito Ferreira. **Justiça Agrária, Cidadania e Inclusão Social**. Disponível em: [www.ucg.br/jur/palestras.htm](http://www.ucg.br/jur/palestras.htm) - 30k. Acesso em: 14.jun.2006.

MARTINS, Luiz. **Sem Terra Aumenta Risco de Conflito**. Jornal Diário da Amazônia. Caderno B, Porto-Velho, quinta-feira, 3 de agosto de 2006.

MATAIS, Andreza. **Integrantes do MLST invadem Câmara dos Deputados**. Folha Online. Disponível em <http://www.all4all.org/2006/06/2568.shtml>. Acesso em 11.set.2006.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos, Cidadania e Educação**. Uma nova concepção introduzida pela Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2074>>. Acesso em: 24 ago. 2006.

MIRANDA, Alcir Gursen de. **Direito Agrário e Cidadania. Justiça Agrária no Brasil – O caminho para cidadania no campo e na cidade**. Disponível em: [www.abda.com.br/texto/GursendeMiranda2.pdf](http://www.abda.com.br/texto/GursendeMiranda2.pdf). Acesso em 05.jun.2006.

MENDONÇA, Otávio. **Caminhos para uma Justiça Agrária no Brasil** in LARANJEIRA, Raymundo (coordenador). **Direito Agrário Brasileiro** Em homenagem à memória de Fernando Pereira Sodero. São Paulo: LTR, 2000.

Ministério Público de Santa Catarina. **O Estado de São Paulo**. Disponível em: [www.mp.sc.gov.br/canal\\_mpsc/clipping/jornal\\_oesp/oesp\\_040903.htm](http://www.mp.sc.gov.br/canal_mpsc/clipping/jornal_oesp/oesp_040903.htm). Acesso em 23.mar.2006.

NALINI, José Renato. **Novas Perspectivas no acesso a Justiça**. Disponível em: [www.cjf.gov.br/revista/numero3/artigo08.htm](http://www.cjf.gov.br/revista/numero3/artigo08.htm) - 41k. Acesso em: 06.jul.2006.

NETO, Manoel Maia de Vasconcelos. **A Internet e o Acesso a Justiça**. Disponível em: [www.dhnet.org.br/ciber/textos/justica.html](http://www.dhnet.org.br/ciber/textos/justica.html) - 90k. Acesso em: 29.maio.2006.

OLIVEIRA, Moisés do Socorro de. **O Poder Judiciário: Morosidade. Causas e Soluções**. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4306>. Acesso em 17. abr.2006.

PAIVA, Mário Antônio Lobato de. **Acesso à Terra e Políticas Governamentais** . Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1674>>. Acesso em: 11 ago. 2006.

PASSOS, Alessandra M. Kurihara. **Câmara de Comércio e Indústria Japonesa do Brasil – Notícias da Câmara**. Disponível em: [www.camaradojapao.org.br/web/exibeboleto.asp?arquivo=ar-05-08-08-pn-alessandra.txt](http://www.camaradojapao.org.br/web/exibeboleto.asp?arquivo=ar-05-08-08-pn-alessandra.txt) - 35k. Acesso em 16.jun.2006.

PEDROSA, Valtércio. **A Lentidão do Judiciário Brasileiro**. Disponível em: [jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7039](http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7039) - 61k Acesso em 14. jun.2006.

PEREIRA, Rodolfo. **Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição nº 122, de 2003**. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/rodolfopereira/122\\_1.htm](http://www.camara.gov.br/rodolfopereira/122_1.htm). Acesso em: 25. agos. 2006.

Revista Consultor Jurídico. Vara verde. **Justiça Federal instala Vara Agrária e Ambiental no PR**. Disponível em: <http://conjur.estadao.com.br/static/text/34491,1>. Acesso em 19. agos.2006.

Revista de Direito Civil, a. 9, n. 33, p. 67-83. São Paulo: Revista dos Tribunais, jul./set. 1985.

Revista Veja On Line. **Em profundidade Reforma Agrária**. Contextos e números. Um velho desafio brasileiro. A importância da reforma agrária para o futuro do país. Disponível In: [www.Google.com, http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma\\_agraria/contexto\\_1.html](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/contexto_1.html). Acesso em: 22.agos.2006.

SALDANHA, Jânia Maria Lopes; RATKIEWIEZ, Ana Carolina e GOMES, Joséli Fiorin. **O prazo na prestação jurisdicional enquanto condições de possibilidade para o exercício da cidadania: a garantia do acesso efetivo à justiça para o cumprimento da cláusula democrática na União Européia e no MERCOSUL**. Disponível em: [www.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2004/artigo02.pdf](http://www.ufsm.br/mila/publicacoes/reppilla/edicao01-2004/artigo02.pdf). Acesso em 05.jul.2006.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 21 ed. São Paulo: Malheiros.

SOARES, Aldo Asevedo. **O Direito de Existir**. Disponível em: [www.aldoasevedo.adv.br/artigos/kalunga.htm](http://www.aldoasevedo.adv.br/artigos/kalunga.htm) - 369k. Acesso em 16.abr.2006.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. **Responsabilidade Civil. Atualizada de acordo com o Código Civil de 2002. Estudos Comparados com o Código Civil de 1916**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.



## **ANEXOS**

A sociedade, hoje, exige especialização, haja vista que "a improvisação compromete o desempenho da autoridade", como bem articula o professor Paulo Tormin Borges. A competência que se exige das pessoas para tratarem de certos assuntos não equivale à cultura geral, exige às vezes conhecimentos especializados.

Não há dúvida que "precisamos, isto sim, é de juízes especializados, isto é, juízes com cabeças agraristas, juízes com metalidade agrarista", no clamor do mestre Torminn.

Não se pode falar em direito agrário, porém, sem antes colocar a mentalidade social, para a formação de qualquer entendimento. Somente após se ter esta consciência social é que se pode formar a mentalidade agrarista.

A mentalidade social agrarista referida é comum a todos os institutos do direito agrário, haja vista que deve ser inerente a todo o sistema homem/terra e, não, a colocação simplista que a estrutura social do direito agrário advém apenas de um de seus institutos - a propriedade da terra, conforme as lições do professor Gursen de Miranda.

O importante, portanto, é a formação de uma mentalidade agrarista, ou seja, ter uma visão e analisar os problemas agrários com os valores agrários. Uma mentalidade voltada para um mundo em que as reações humanas são as mesmas, mas os valores motivadores destas reações humanas são bem diferentes.

Ademais, é pacífico que o direito agrário tem como objetivo constante o homem do campo, visando promovê-lo plenamente, procurando garantir-lhe a cidadania, pois, no mundo rural existe uma terra agrária, um modo de viver agrário, uma população agrária, contraposta ao modo de viver da cidade, à população urbana e a terra que não se diz respeito à terra agrícola que merecem todo o acobertamento dos poderes constituídos e um necessário e específico ramo jurídico para regulá-lo, com uma justiça especializada.

Sabe-se perfeitamente que o homem do campo vive e trabalha no mesmo lugar de maneira que o trabalho no agro é um modo de vida. Produzir no âmbito agrário equivale a viver e trabalhar nele. O trabalho no agro é um *modus vivendi*, ou seja, uma modalidade de vida enraizada pela tradição e com a qual o homem se identifica, porque a vida e o trabalho rural imprime uma forma de ser particular que dificilmente se perde.

Portanto, nessa linha, o Estado deve se submeter à vontade popular, criando a Justiça Agrária onde não existe, para garantir cidadania ao homem do campo.

#### Justiça Agrária no Brasil

O direito agrário, no Brasil, passou a constituir um direito especial mediante a edição da Emenda Constitucional nº 10, de 09 de novembro de 1964, quando por meio dela se alterou o inciso XV, do artigo 5º, da Constituição Federal de 1946, e se reconheceu a competência da União para legislar sobre direito agrário, fixando-se, assim, esse ramo do Direito ao lado do Direito Civil, do Direito Comercial, do Direito Penal, do Direito do Trabalho, do Direito Processual. O Direito Agrário, logo em seguida, teve sua existência justificada com o advento da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, todavia, é de se evidenciar que o desenvolvimento orgânico e a harmônico do Direito Agrário somente se verificará com a adoção de uma providência fundamental que é a criação da Justiça Agrária.

Atualmente, no Brasil, o litígio de natureza agrária tem a Justiça Comum como a competente para apreciar a matéria. O artigo 4º, da Lei nº 7.583, de 06 de janeiro de 1987, que criou as Varas Especializadas em Matérias de Natureza Agrária, na Justiça Federal, é insuficiente. A previsão de o Tribunal de Justiça designar juízes de entrância especial, com competência exclusiva para questões agrárias, do artigo 126, da Constituição da República, não reflete o pleito da sociedade brasileira. A matéria é tratada como um verdadeiro samba do crioulo doido; todos querem aplicar a norma agrária e ninguém resolve.

Destaque-se, no entanto, a existência de precedentes de Justiça Agrária no Brasil importantes de anotar: o Juiz Territorial, criado pela Lei de Terras do Império (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850); a Justiça Rural estabelecida em São Paulo, no ano de 1992, pelo governador Washington Luiz (Lei nº 1.869, de 10 de outubro de 1992); as Comissões de Conciliação e Julgamento, do Estatuto da Lavoura Canavieira. (Decreto-Lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941); os Conselhos Arbitrais, do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214, de 18 de julho de 1963); as Comissões Agrárias, do Estatuto da Terra. Todos, porém, sem poder judicante.

Em nível científico são incontáveis os trabalhos e manifestações em favor da criação da Justiça Agrária no Brasil, de todos os matizes, de todas as regiões, não apenas de jusagraristas, mas de jusfilósofos, de constitucionalistas, de processualistas, ... de políticos.

Rui Barbosa, nos idos do dia 15 de janeiro de 1910, quando lançou a plataforma da Campanha Civilista no Politeama da Bahia, já pleiteava a "criação de uma justiça chã e quase gratuita, a mão de cada colono, com um regime imburilável, improtelável, inchicanável", no que mais tarde foi aplaudido e comentado por Alfredo Buzaid. Joaquim Luís Osório, do Rio Grande, em 1937, no seu livro *Direito Rural*, defendeu a instituição de uma Justiça Rural com um processo rural; idéias que foram apoiadas por Borges de Medeiros.

Após a Constituição Democrática, de 1946, e, mais ainda, com a edição do Estatuto da Terra, ampliaram-se os trabalhos e manifestações com Assis Ribeiro, Edgard Teixeira Leite, Paulo Bittencourt, Fernando Sodero, Ivo Frey, Motta Maia, Carlos Ferdinando Mignome, Fernando Reis Viana, reforçados por Octávio Mello Alvarenga, João Batista Herkenhoff, Paulo Torminn Borges, Raymundo Laranjeira, Rafael Augusto de Mendonça Lima, Oswaldo e Sílvia Optiz,

## **LEI N. 784, DE 03 DE JULHO DE 1998**

Dispõe sobre a designação de juízes para dirimir Conflitos Fundiários.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA , faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia designará juízes de terceira entrância pelo prazo de 2 (dois) anos, admitida a prorrogação da designação por igual prazo para, nos termos do artigo 126 da Constituição Federal, dirimir Conflitos Fundiários.

Art. 2º Caberá ao Tribunal Pleno Administrativo reconhecer a existência do Conflito Fundiário e designar os juízes para julgá-lo.

§ 1º Os Poderes Executivo e Legislativo Estadual, Executivo e Legislativo Municipal, o Ministério Público do Estado de Rondônia, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Rondônia, o juiz da vara a que o feito for originariamente distribuído e as partes, poderão requerer ao Presidente do Tribunal Pleno Administrativo o reconhecimento do Conflito Fundiário.

§ 2º A Procuradoria Geral de Justiça será ouvida nos pedidos de reconhecimento de Conflitos Fundiários.

Art. 3º A designação dos Juízes e a tramitação do pedido de reconhecimento de Conflito Fundiário será disciplinado por Resolução do Tribunal de Justiça.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 03 de julho de 1998, 110º da República.

VALDIR RAUPP DE MATOS  
Governador